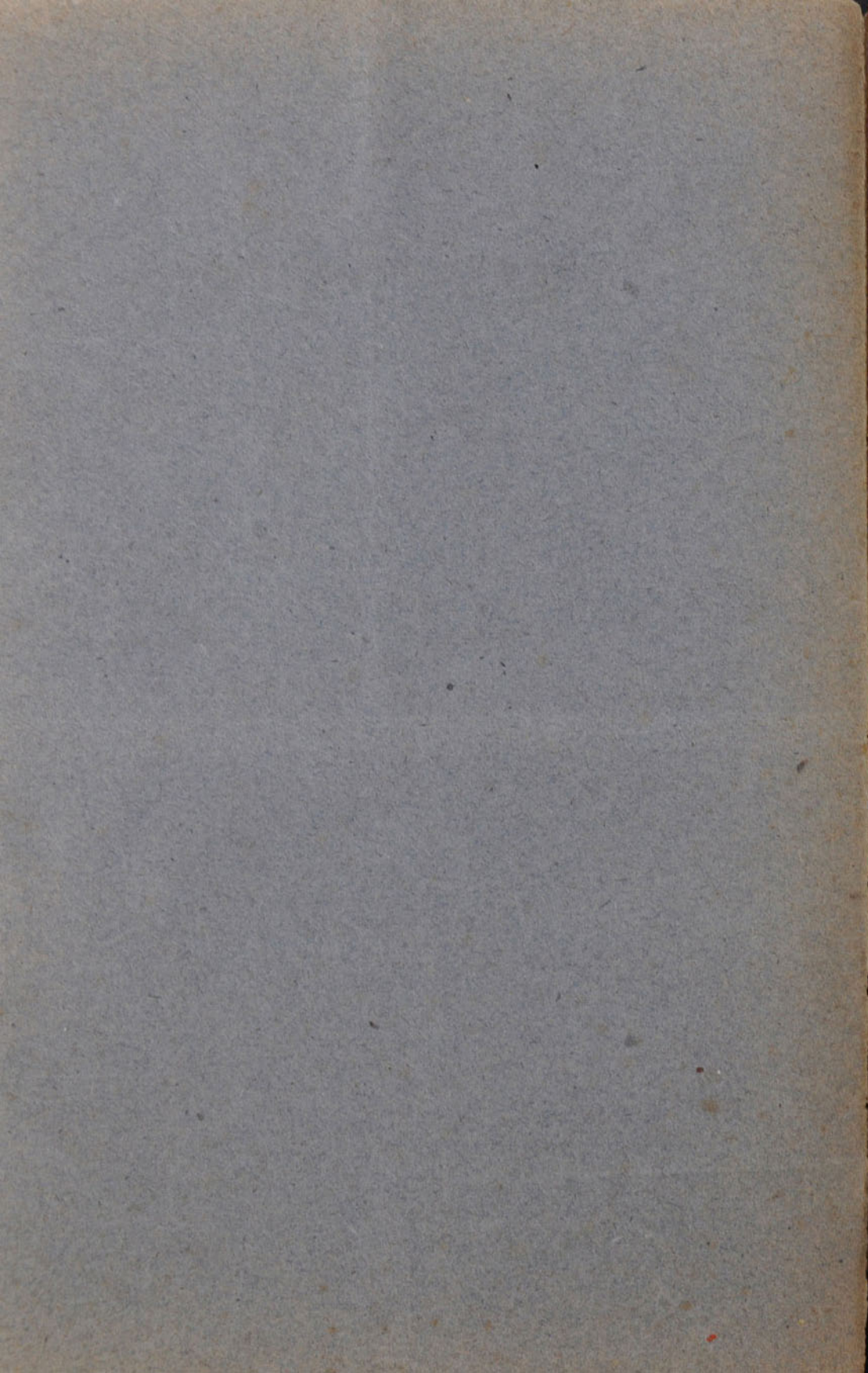


*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 1*



CARTA  
AO REI D. MANOEL  
APROVEITANDO A OCCASIÃO  
DA SUA VIAGEM AO NORTE

POR

João Chagas — *Publicista*

---

---

*Lisboa, 10 de Dezembro de 1908.*

**P**AULO Luiz Courier — julgo-me obrigado a dizelo a V. M. — foi um pamphletario francez do principio do seculo passado. Filho de modestos lavradores da Touraine, dedicou-se á carreira militar, servindo na arma de artilheria. Fez, sob a Revolução, as campanhas da Allemanha e da Italia, e, com Napoleão, esteve em Wagram. Muito independente para ser militar, não tinha, porem, o que se chama a vocação. Quando viu Bonaparte empregar ao serviço da sua ambição pessoal todos os braços armados pela causa da patria, pediu a demissão, que lhe foi logo dada, porque nunca convieram no exercito as naturezas rebeldes, e, embora fosse um erudito (aos quinze annos Paulo Luiz já conhecia o grego), dedicou-se a escrever com a *verve* de Rabelais, o bom senso de Pascal e o espirito de Voltaire, pamphletos que o immortalisaram, e justamente aqui está o que elle deixou dito no ultimo que escreveu

---

EDITOR & PROPRIETARIO JOÃO CHAGAS. — COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA 108. — MCMVIII.

e ficou sendo conhecido pela designação de *Pamphleto dos pamphletos*: «*Fazei um livro de seiscentas paginas e tereis entrada no paço. Fazei um folheto de dezeseis e sereis um pamphletario e entrareis na cadeia*».

Ora, justamente, este folheto tem dezeseis paginas. Reune portanto, quando não outras, essa condição para ser um pamphleto, e comtudo, sem prejuizo do privilegio que lhe é inherente, de entrar na cadeia, começa por entrar no paço.

Porquê?

Porque é no paço que se encontra a unica pessoa interessada em conhecer as verdades que elle vae dizer e essa pessoa é—V. M.

V. M. tem dezenove annos — eu sei! Ha, porem, verdades accessiveis mesmo a um entendimento pubere e as minhas pertencem tanto mais a esse numero, quanto se relacionam intimamente com as apprehensões que na hora d'hoje mais povoam, segundo se presume, a alma adolescente de V. M.

Precisamente, V. M. acaba de fazer n'este momento a sua viagem de propaganda pessoal e politica pelo Norte, e está talvez pensando depois de tanta festa, que essas apprehensões são infundadas e que o seu reino, tão abalado pelo furacão de desgraça que o levou ao throno de seu pae, lhe reserva ainda um reinado feliz. E', pois, esta a oportunidade de lhe abrir os olhos sobre a verdade, porque nunca é tão opportuno mostrar a verdade, como quando parece triumphar a mentira, e a verdade é esta, senhor: — E' tarde!

O throno de V. M. está perdido e nada, nem o optimismo bonancheirão do sr. Ferreira do Amaral, nem as seguranças do sr. conde de Samodães, nem os

votos de prosperidade do sr. Candido de Pinho, nem os protestos do sr. Julio de Araujo, nem a solidariedade da juventude monarchica, nem a fidelidade da *Legião Azul*, nem os homens, nem as mulheres o salvarão da sua irremediavel perda.

E' lastimavel que V. M. herdasse um throno a cahir, mas a verdade é esta: elle está a cahir.

V. M. é muito novo, mas para o mundo que veio encontrar é velhissimo. Tem dezenove annos e tem seculos. Veio tarde. Alguns annos, quinze, ou vinte mais cedo, a sua mocidade seria talvez a mocidade dos principios. Os principios envelheceram e não ha homem novo que salve principios velhos. O legitimismo tem ao seu serviço verdadeiras primaveras e está morto. V. M. é uma primavera ao serviço do inverno liberal. A decrepita monarchia portugueza só invoca a seu favor a mocidade de V. M. E' pouco. E' nada.

Em virtude de que phenomenos sociaes e politicos se deu o lamentavel successo que estou verificando?

Vou dizel-o a V. M.

\*

A monarchia liberal, meu principe, morreu ao nascer. Foi muito festejada porque abriu as portas de algumas prisões e deslaçou o nó de algumas cordas de enforcado, alem de que deu satisfação a alguns theoricos de má morte. Mais nada. Apenas entrou em funcções, os portuguezes voltaram-se contra ella e declararam-lhe uma guerra que só terminou vinte annos depois. Pela victoria? Não! Pela derrota. V. M. deve saber isto. A avó de V. M., a senhora D. Maria da Gloria, só con-

seguiu obter a paz em Portugal, com o auxilio das armas estrangeiras.

Uma nação pacificada pela força das armas estrangeiras é uma nação morta. Não ha a esperar d'ella se não os fructos da humilhação: o desanimo e o abatimento n'uns, o servilismo e a corrupção n'outros. Foi o que nos succedeu. Na occasião em que Portugal expirava, viu-se de um lado Herculano chorando e do outro Rodrigo da Fonseca, rindo. O futuro é dos cynicos e por cynicos passou Portugal a ser governado até hoje. Cadaver abandonado é pertença de milhafres. Portugal foi esse cadaver abandonado. Os milhafres foram os seus governos.

Terminara o drama: começou a comedia: a comedia dos principios, mortos, a comedia dos partidos que já não tinham razão de ser, a comedia das luctas simuladas. a comedia das paixões fingidas. Essa comedia se representou durante os dois reinados do senhor D. Luiz e do senhor D. Carlos. Falsificou-se um Estado—caso novo na historia—e falsificou-se tudo o que lhe dizia respeito. Falsificou-se uma opinião que não havia, falsificou-se um parlamento de falsos representantes, falsificou-se um executivo que d'esta fraude recebia por sua vez mandato, falsificou-se uma imprensa e uma tribuna de governo e de opposição attribuindo-lhes antagonismos que não tinham, falsificou-se a justiça com uma magistratura de compadres, falsificou-se a contabilidade publica, falsificaram-se orçamentos, falsificou-se a moeda.

Tudo foi simulado, tudo foi fingido. Uma só coisa era real—a ruina.

Mas os povos não teem o direito de se arruinarem, sobretudo á custa dos outros. A ruina trouxe a bancar-

rota. Quando o senhor D. Carlos subiu ao throno, o paiz fallia, chamava crédores, entregava o rendimento das alfandegas, como mais tarde havia de entregar os dos caminhos de ferro, os dos tabacos, os dos phosphoros, até chegar aos derradeiros expedientes em que hoje se debate fazendo dinheiro pelos processos melodramaticos dos *Trinta annos, ou a vida de um jogador*.

Esta obra, entretanto, não produzia os seus effeitos sobre um organismo extincto. O povo, é sempre o mesmo e é sempre outro. Constantemente se renova. Constantemente renasce. O Portugal da senhora D. Maria da Gloria morreu; morreu com Herculano, com os Passos, com José Estevam e os Ribeira de Sabrosa, mas outro nasceu, filho d'esse, que, herdando as suas decepções, começou por fazer d'ellas o scepticismo bonancheirão que deu o Zé Povinho e acabou por as levar ao estado congestivo de revolta que deu o Buiça. Do Zé Povinho ao Buiça que longa estrada! O Zé Povinho era o chamado — povo indifferente, povo apathico, povo morto. Na realidade era o — Desprezo. Eram as urnas desertas, eram os cidadãos de mãos nos bolsos, encolhendo os hombros e dizendo que «tão bons eram uns como os outros». Na realidade, era a nação recusando-se a collaborar na comedia. A ficção não era já uma ficção: era um escandalo cada vez mais clamoroso. A falsificação fazia-se a escancarar. Porque não? Porventura alguem a impedia? O povo ria. Dividia-se o paiz como piratas dividem o producto de um saque — bulhando. Os politicos tratavam-se reciprocamente de ladrões. O avô de V. M., o senhor D. Luiz, era accusado de os cobrir com o seu manto, accusação injusta porque o manto era pequeno e os ladrões eram

muitos. Nada se salvava, nem as apparencias, e para quê? O povo ria, ria com as mãos nas ilhargas. Os politicos gabavam-n'o: Bom povo! Não ha melhor povo! E, com effeito, não havia. O povo não sabia o que era protestar e dava tudo o que lhe pediam: contribuições, soldados, victimas á Assistencia Nacional aos Tuberculosos. Albarda, real senhor! clamavam os pamphletarios. O povo deixava-se albardar. Era um juimento bom.

N'aquelle dia imprevisto em que o povo, sobrecarregado e enfadado, teve o seu primeiro gesto de colera, houve espanto.—Por mal da dynastia succedeu que n'essa mesma occasião subiu ao throno o sr. D. Carlos, pae de V. M.

A historia não respeita outros interesses que não sejam os da verdade e eu estou fazendo historia. O senhor D. Carlos desencadeiou a revolta no quieto coração d'este povo. Não corrigiu, não restaurou, não reparou, não fez justiça e opprimiu. Opprimiu justamente quando era preciso desaffogar. As primeiras coleras de um povo infeliz são sagradas. O senhor D. Carlos não as respeitou e tratou-as á maneira medieval, com o azorrague da auctoridade. Onde havia as mais justas aspirações não viu senão rebellião. Pactuou com os politicos e foi intransigente com a nação. Fez poder pessoal e o poder pessoal engendra a revolta. O sr. D. Carlos promoveu-a como nenhum outro monarca portuguez do ramo liberal, porque a senhora D. Maria da Gloria, unica que antes d'elle o fez, abdicou algumas vezes a tempo, emquanto que elle só abdicou perante a morte — tarde!

A ficção liberal era ainda possivel n'um regimen de bonhomia como foi o que inspirou o reinado do sr. D.



Luiz? Talvez. N'um regimen de autoridade a todo o transe, n'um regimen de atropello, n'um regimen de arbitrio, n'um regimen de golpe de Estado e de dictadura, não! Ladrões não opprimem. Roubam só. Uma tyrannia de ladrões, viu-se já isto? Foi o que succedeu. A pirataria liberal encontrou na natureza autoritaria do senhor D. Carlos um optimo instrumento de defeza e utilisou-o. Assim como vivera da liberdade, passou a viver do despotismo, das suas arrogancias, dos seus caprichos, dos seus terrores, das suas fraquezas, dos seus crimes.

Quando João Franco sobreveio, começava o rompimento entre a monarchia e a nação. João Franco consummou-o.

\*

Quem foi João Franco?

João Franco foi um caso de alienação mental. Julgal-o como um individuo normal é impossivel. Quem o pretender extravia-se e não julga: desvaira. Só considerado como um doido elle é intelligivel e só assim logramos comprehender a sua obra. João Franco, demente, dementou o rei, dementou os seus amigos, ia dementando a nação. Communicou a sua loucura a meio mundo e desencadeiou a guerra civil—uma guerra civil singular, não entre principios differentes, mas entre differentes estados mentaes—entre loucos e lucidos. O que elle disse inebriou uma parte da sociedade; o que elle fez encolerisou a outra. O que elle disse foi algumas vezes perfeito. O que elle fez foi sem-

pre abominavel. Desmentia á tarde o que affirmava pela manhã. Dentro d'elle havia uma dupla personalidade — uma que fallava, outra que procedia. Estas duas personalidades eram incompativeis. A que fallava era a de um homem bemfasejo; a que procedia era a de um malfeitor. Como é que estas duas almas poderam habitar o mesmo corpo? Não sei. Mentia? Não se mente com tanta sinceridade e elle verdadeiramente, como o verificou o nosso grande poeta Guerra Junqueiro com o seu forte poder de expressão, mentia — com o coração nas mãos. O que era então? Duplicidade. Uma natureza d'estas devia engendrar a desordem. Engendrou o chaos. Com elle, a ordem moral subverteu-se. Portugal foi, durante o seu consulado, um manicómio.

O fructo da sua obra não foi o regicidio. Este foi o seu menor effeito. O regicidio, em rigor, foi um accidente. O fructo da sua obra foi mais do que a queda de um rei, a queda do prestigio moral da realza que elle fez sossobrar na agua suja dos adiantamentos; foi a derrocada dos partidos politicos que elle consummou com estrondo e foi a formação do espirito revolucionario que, com elle, se ateiou como uma immensa fogueira que não mais se apagará.

Entre as muitas coisas exactas que disse, João Franco disse que Portugal «não podia continuar a ser ludibrio de progressistas e regeneradores» (1). Esta verdade já estava verificada, mas não tinha obtido ainda a chancellia do poder. Com elle obteve-a e obteve a

---

(1) Devo recordar a V. M., em appoio da minha theoria de um João Franco duplo, que os progressistas foram seus alliados. De resto, João Franco não causou nos dois partidos outro abalo que não fosse moral. A ambos elle manteve nas posições que tinham conquistado, com o garfo e a faca dos principios.

unanime sancção publica. Entrou em todas as consciencias e em todos os lares portuguezes e transpoz as fronteiras. Fez-se na Europa e em todo o mundo civilisado uma opinião a nosso respeito e essa opinião era a de que nós não podiamos continuar a ser «ludibrio de progressistas e regeneradores». O significado politico da palavra *rotativo* era desconhecida fóra de Portugal. Com João Franco entrou no vocabulario de todas as linguas, como synonymo de aventureiro politico.

Assim, no meio da terrivel contenda a que João Franco veio dar logar, com os seus sophismas, entre as suas affirmações da manhã e os seus desmentidos da tarde, entre os seus juramentos da vespera e as suas apostasias do dia seguinte, d'entre as patas dos cavallos da Municipal com que elle já varria Lisboa e por entre os tiros da policia com que elle já a trucidava, uma verdade nasceu, ácerca da qual todos se pozeram d'accordo: Não mais progressistas! não mais regeneradores! Não mais rotativos!

N'estes termos, a dictadura de João Franco não era já d'elle. Era aquella dictadura a que Victor Hugo chamava—do desconhecido. Na sua frente o que estava? Elle. Não sendo elle, o quê? A Republica? A Republica era o que estava para vir, porque João Franco, elle proprio, pozera este dilemma ao paiz: Elle, ou Ella. Quer dizer, o paiz ou o seu arbitrio. O paiz tinha mais força.

V. M. dolorosamente sabe o que veio. Veio o Buiça.

\*

Quem foi o Buiça?

O Buiça, meu principe, foi—a Fatalidade. Roubou-lhe um pae, roubou-lhe um irmão e não lhe deu um throno—e eis-me aqui chegado ao ponto essencial d'esta carta.

O advento de V. M. ao throno de Portugal não modificou as condições da sociedade portugueza senão para as tornar mais irreductiveis. V. M. é um novo rei, mas não é uma monarchia nova. A monarchia é a mesma, no meio de um conflicto maior.

V. M. não comprehende? Eu lhe explico.

V. M. não foi uma revolução e só uma revolução dava satisfação ás sêdes da justiça da sociedade portuguesa: uma revolução que castigasse os crimes da dictadura e uma revolução que expulsasse definitivamente do poder os velhos politicos. Os crimes da dictadura não foram punidos. Repare V. M.: João Franco é ainda do conselho do Estado e os seus ministrôs occupam ainda as altas situações a que elle os promoveu. A um deputado republicano que propoz se lhes instaurasse processo criminal, o parlamento voltou as costas. A monarchia de Julho condemnou Polignac á morte civil e á prisão perpetua. A monarchia de Fevereiro, que é aquella a que V. M. preside, concedeu a João Franco uma licença illimitada para a gosar no estrangeiro. Os velhos partidos resurgiram d'entre os escombros da sua derrota, da sua humilhação, da sua vergonha, voltando outra vez á scena politica, d'onde pareciam ter sido bannidos para todo o sempre. Apenas V. M. assomou ao throno, assomaram

elles por detraz, escovando as fardas que João Franco salpicara de lama. O primeiro ministerio de V. M. não trouxe ao poder mais um d'esses partidos, o que já seria deploravel: trouxe-os a ambos, o que foi calamitoso. Em vão procuraram esconder-se por detraz da farda de um official de marinha, para que não os vissem muito. Lá estavam e lá estão.

Não di-rei a V. M. qual tem sido a sua obra. Ella não tem sido melhor, nem peor do que foi, mas a mesma. Elles continuam com V. M. os procedimentos que empregaram com seu pae. Não sei se ainda chamam a isto — *engrandecer o poder real*, mas toda a sua politica consiste hoje, como hontem, em propiciar o rei! N'esta ordem de idéas augmentaram a lista civil a V. M. e pozeram uma pedra sobre a questão dos adiantamentos, além do mais que estão fazendo e de que me occuparei em seguida.

A sua acção politica continua a exercer-se pelos mesmos meios. O seu parlamento é a mesma falsificação de sempre. A sua administração está consummando a ruina e já tem n'este momento um nome: panico. A sua moral não mudou: é sempre a moral dos cumplices. Em virtude d'ella permanece ministro da fazenda, em circumstancias de publica immoralidade, o secretario d'Estado Manuel Espregueira. A mentira dos seus principios é cada vez mais um escandalo: o seu liberalismo é hoje commanditado por padres.

Era possivel fazer com estes velhos, velhissimos elementos uma monarchia nova?

Não era e não é.

A monarchia não é nova e os perigos que a ameaçavam tornaram-se maiores, porque deixou de ser uma

forma de governo e é uma causa de discordia. Tal como ella é, a nação não a quer. Pode ella ser outra coisa? Como, se não encontra solidariedades que a salvem! Ao contrario, as que se lhe offerecem não fazem senão compromettel-a mais. A solidariedade dos padres é uma d'essas. A monarchia de V. M. é appoia-da n'este momento por todos os reaccionarios de Portugal. Os miguelistas dão-lhe o seu apoio. V. M. é, pode dizer-se, n'este momento, o ponto de concentra-ção de todas as forças sociaes do passado. Pois bem! Isso é o que lhe podia succeder de peor. D'esta forma V. M. está implicitamente á frente de uma monarchia reaccionaria e fallam-nos de uma monarchia reaccio-naria n'esta já tão fecunda primeira metade do século XX! A monarchia veio assim juntar á hostilidade que já a cerca, uma nova causa de animadversão, que digo eu?—de aversão, porque se ha palavra que o nosso tempo despreze, abomine, odeie, é a palavra—Reacção.

\*

Mas V. M. acaba de chegar do Norte, depois de uma viagem triumphal, e eu estou a vel-o sorrir ás minhas prophcias. V. M. está um pouco fatigado, mas cheio de confiança. Renasceu a esperança no seu juvenil coração. O que se passou foi um máo sonho. Restam ainda bellos dias a viver, n'um reino de mulheres bonitas que atiram flores ao rei e de estudantes enthu-siastas que lhe tapetam o chão de capas pretas. Não é isto?

V. M. é illudido pelos seus sentidos. A sua viagem foi uma mentira — um *bluff*.

V. M. surprehende-se?

Dê-me o poder e eu comprometto-me a passeial-o em triumpho pelo paiz inteiro, sem prejuizo de o destronar no dia seguinte. O poder é assim.

A viagem de V. M. foi um *bluff* do poder.

Considere V. M.: o poder constituido dispõe dos funcionarios da Egreja e dos funcionarios da sociedade civil, quer dizer — de um exercito. Alem d'isso dispõe de todas as corporações sujeitas á sua influencia. Em Portugal a grande maioria das camaras municipaes, por exemplo, estão sob a sua tutella. Junte V. M. a esta verdadeira multidão 13 philarmonicas, como em Aveiro e ahi tem a inferneira que presenciou. Duzentos estudantes, com viagens pagas, encorporados no sequito de V. M., mantiveram o que se chama — o fogo sagrado. O povo das provincias, que vae a todas as festas, e as mulheres que vão a todas as procissões, fizeram o resto.

No exito d'essa viagem estavam empenhadas todas as forças conservadoras de Portugal, ameaçadas pelo perigo revolucionario: a Egreja e a reacção clerical, de quem a revolução é o inimigo nato; o tradicionalismo monarchico, que vê n'ella um cataclysmo, e os politicos para os quaes ella é o espectro da justiça e da expiação. Quem teve interesses ligados á monarchia colaborou nas festas do Norte, e houve exemplos de abnegação como este: o sr. conde de Samodães deu quinhentos mil réis para uma subscrição. A viagem correu bem e aparte algumas bengaladas no Porto, V. M. pôde acreditar que do Mondego para cima, ha um Portugal que morre d'amores mesmo por uma monarchia que acabe por o vender a retalho como uma rez.

Munido d'esta confiança V. M., ou para melhor di-

zer a monarchia que o traz ao colo, regressa a Lisboa, e é essa confiança que a vae perder.

A monarchia, apoiada pela solidariedade dos Limas da Boa-Vista e bem assim pela dos Araujos, dos Clerigos, vem por ahi abaixo disposta a acabar com o perigo revolucionario — esse espantalho de figueira. Já mesmo a este respeito se trocaram impressões no paço das Carrancas, enquanto a mocidade esperançosa atroava cá fóra os ares com os seus vivas. — Os regimens defendem-se, que diabo! teria dito o sr. Campos Henriques. — Olhe a França! teria ponderado o sr. Wenceslau de Lima, e a obra de defeza apparece agora tanto mais legitima quanto a idéa de um Porto republicano, de uma Coimbra republicana, de um paiz republicano é, como muito bem o verificou o *Correio da Noite*, uma lenda. O paiz é monarchico, o paiz, na sua grande maioria, quer a monarchia. Defenda-se a monarchia!

E' essa politica que os governos de V. M. vão fazer, logo que tenham pretexto, o que será breve, porque na situação reciprocamente aggressiva em que já nos encontramos, não faltam pretextos para conflictos. Ora, o presente estado social é eminentemente inflamavel. O primeiro governo de V. M. que abrir conflicto com o espirito revolucionario, que não está aqui, ou ali, mas em toda a parte, como o fogo de um solo vulcanico, desencadeia a revolução, ou a guerra civil, e esse governo já é reclamado e já se aproxima.

Resumindo — a peça acabou. *Acta est fabula*. V. M. veio muito novo n'um mundo muito velho. V. M. teve verdadeiramente pouca sorte. Nasceu rei quando já não era preciso.

Que fazer?

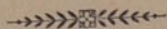


Nada! V. M. foi mallogrado pela historia e não ha esforço humano que o faça vingar.

Se tivesse a idade e a reflexão de Amadeu de Saboya, cujo sangue lhe gira no entanto nas veias e é sem duvida a sua porção generosa, V. M. renunciaria voluntariamente, como elle, a um throno de ante-mão perdido, que não sonhou, não desejou e só obteve á custa de um accaso infeliz. V. M. é muito novo. Não tem por ora entendimento que lhe permitta ver; não tem vontade que lhe permitta deliberar. E' um instrumento de paixões que não renunciaram e só se declararam vencidas pela violencia e pela força.

\*

Despeço-me de V. M. como homem e como rei. Como homem é possível que ainda venha a encontrar-o. Como rei é esta a ultima vez—estou d'isso persuadido — que me dirijo a V. M., e não é minha a culpa se a historia e os homens decidiram que entre V. M. e eu, seu subdito, não haja de futuro mais relações.



---

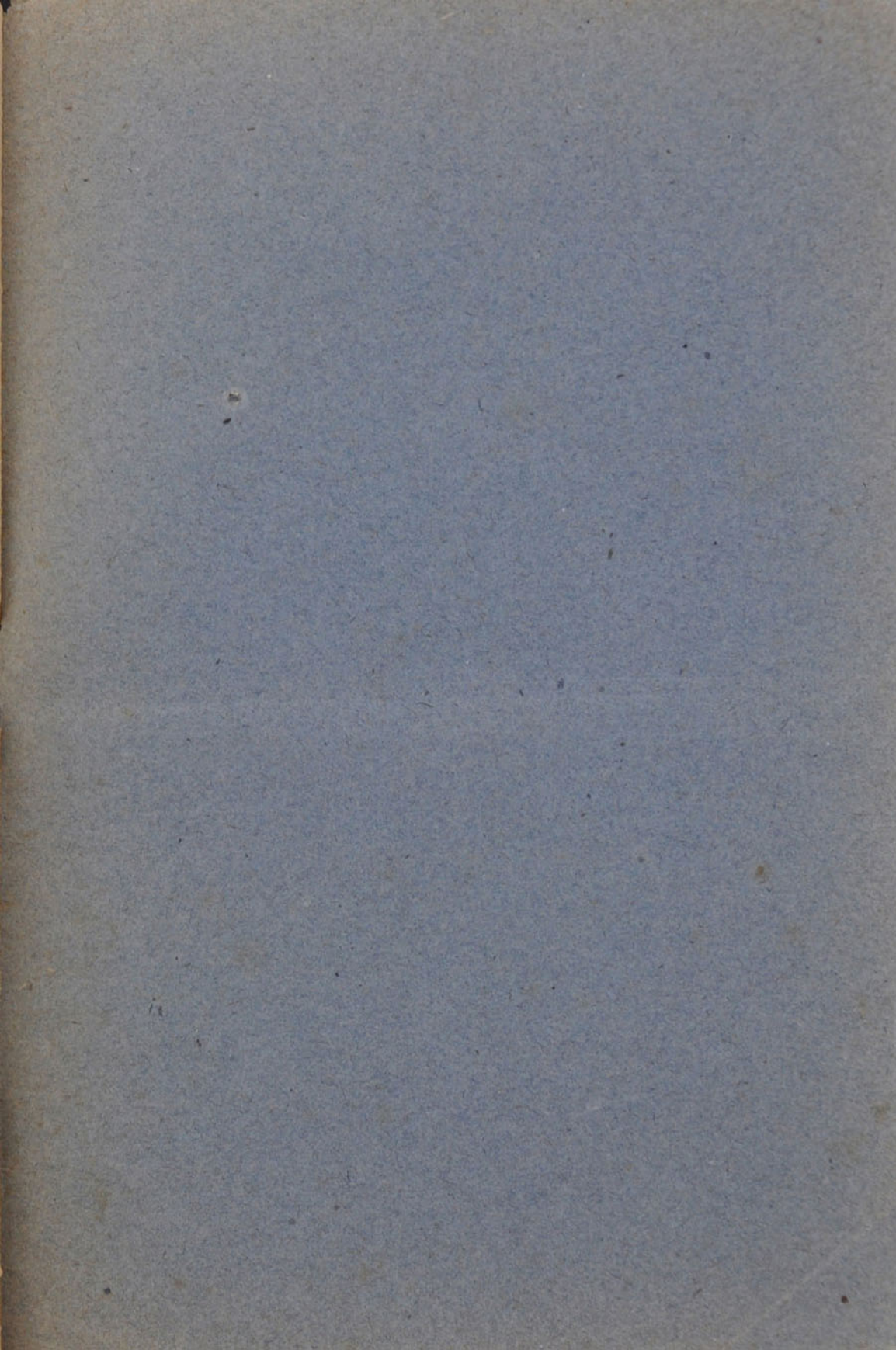
*Estas brochuras publicam-se uma vez por semana.*

*Vendem-se em todas livrarias, kiosques e mais locaes de venda.—O seu preço é de **50 réis.***

*Assignam-se series de 6 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 réis, pagos adiantados.*

*Toda a correspondencia deve ser dirigida para a rua Diario de Noticias, 145, 2.º, onde tambem se satisfazem as requisições de exemplares.*

**Acceltam-se agentes nas provincias.**



103

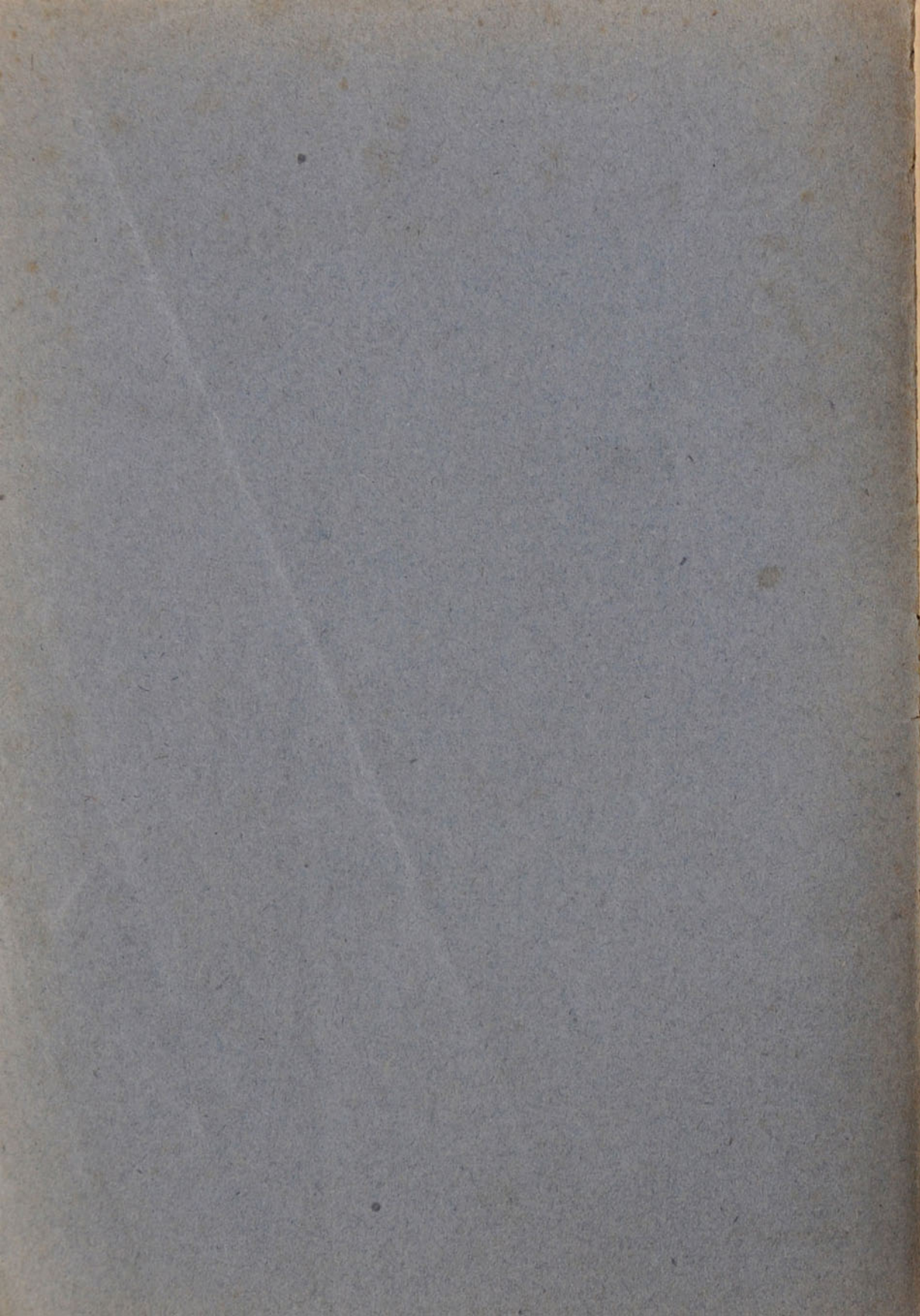
*CARTAS POLITICAS*

POR

*JOÃO CHAGAS*

N.º 4

31



# CARTA

A

## UM JOVEM REPUBLICANO

---

---

Lisboa, 28 de Dezembro de 1908.

**A** PERGUNTA que me dirige é justamente aquella que, ha cerca de vinte annos, eu dirigia aos republicanos do meu tempo, quando lhes perguntava «o que elles faziam».

Ha vinte annos, ou antes, para precisar, ha dezenove (vae agora fazel-os), quando reventou em Lisboa a noticia do *ultimatum* d'Inglaterra, tambem a nossa pergunta foi essa, porque nós tinhamos então a idéa que V. tem, de que os partidos intervem como corpos de exercito, n'um movimento decisivo de batalha e a uma voz de commando.

Era então muito novo, como V. o é hoje, e isso explica que eu fizesse essa pergunta, como V. hoje a faz. A mocidade simplifica todas as noções. Eu, como V. hoje, simplificava a minha noção de uma revolução social e politica á simples intervenção de um partido, em rigor á do Magalhães Lima, que foi o homem a quem desde logo nos dirigimos, eu e outros como eu,

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMVIII.

perguntando-lhe: — O que se fazia? Ah! os revolucionarios passam bem maus quartos d' hora! N'estas circumstancias, o que manda a prudencia é que se responda á mocidade que está tudo em bom andamento. Foi o que o Magalhães fez.

Eu, porém, não tenho as responsabilidades dos revolucionarios, porque não tenho um mandato, e revolucionario é aquelle em quem o povo delega moralmente ou de facto o encargo de levar a cabo o grosso emprehendimento da revolução. Esse pode não ser muitas vezes uma natureza revolucionaria e ser mesmo um immobilista, ou um timido, ou um medroso, mas desde que tem o mandato é o revolucionario.

Eu, repito, não tenho o mandato e posso, por isso, ouvil-o sem ter a impressão do que me colloca em face de responsabilidades desagradaveis.

A sua pergunta sobre o que faz o partido republicano implica a idéa que, como lhe disse, já tive em outra occasião, de que é chegado o momento d'esse partido fazer os toques regulamentares e marchar em ordem sobre as instituições, com os seus cornetas á frente, o seu estado maior em seguida, porventura o dr. Bernardino Machado a cavallo, e, na rectaguarda, a impedimenta dos principios, a ambulancia, a arnica.

Dissuada-se, porem, meu jovem amigo: nunca assistirá a esse espectáculo. Os partidos revolucionarios, em geral, só sahem á rua, quando desesperaram de conquistar o poder e o partido republicano tem-n'o certo, como as cousas certas. E' essa segurança que lhe dá a apparencia benigna que começa a impacientá-lo, de um partido legal de propaganda politica. O partido republicano está matando o tempo, emquanto o poder não vem. O que o meu amigo quer saber —



eu sinto que é essa a significação da sua pergunta — é se o partido republicano conspira. Não! meu amigo, não creio que conspire, nem precisa conspirar. Conspiram sectarios. Homens d'Estado reúnem e deliberam, em logar certo e á luz do dia. Quem quizer saber onde conspira o partido republicano não precisa metter n'isso a policia. Basta-lhe abrir o Almanach Commercial, ou o Almanach Palhares. Lá encontra a indicação expressa do seu subterraneo: esse subterraneo é um 2.º andar do Largo de S. Carlos.

Quem conspira em Portugal não são os republicanos: são os monarchicos. Esses conspiram activamente.

\*

Repare o meu jovem amigo na sua ultima conspiração. Ella teve em vista affastar do poder os unicos homens que lá estavam, que até certo ponto tranquillisavam a opinião, e substituil-os por outros que a alarmassem, e isso se fez. Onde estava o Ferreira do Amaral, respondendo pela liberdade, com as tradições do seu liberalismo de *makavenco*, pozeram o Campos Henriques, de quem o Julio de Vilhena acaba de fazer, no seu jornal *O Popular*, um retrato muito parecido com o do José do Telhado.

Se o Ferreira do Amaral se demora no poder, o partido republicano tinha razões para começar a mexer-se. Mas para quê! se lá estavam os monarchicos a mexerem-se por elle! O Amaral era o *statu quo* e a

ordem, o compasso de espera, a republica demorada. O que fizeram os monarchicos? Sacudiram essa causa de immobildade conservadora e lançaram no caminho do progresso o ministerio Campos Henriques, com as suas promessas, já descontadas, de reacção, de resistencia, de provocação, de aggressão. O Amaral não fazia um gesto aggressivo. Quando foi da chacina de S. Domingos, passou noites em claro, ralado de remorsos; quando foi da perseguição ao Cabreira, esteve pegado com o Sebastião Telles e houve riscos de crise. O Amaral é assim: um homem de paz e de transacção. O Campos Henriques, esse, não tarda que dê signal de si, não porque seja o que se chama um reaccionario— um reaccionario implica uma mentalidade que elle não tem — mas porque é um instrumento d'ordem social, sem razão, sem discernimento e, portanto, sempre aggressivo. Depois, quem o acompanha n'este ministerio de desordem e, ia dizer,—de revolução? Não lhe fallo do Wenceslau de Lima, que é um elemento doce mas duro de reacção, como o são todos os burguezes que se fazem principes. Basta que lhe falle no João de Alarcão, que é um ultramontano, clerical, jesuita, mais fechado ás idéas modernas do que um cofre á prova de fogo, e no Antonio Cabral, que não é um homem, mas um corpo que pede constantemente briga.

Este ministerio ainda hontem se constituiu e já caminha para a dictadura.

Parece-lhe cedo para o affirmar?

Vel-o-ha.

Muito me surprehenderei se as camaras não forem adiadas. E' logico que o sejam. O que iria o ministerio fazer ás camaras? Correr o risco de uma opinião parlamentar dividida? Ouvir os republicanos? Ouvir os

dissidentes? Ouvir os amigos do Julio de Vilhena? Ouvir os independentes, os tresmalhados, os extraviados, que tem sempre alguma coisa irritante a dizer?

Adiadas as camaras, quando se reabrirão? A reabertura seria a consequencia de um governo normal, e como é possivel prever um governo normal, constituido de elementos impopularissimos, desacreditados na opinião, taxados de reaccionarios e animados do espirito de ataque e de represalia que é hoje o genuino espirito das instituições? Quando vier o conflicto inevitavel que elle hade provocar, a idéa de reabrir as camaras será absolutamente posta de lado.

Pensar que semelhante governo deva cahir perante o descontentamento do Julio de Vilhena e dos poucos amigos que lhe restam, é absurdo. Este governo é o depositario de todas as esperanças reaccionarias e tem o seu appoio. Só cahirá quando a reacção tiver de cahir, esteja certo d'isso. No tempo do João Franco quem governava era o rei. Hoje, quem governa são os reaccionarios de todas as origens, já os reaccionarios do dogma politico, já os reaccionarios da meza redonda do poder. Elles se unirão em volta do ministerio Campos Henriques. Estou persuadido de que á hora em que lhe escrevo já o *Portugal* e a *Palavra* lhe ofereceram a sua solidariedade.

Depois, meu amigo, este ministerio é uma concepção do José Luciano, do velho liberal José Luciano. Pode dizer-se que é um ministerio progressista e sabe o que são os progressistas no poder?

Estes homens tem, como não ignora, uma origem demagogica. São o Setembrismo, que foi uma idéa sympathica, mas revolucionaria e arruaceira, D'ahi elles vem, da praça publica, das suas paixões, dos seus

conflictos, dos seus crimes. Os progressistas ainda molharam a sua sopa no assassinato do Agostinho José Freire. Mas o Setembrismo foi a revolução que não transige e o progressismo foi o poder que abjura, e sabe o meu jovem amigo até que ponto servem com servilismo os abjurantes? Machiavelo aconselhava o Príncipe a pôr os apostatas ao seu serviço, e um pamphletario do seculo passado, em quem o meu amigo por certo não ouviu fallar, porque veio muito antes do padre Lourenço de Mattos, — o Visconde de Cormenin, que tambem assignava *Timon*, dizia, dirigindo-se aos reis, que escolhessem elles para seus ministros, de preferencia os burguezes do que os nobres, porque estes serviam como subditos, emquanto que aquelles serviam como lacaios.

Os progressistas são esses burguezes e são temiveis quando se collocam ao serviço da realza. Eu conheci-os n'estas circumstancias e guardo os vestígios das suas ferocidades. São cães de quinta. Para assaltar o poder ladram ao rei. Para se conservarem n'elle ladram ao povo. Esta tem sido a sua historia. Imagine-os agora, n'este momento critico, senhores do poder. Só o largarão á custa de uma catastrophe.

\*

Dispostas d'este modo as coisas, que mais póde desejar o partido republicano?—se ainda insiste em lhe chamar partido, porque a meu ver ha republicanos de mais em Portugal para constituirem partido.

Em verdade elle póde, como o faz, entregar-se

descançadamente á tarefa legal de organizar as suas commissões de parochia, de receber as adhesões que todos os dias affluem á sua séde e de, aqui e ali, celebrar, entre hymnos marciaes e córos de creanças, as suas tocantes festas democraticas. O *trabalho de sapa*, como se dizia no tempo remoto de Elias Garcia — esse antepassado — está sendo feito pelas instituições. Ellas estão, com effeito, minando o seu proprio solo, de modo que uma tarde, o Directorio republicano seja avisado pelo telephone de que para as bandas das Necessidades sete seculos desabaram.

No dia d'essa derrocada, meu amigo, o partido republicano, representado pelos seus *prohombres*, irá simplesmente aos Paços do Concelho e ali, em presença de um publico numeroso e assistido pelo respectivo secretario da camara, o sr. Pedroso de Lima, declarará no livro das actas, deposta a monarchia liberal e proclamada a republica, o que tudo se fará na melhor ordem.

Bem vê quanto estamos longe da acção romantica que attribue ao partido republicano, quando anceadamente me pergunta o que elle faz. O que elle faz é do dominio publico. Faz votos, e felizmente muito numerosos, pelo advento da Republica. Para que esta não se demore, os monarchicos fazem o resto.

Considere — e considere-o com satisfação — que a republica não é, como disse, um partido, mas um estado social e que a sociedade não soffre das mesmas incertezas de que soffrem as seitas, nem se conduz como estas. Não avança, como estas, muitas vezes para recuar. Avança sempre methodicamente, e quando chega ao fim da sua jornada não ha poder humano que a faça retroceder. Quem é que está agora, por

exemplo, atravancando o caminho da sociedade portugueza? O Alarcão? Bem vê: é risivel. Ponha-lhe na frente não digo já esse corpo mesquinho, mas o colosso de Rhodes e ella passará. Na consciencia d'esta força consideravel é que reside, sem duvida, a razão da serenidade do partido republicano, serenidade tão completa que por vezes temos a impressão de que elle está não nas vespervas de uma batalha, mas no dia seguinte de uma victoria.

\*

Mas—eu presinto-o—o meu optimismo não o tranquillisa. Estão ainda presentes ao seu espirito a dictadura de João Franco e os seus horrores, e quando o meu jovem amigo me pergunta o que faz o partido republicano, o que na realidade o preoccupa é saber o que elle faz para se defender de novos dictadores e de novos horrores dictatoriaes, e quanto a isso, deixe-me fallar-lhe com franqueza, entre correligionarios, — não faz muito.

Sem duvida pela influencia fraternal dos principios, nós nunca nos organisamos não digo já em partido de ataque, mas de resistencia. Sempre combatidos como feras, defendemos-nos sempre como christãos erguendo os olhos ao ceu onde está a Republica e deixando-nos despedaçar. Este circo romano que é a politica conservadora portugueza está cheio de poças do nosso sangue. Temos nós sido verdadeiramente um partido que aspira á conquista do poder? Mais propriamente temos

sido uma seita de philosophos da escola de Platão. Durante o nosso periodo heroico, ainda entre nós se levantou um ou outro genio guerreiro. Desde que entramos na *phase de governo*, que é como chamamos áquella em que nos encontramos hoje, toda a idéa de guerra foi affastada e a nossa politica fez-se como se devessemos legitimamente occupar o poder e colaborar na direcção dos negocios publicos. N'esta ordem de idéas, os governos, que nunca corresponderam com a sua boa vontade ás nossas boas disposições, apanharam-n'os sempre desprevenidos. Assim nos apanharam no 4 de maio, assim nos apanharam no 18 de junho, assim nos apanharam mesmo no 5 de abril, mas quem principalmente nos surpreendeu de mãos a abanar foi — João Franco.

Resistimos, no entanto, a João Franco? Sem duvida e foi essa mesmo a primeira vez que resistimos ou tentamos resistir á tyrannia de algum governo em Portugal; mas o nosso espirito fraternal, pouco ou nada bellicoso, no fundo ordeiro, prevalece por tal forma em nós sobre os nossos mais legitimos aggravos que ainda hoje não nos decidimos a reconhecer que n'essa conjunctura nos armamos para nos defendermos. Já era licito proclamar esse acto de legitima defeza e ainda não o proclamavamos. Fomos homens livres e cidadãos, como em toda a parte o são os que o sabem ser, e córamos de o ter sido! Se houve em Portugal quem praticasse crimes não fomos nós. Pela nossa attitude, no entanto, dir-se-hia que fomos nós os criminosos. Ah! meu amigo! Quando me lembro que fui annistiado pelo crime de rebellião contra a dictadura! Das varias annistias com que me têm condecorado, essa foi a unica que me indignou, porque não sei que haja

coisa mais revoltante do que conceder indulgencia e favor ao que só merece premio e agradecimento. E' preciso que a historia, ou os homens se tenham conduzido bem tortuosamente, bem hypocritamente, bem estupidamente para que os inimigos pessoaes da dictadura de João Franco fossem submettidos á affronta d'esse inconcebivel acto de clemencia!

\*

Justamente, veio a amnistia, o ministerio de acalmção, a calmaria, e que fizemos nós?—Desarmamos. Depois de nos termos dado um numero consideravel de abraços, separamo-nos e cada um de nós voltou para suas casas, como se tivesse conquistado alguma coisa.

Era já a Republica?—Não. Era ainda a monarchia e uma monarchia tão pouco promettedora como a outra, porque apenas mudara o rei, mas para o nosso espirito de conciliação a todo o transe foi outra vez a paz e o desarmamento, e quando digo o desarmamento deixe-me explicar-lhe que me refiro a esse estado moral de pacificação que exclue toda a idéa de conflicto, não vá o meu amigo imaginar que o partido republicano esteve armado de Kropatscheks! Desarmar, para um partido politico, é quasi renunciar e o nosso partido tem feito essas renunciás. Elle tem algumas vezes prescindido dos seu ideaes, n'um pensamento, que eu nunca comprehendí, de concordia social e — o que é menos comprehensivel ainda—de interesse patrio, dando sem-



pre a palavra a instituições que, no entanto e muito justificadamente, nunca deixou de combater. Já ha dezenove annos, o nosso grande e venerado correligionario José Falcão convidava a monarchia a salvar-nos, se o podesse. Passaram-se dezenove annos, dezenove annos de desgraça, e, volvidos elles, o que pediam nós ainda ha pouco á monarchia, pela bocca eloquente de Affonso Costa?—Que nos salvasse! Eu pergunto muitas vezes a mim proprio porque existimos, se toda a nossa razão de ser consiste em appellar para um poder que não nos escuta? Assim, só seriamos intransigentemente republicanos no caso da monarchia não nos salvar; e como não desistimos nunca de a ver operar o milagre da nossa salvação, só nos decidiremos a entrar na scena politica como republicanos que somos, quando o paiz estiver perdido, isto é, quando já não formos precisos, pois está por provar que a republica resuscite mortos.

Esta concepção de uma republica *em ultimo caso*, resulta — deixe-me esclarecel-o — do detestavel ambiente de hypocrisia e de mentira que a sociedade conservadora nos tem feito respirar e dentro do qual não tem sido permittido ver desabrochar nenhuma verdade orgulhosa e forte. Assim a mais nobre, a mais pura, a mais desinteressada associação de idéas e de aspirações que jámais houve em Portugal e que é esse partido a que nos orgulhamos de pertencer, tem sido levado muitas vezes a fazer o sacrificio de si mesmo, afim de não affrontar com o escandalo irritante de opiniões irreductiveis, a hypocrisia, a estupidez, a pusillanimidade, a flacidez moral das classes superiores. D'essa necessidade lhe veio sem duvida o geito de conciliação que nenhuma razão justifica, ou explica, nem

mesmo a de não affrontar o espirito conservador da sociedade, pois só são conservadores em Portugal os inimigos do progresso, ou os inimigos da nação e com inimigos facciosos não ha contemplações.

Seja como fôr, é certo, meu amigo, que depois dos acontecimentos do principio d'este anno, nós recuperamos aquella serenidade de que só somos arrancados de vez em quando pelos tiros da municipal, ou pelas cutiladas da policia, e, cumprindo aquelle dever a que continuamos a chamar patriotico, de offerecer os nossos prestimos ás instituições, aqui estamos á espera de que ellas nos despertem outra vez com a pancadaria do costume.

Razão tem, pois, em se preocupar com isso e eu mesmo não estaria tranquillo, se não confiasse muito mais do que no espirito bellicoso dos nossos chefes, no espirito bellicoso da nação.

A minha confiança — eu sei! — não é partilhada. Confia-se n'um homem, nas suas faculdades, nas suas energias, na sua força. Não se confia igualmente na sociedade. Eu, porém, confio na sociedade.

\*

A sociedade dá por vezes, dá mesmo n'este momento, a impressão da impotencia. Esta monarchia que não tem já que fazer e que continua existindo, este poder exgotado que procura governos e já não os encontra, estes governos que se succedem até o incomportavel e o insupportavel, este estado de tensão que não se resolve, esta expectativa que não se explica porque já

nada espera, tudo isto, eu sei, dá a impressão de uma sociedade debilitada e sem forças ; mas escute-a simplesmente se póde, applique o seu ouvido ao sólo social e ouvil-a-ha rugir.

A situação é vulcanica. A superficie da sociedade é calma. Por baixo circula um fogo destruidor. O outro dia n'um electrico, um conductor disse-me :— *E' certo que vão dissolver a camara?* Referia-se á camara municipal. Eu respondi :— *Não sei!* Elle, porém, sem me escutar e como que contestando a si mesmo e a um colloquio interior, accrescentou :— *Que venha! Que venha! Quanto mais depressa melhor!* Olhei para elle. O seu aspecto era grave. O seu rosto exprimia surda irritação, concentrada colera.

Se eu referisse este episodio social de rua a qualquer d'esses espectros do velho Portugal que por ahi transita de sobrecasaca e chapéu alto, elle rir-se-hia talvez, não tomaria a serio o meu conductor de electricos e a sua colera. No entanto, esse homem é a revolução. A sua vehemencia, a sua impaciencia, a sua ira são o fogo interior que mina a sociedade portugueza. E' o povo, meu amigo, aquelle povo de que fallava Hugo, marcado ainda no hombro pelo ferrete da servidão, mas deixando já adivinhar n'um clarão da fronte as premeditações do genio, e se de muitas coisas e de muitos homens duvido, n'esse povo e nas suas energias — creio.

Deixe, pois, vir o que estiver para vir.

A causa do nosso futuro não está já nas mãos de um partido. Isso foi tempo. E' a causa da nação e está nas suas proprias mãos. Está, portanto, optimamente entregue.

Espere. Espere—o gesto aggressivo. As institui-

ções hão de fazel-o e sem demora. Tudo o provoca. Eu mesmo com estas pobres paginas, involuntariamente o estou talvez provocando. A Democracia é já um Estado no Estado. Está no parlamento, está nos municipios, está nas parochias, está nos lares, está nos corações e, de todos os lados, afflue ao cerco das velhas instituições feudaes. Não tarda o primeiro tiro e o primeiro tiro será o signal do fim.

Eu não conheço na historia de povo algum um estado social mais amadurecido para uma revolução. A vida — pode dizer-se — suspendeu-se para que ella viesse, e todos os dias ella é esperada, e em cada dia que passa nos surprehendemos de que ella não tenha vindo já. Será amanhã? Será depois?

Amanhã, ou depois, durma e durma descansado. Ha-de ser acordado por uma alvorada deslumbrante que o offuscará e quando abrir de par em par as suas janellas sobre esta linda terra que é a nossa, verá nascer, florir, cantar um Portugal tão differente do Portugal d'hoje que o não conhecerá.




---

**Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.**

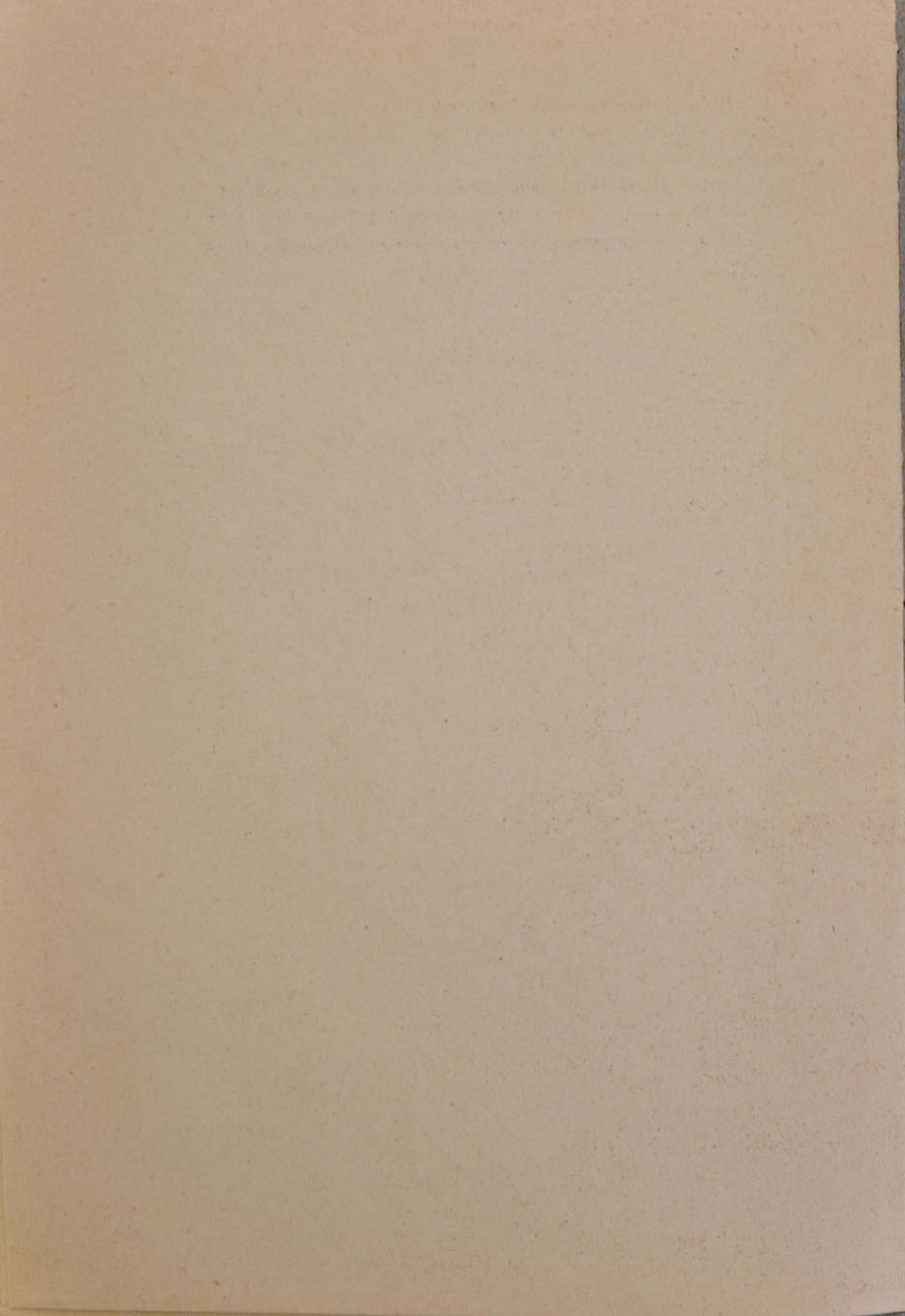
**Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.**

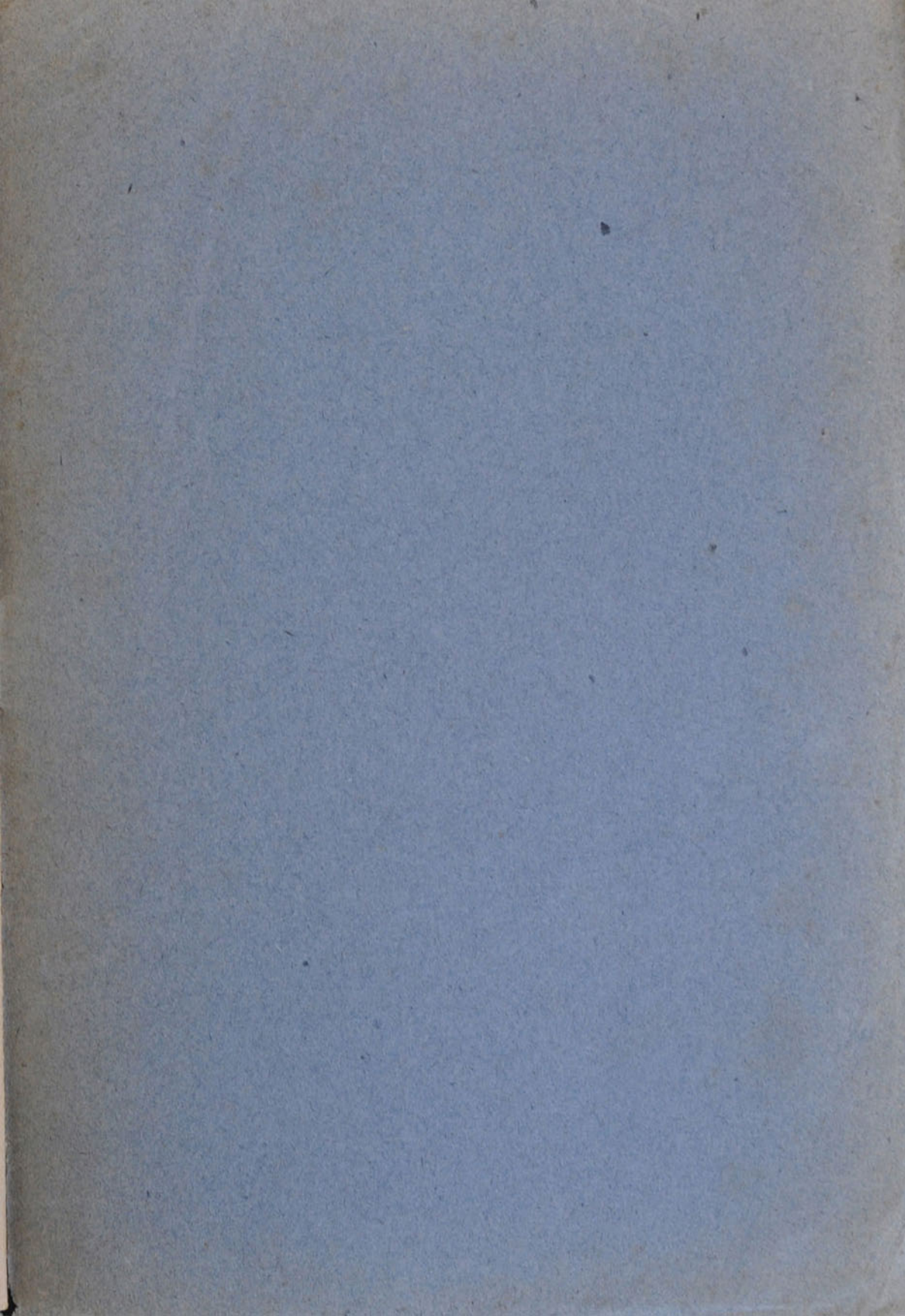
Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.

Toda a correspondencia deve ser dirigida para a rua do Diario de Noticias, 145 - 2.º, onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

*Estão feitas reimpressões do 1.º e do 2.º numero.*

*Acceitam-se agentes nas provincias.*







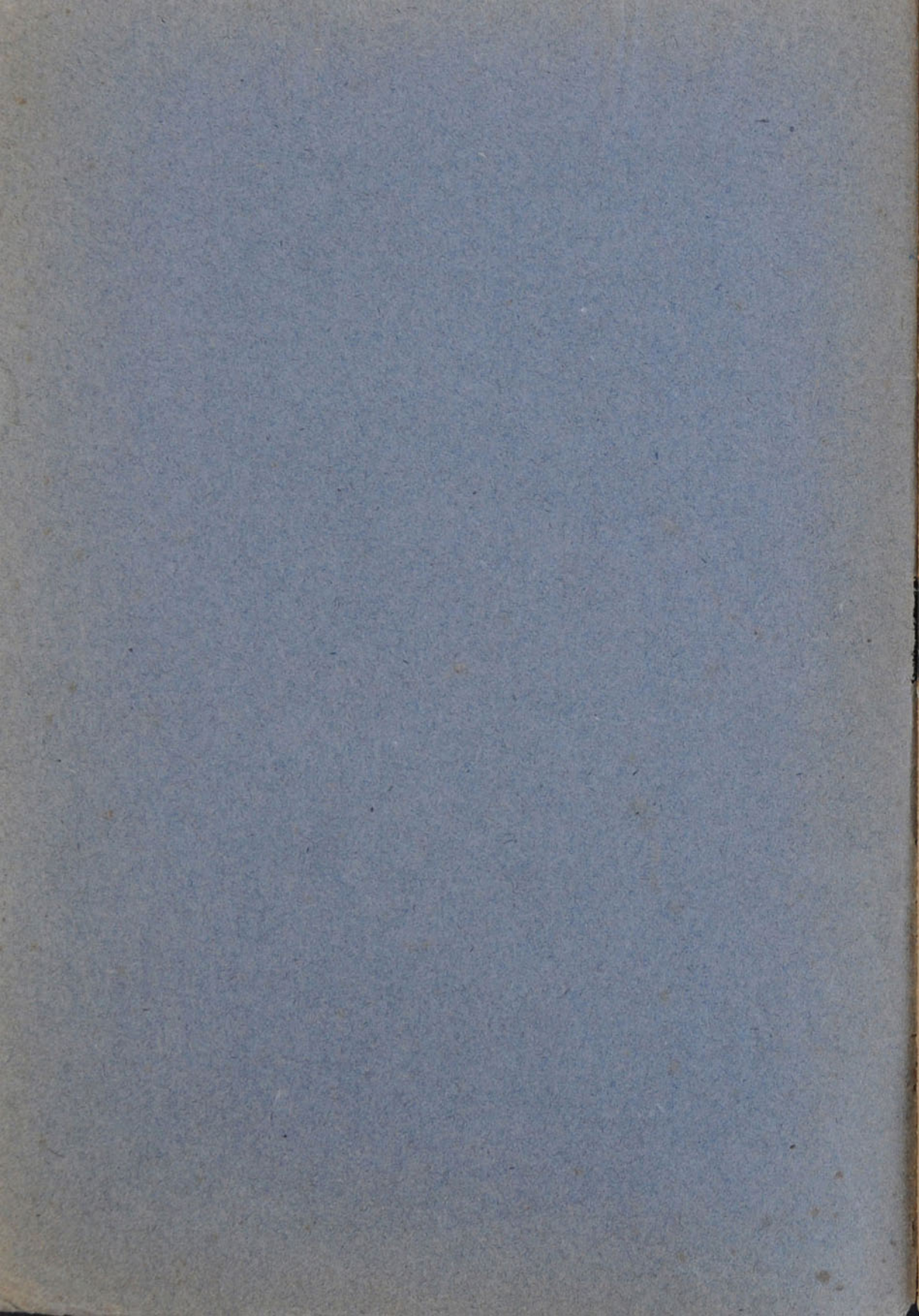


*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

N.º 5



# CARTA

AO

SEGUNDO CONSELHO DE GUERRA

DA 1.<sup>a</sup> DIVISÃO MILITAR

DEPOIS

DA ABSOLVIÇÃO DO TENENTE LOPES

---

---

*Lisboa, 4 de Janeiro de 1909.*

**A**CABO de ler nos jornaes, que vv. ex.<sup>as</sup> absolveram e mandaram em paz o tenente da Guarda Municipal, Teixeira Lopes, accusado de ter feito um uso immoderado da força sob o seu commando, na igreja de S. Domingos e por occasião do acto eleitoral de 5 de abril do anno passado, do que resultou o morticínio popular a que d'ora avante ficou ligada aquella data, entre as tantas datas sangrentas que vem assignalando a modernã historia d'este povo de Lisboa.

Acabo de ler essa noticia nos jornaes, ex.<sup>mos</sup> senhores, com grande compungimento, não porque eu seja um inimigo pessoal do tenente Lopes e o deseje

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

ver privado das suas honras militares, ou gemendo n'um carcere, mas porque sou um amigo da Justiça e do Direito, e tanto uma como outro foram cruelmente offendidos pela sentença que vv. ex.<sup>as</sup> acabam de pronunciar em favor do referido official. Ora, ha homens e eu pertenço a esse numero, que não pôdem ver offender a Justiça e o Direito, sem sobresalto, porque, — supprimi uma e outra coisa, embora momentaneamente, da sociedade, e ella sente-se por assim dizer á mercê. E' como supprimir a policia. Se ella desaparecesse, o que succederia? — A sociedade ficaria á mercê dos malfeitores. A Justiça e o Direito são a nossa policia moral. Abolil-a, negal-a por uma hora que seja, é lançar o panico nas consciencias.

A sentença de vv. ex.<sup>as</sup> provocou esse panico.

O que foi o morticinio de S. Domingos?

Vv. ex.<sup>as</sup> dizem que foi um conflicto.

Não! — Foi um crime.

Entre o povo e a Guarda Municipal não houve conflicto. Allega esta, sem duvida, que contra ella foram disparados numerosos tiros e despedidas numerosas pedradas. A sua allegação, porem, só teria algum valor se apresentasse os seus mortos, ou os seus feridos. Apresentou-os? Não.

Não houve, portanto, conflicto.

Por 'outro lado, é o morticinio de S. Domingos o resultado de uma d'essas descargas inesperadas das

espingardas da Ordem, que semeiam a morte no meio das multidões agglomeradas e iradas.

Não.

A Guarda Municipal não esteve nunca no meio da multidão n'essa tarde de 5 de abril, nem multidão houve. Numerosas e insuspeitas testemunhas o declararam; o mesmo accusador official o verificou: em frente da igreja, segundo uns, havia uma pequena quantidade de povo; segundo outros, o largo estava deserto.

No entanto, qual foi o balanço mortuario d'essa tarde? Quatorze mortos e mais de oitenta feridos! Um horror!

Como fez a Guarda Municipal tamanho estrago?

*Caçando*—declarou o accusador official. «A municipal atirava sobre as pessoas que passavam para a sua vida.» disse uma testemunha, o typographo Alfredo Franco. Outra testemunha ouvida no fribunal, o commerciante Thomé de Barros, accrescentou: «Os soldados alvejavam os pequenos grupos que, ao longe, se apercebiam.» Tombaram muitas dezenas de pessoas. Só elle contou oitenta feridos.

Um operario caldeireiro passava com a mulher e um filho. Iam para a Avenida. Era domingo e o dia estava lindo. Subito, o homem cahiu, varado por uma bala. Um rapaz de 25 annos, caixeiro, regressava de um passeio a Algés: ao passar no Rocio, uma bala atravessou-lhe um braço. Um creado do dr. Alves da Silva tinha sahido a fazer umas compras: um tiro atravessou-lhe ambas as pernas. Outro creado de servir recebeu um tiro n'uma coxa. Um marçano de 13 annos passava com um companheiro mais velho pelo Rocio. Ouviram os tiros, encheram-se de metlo: cada um de-

satou a fugir para o seu lado. O mais novo recebeu uma bala n'um braço. Um moço de fretes ia a um recado. Foi ferido na mão esquerda: teve dois dedos amputados. Um bombeiro passava com seu filho pela mão. O pequeno tem 12 annos. Está cheio de medo. O pae arrasta-o para longe, espavorido. N'isto a creança dá um grito, o pae outro. Estão ambos feridos. O pae tem uma bala na perna e a mão da creança, estilhaçada, sangra. No hospital amputam-lhe dois dedos. Um medico naval, o dr. Almeida Manso, vaé a passar. — Fuja! gritam-lhe de todos os lados. Não vá para ahi que estão matando gente! O dr. Almeida Manso declara: «Ouviam-se as descargas com intervallos de tres a cinco minutos». Dois individuos abrigam-se por detrás das columnas do Theatro de D. Maria. Um d'elles conta: «Em volta cahiam pedras e pedaços de estuque».

Esta *chasse à l'homme* dura tres horas. E' noite fechada e o tiroteio continua. As 8 da noite, uma mulher que passava com uma creança ao colo, cahe ferida por uma bala. E' soccorrida pelos bombeiros, que expondo-se aos riscos das balas, andavam com macas rodadas levantando os mortos e os feridos d'esta horrivel chacina. Um d'elles, o voluntario Raul Affonso da Costa, que ajudou a transportar feridos n'uma maca rodada da secção 18, declara: «Fui quatro, ou cinco vezes ao hospital. Todo este serviço foi feito debaixo de fogo.» A essa hora já tinham sido levados para o Banco 88 individuos, feridos. No hospital não havia medicos que chegassem, nem mezas para as operações. O sangue corria no atrio. As victimas accumuladas d'essa atrocidade armenia gritavam que lhes acudissem, bradavam: Assassinos! Assassinos! Dois dos medicos que assistiram a essa scena, disséram-me que não a

esquecerão mais. Os feridos eram todos de bala, uns no peito, outros na cabeça, outros nos braços, outros nas pernas. Um mesmo tiro varou as duas pernas d'um. Outro tinha o figado em pedaços. Durante toda a noite o hospital de S. José foi um hospital de sangue. Pela madrugada, os medicos estavam extenuados. Na Morgue havia um montão de cadaveres, que os jornaes fizeram photographar. Essas photographias lembram as scenas de assassinio das repressões turcas.

Do Quartel General sahiram ordens para que cessasse este espantoso crime. Em vão! Já a sentinella do Quartel e mais quatro soldados tinham sido feridos e eram levados para os hospitaes. Uma bala entrara por uma janella do edificio, penetrando n'uma sala onde se encontravam reunidos alguns officiaes. O tiroteio não cessava.

\*

A penna cança. Dir-se-hia que estou phantasiando e que todos estes horrores são o fructo da minha imaginação.

No entanto, não.

Antes de lhes dirigir esta carta, ex.<sup>mos</sup> senhores, consultei quantos jornaes pude, de todas as côres politicas, e percorri attentamente o laborioso inquerito feito pelo Directorio republicano a esses acontecimentos inauditos. Eu mesmo fiz um inquerito pessoal de historiador que tem a felicidade de se encontrar dentro da historia e a interroga.

Não dou novidade a vv. ex.<sup>as</sup> dizendo-lhes que, em-

quanto esses mortos e esses feridos cahiam, a força da Guarda Municipal do commando do tenente Lopes se encontrava refugiada no interior da igreja de S. Domingos, fazendo fogo por detraz de verdadeiros abrigos, como o fizeram os tres soldados postados por ordem d'aquelle official na varanda do templo, e, que d'essa forte posição, semearam o exterminio.

Entretanto, que terrivel inimigo, ou que aggressões impetuosas combatiam elles com tanta ferocidade?

Numerosas testemunhas o declararam já: o largo fronteiro á igreja estava deserto, ou quasi deserto. E como não o estaria? Não ha heroismo popular que ouse defrontar-se com uma parede erriçada de espingardas que não cessam de disparar. O largo estava deserto e só em breves intervallos do tiroteio, um ou outro transeunte desprevenido, ou imprudente, ousava passar, pensando talvez que tudo tinha acabado. Esse, cahia.

Assim cahiram tantos, que só á custa de um verdadeiro heroismo foram levantados e soccorridos. Uma testemunha, o impressor Manuel Dias Pimenta, quiz acudir a um.—«Retire-se, senão morre!» gritaram-lhe os soldados por detraz das grades. Um homem, ferido com uma bala, pedia que lhe accusassem, fallava nos seus filhos. Conseguiu acudir a esse levando-o para o hospital. Ali morreu. Pelo caminho, o infortunado dizia que todo o seu crime era—«*ir para casa*». Outra testemunha, o escripturario Francisco Jorge Ferreira e mais quatro individuos, tentaram approximar-se de um ferido, na embocadura da Travessa de S. Domingos. Sobreveio uma descarga e um d'elles foi attingido por uma bala. O grupo fez novas tentativas do lado da Praça da Figueira, sendo sempre, conta a mesma testemunha, recebido a tiro. O ourives José Lourenço dos



Reis, conseguiu, com mais outros, retirar um ferido puchando-o para o lado. Para o conseguir tiveram de se deitar todos no chão e caminhar de rastos, sob a ameaça das espingardas. Um homem que recebera uma bala na cabeça, refere outra testemunha, o marceneiro Arthur Quintino, ficou deitado de costas á porta da igreja, por mais de um quarto d'hora, sem soccorro algum, «não consentindo a furia dos municipaes que os populares lhe accudissem». Uma carreta de bombeiros veio mais tarde levantal-o.

\*

VV. ex.<sup>as</sup> insistem em chamar a isto um conflicto?  
Onde está aqui o conflicto?

Eu não vejo senão homicidio, morte. D'um lado, uma soldadesca aziatica, estúpida até á inconsciencia, sanguinaria até á loucura; do outro lado, o povo metralhado, o povo massacrado de sempre. Resistindo? Nem isso! O povo de 5 de abril de 1908 não fez mais do que morrer, e quantos morreram que tivessem simplesmente esboçado um gesto de rebellião? Poucos. Conta a testemunha que já invoquei, o marceneiró Arthur Quintino, que um d'esses foi um popular que, vendo cahir a seu lado uma creança, correu para a frente da igreja, e abrindo o casacó, mostrando o peito, n'esse gesto hereditario do povo que se sacrifica, bradou para os soldados: «Matem homens ao menos! Atirem aqui!» Os soldados atiraram e o homem cahiu. Mas existiu realmente esse homem? Não é elle uma necessidade da lenda? Não é elle apocripho? Na sua

maioria, na sua quasi totalidade as victimas da Guarda Municipal são transeuntes. Não são cidadãos: são lebres que passam ao alcance da espingarda do caçador. E' um bombeiro que vae para o seu serviço, é uma familia que sahiu a passeio, são dois rapazes que regressam de uma excursão ao campo, é um creado de servir a quem o amo mandou fazer umas compras, são velhos, são mulheres, são creanças... E' atroz!

\*

VV. ex.<sup>as</sup> apreciaram a origem d'estes successos inauditos?

Trata-se de uma eleição e de uma eleição que nada teve de conflictuosa — a eleição para deputados em S. Domingos, onde uma maioria esmagadora para um dos partidos que a disputam, exclue toda a idéa de contenda. Na urna estão, ao encerrar-se o escrutinio — duzentos e tantos votos, e cento e oitenta são republicanos. No mesmo recinto em que se procedê á eleição não ha possibilidade dos dois adversarios virem ás mãos. Uma testemunha, o commerciante Thomé de Barros, o verifica declarando que a proporção de eleitores, dentro da igreja, era de 20 monarchicos para 400 republicanos, e ainda accrescenta: «O acto correu com a maior regularidade».

A eleição, porem, não fica concluida e a urna, lacrada, deve passar a noite na igreja. Alarme dos eleitores republicanos, que desejam a urna bem á vista. Dá-se um malentendido. Alguns suspeitam de que pretendem leval-a para outro lugar, occultal-a... Levant-

tam-se protestos, vozearia, um ligeiro tumulto. E' uma desordem? Não. E' um conflicto? Não. Os republicanos estão em maioria e estão senhores da sua força. Garantida a inviolabilidade da urna tudo vae sem duvida socegar, porque não ha motivo para novas inquietações, quando os soldados da Municipal invadem o templo e levam tudo á coronhada. Gritos, exclamações, protestos. Então sim, então é que a desordem começa. O tumulto é enorme. Dão-se gritos de — abaixo a municipal? E' possível. Dão-se gritos de — viva a liberdade? E' possível. E' possível e é justo. Todos os gritos são legitimos perante a violencia, e a violencia, d'esta vez, não tem limites. Os soldados não respeitam sequer o presidente da meza, o padre Fernando Eduardo da Silva, o qual, n'uma carta dirigida aos jornaes, dizia no dia seguinte, que «*a força parecia cega e nada respeitava*», accrescentando: «Tambem fui victima da Municipal, que me recebeu á coronhada, quando, com a meza, lhe fazia entrega da urna.»

Affirmar que, n'este momento, começa o conflicto não é exacto. O conflicto nunca começou. O que n'este momento começa é a chacina. Fallam primeiro as coronhas das espingardas e as bayonetas. A breve trecho vão fallar as espingardas mesmo, pela bocca dos seus canos. O povo não sabe ainda o que o espera e indigna-se. — Fóra! fóra! grita-se. As coronhadas chovem, e então vê-se isto: os que fogem de dentro da igreja são recebidos á bayoneta pelos soldados que ficaram á porta. Um d'elles corre sobre um rapazito, de bayoneta em riste. Outro—diz a testemunha Antonio da Costa Junior, empregado do commercio — fere no peçoço um homem já idoso, que foge espavorido estancando com a mão o sangue que lhe tinge o collarinho.

A' coronhada muitos são derrubados, muitos são feridos. O primeiro sangue corre e dá o signal da manança.

Passou-se isto ao pôr do sol. A's 9 horas da noite, ainda a igreja de S. Domingos despejava metralha. As portas e janellas das casas proximas estavam cheias de buracos de balas. Cahiam mortos e feridos, como n'um campo de batalha. Havia poças de sangue no largo e nas circumvisinhanças. Havia sangue nas paredes. Com um dedo embebido no proprio sangue, um popular ferido desenhava n'uma parede os symbolos do seu terrivel dilemma pessoal—um barrete phrygio e uma cruz: Liberdade, ou Morte!

\*

Vejamos agora o que se passou no tribunal a que vv. ex.<sup>as</sup> presidiram e que acaba de julgar o official responsavel por estes terriveis acontecimentos.

D'um lado, o accusador official põe a questão n'estes termos: «Crime! O povo foi verdadeiramente assassinado».

Por outro lado, a defeza diz: «Desde que havia tumultos, o reu podia considerar-se em campanha, fazer descargas e mandar livremente para a janella do côro uma fracção da sua força». E accrescenta: Quer dizer, o sr. tenente Lopes deu magnificas provas (*sic*) para o posto immediato, porque, se n'um exame theorico, lhe tivessem proposto a defeza da urna de S. Domingos e elle o fizesse por forma diversa d'aquella por que o fez, seria fatalmente reprovado».

Aqui estão pois, dois criterios oppostos. Para o accusador, a victima chama-se— o Povo. Para o defensor, a victima chama-se— o Inimigo. Para o accusador, o caso de S. Domingos é um caso de abuso da força armada, punivel. Para o defensor é um bom exame de estrategia. O accusador diz: Castigue-se! O defensor por pouco não diz: premeie-se!

O que faz o tribunal?

Premeia. Premeia, porque ha circumstancias em que a absolvição não innocenta: sanciona. O segundo conselho de guerra, constituido por vv. ex.<sup>as</sup>, absolvendo o tenente Lopes, deu essa sancção ao morticínio de 5 de abril.

Contra essa absolvição tudo clamava. Havia sangue de mais e razões de menos. A' falta d'outras vv. ex.<sup>as</sup> attenderam em ultimo caso a esta — que a intenção do official que julgaram não fôra criminosa, como se fosse possivel admittir a razão contraria, isto é, de que o fôra. Sem duvida, a sua intenção não foi criminosa! Elle não teve qualquer interesse pessoal em matar, ou ferir cada uma das suas victimas. Nenhuma d'ellas era seu inimigo pessoal, isso provou-se, assim como se provou que a elle, por sua vez, todas eram por igual indifferentes. Mas feriu, mas matou, e em circumstancias, ao menos, que justificassem o emprego da sua força real contra massas inermes? Nem isso! Assim feriu, assim matou por precipitação, por levandade, por insensatez, por desvario, por perda de sangue-frio, por perda de razão,— lisongeiras hypotheses! — e onde e quando é que se viu reconhecer aos portadores da força armada o direito de se servirem das suas armas como instrumentos inconscientes de homicidio?

Esse direito lhes reconheceram, no entanto, vv. ex.<sup>as</sup> ao eximirem o tenente Lopes das tremendas responsabilidades em que incorreu. Essa absolvição abre a porta ao massacre e pode muito legitimamente fazer estremecer o coração das mães, o das esposas, o das irmãs, que, como aquellas que perderam entes queridos na chacina de 5 de abril, se lembrem de que, por sua vez, podem vir a perder os seus, em futuras chacinas.

\*

Em que razões se fundaram vv. ex.<sup>as</sup> para absolver, para premiar, para sancionar, para legalisar?

Nas do defensor?

E' pouco.

Não! Em vv. ex.<sup>as</sup> predominou o espirito militar; mas então, deixem-me dizer-lhes, vv. ex.<sup>as</sup> estão, mesmo no ponto de vista do que possam chamar o *espirito militar*, atrazadissimos, porque o espirito militar moderno não é já nada d'isso.

Em rigor o espirito militar moderno é—anti-militar. Nas sociedades civilisadas, mesmo na Allemanha, para cujos reluzentes capacetes vv. ex.<sup>as</sup> estão talvez a olhar embasbacados, já não ha distincções tarimbeiras entre Povo e Exercito. Povo e Exercito são uma e a mesma coisa: são—a Nação. O exercito não tem já outro espirito que não seja o espirito democratico e é esse espirito que inspira os seus actos. VV. ex.<sup>as</sup> não ouviram referir o caso do tenente coronel Schwartz, commandante da força de cavallaria que manteve a

ordem durante a ultima grève de Courrières, na bacia mineira da França? Esse official viu a sua força atacada pelos mineiros grévistas, em tão grande numero e com tal violencia que justificavam o emprego das armas. Os seus soldados cahiam como tordos de cima dos sellins, feridos por pedradas jogadas por fundibularios mais certos do que David, e um dos seus tenentes morreu. Pois o tenente coronel Schwartz não fez emprego das armas. Em recompensa d'este *feito de guerra*, o governo francez condecorou-o com o officialato da Legião d'Honra. Aqui tem vv. ex.<sup>as</sup> o espirito democratico. E o caso d'Etampes, conhecem-n'o? Em Etampes, o povo levantou barricadas, fez fogo como n'uma batalha e um dos primeiros feridos foi o general que commandava a força com a qual elle se defrontou. De parte a parte houve victimas; mas suspenza a lueta, o general, ainda ferido, veio fazer a continencia militar aos populares mortos pelas balas dos seus soldados. Este general não era um general: era a nação que nunca é feliz por perder um dos seus filhos.

Citaram-se no conselho de guerra, varios exemplos do velho e do novo mundo para legitimar as crueldades de S. Domingos, mas não se citaram estes. Estes é que são os bons e são estes que servem de lição aos exercitos modernos.

Se vv. ex.<sup>as</sup> se tivessem inspirado n'elles não teriam absolvido o tenente Lopes, porque só ha absolvição onde não ha culpa e a culpa d'esse official proclamavam-n'a d'um lado, os seus soldados incolumes, e do outro, com os cadaveres das suas victimas e os corpos dos seus mutilados, o côro clamoroso das viúvas e dos orphãos que elle engendrou.

Absolveram-n'o, mas levantaram uma terrivel sus-

peita na consciencia dos portuguezes: a suspeita de que estão á mercê de uma força que se organisou não para o defender, mas para o attacar, não para o salvar, mas para o perder.

Eu, por mim, torno a dizel-o, senti um grande compungimento ao conhecer a deliberação de vv. ex.<sup>as</sup>. Senti um grande compungimento e, accrescentarei, — um grande vexame, porque ella veio, por um momento, inflingir um cruel desmentido áquelles que, como eu, affirmam, contra a opinião talvez das maiorias, que o exercito não é uma força organizada contra a nação. Nós vimos sustentando, com effeito, ex.<sup>mos</sup> senhores, contra a opinião dos desalentados que dizem tudo perdido e contra a dos pessimistas que dizem tudo envenenado, que o exercito não é um corpo extranho na nação, que sente e soffre com ella e virá mais tarde ou mais cedo, como na Turquia ha pouco o exercito ottomano, a estender-lhe fraternalmente as mãos.

Que especiaes razões temos nós para o affirmar?

Razões especiaes, nenhuma. Tão somente o affirmamos em virtude das razões — da razão.

Nós sustentamos que é não já immoral mas insensata, a idéa de um exercito sem significação social.

— Tem-n'a, objectam os nossos contradictores, e accrescentam: O exercito é reaccionario!

— Não é tal! retorquimos nós. O exercito é a sociedade, exprime a opinião da maioria e a maioria social não é reaccionaria. O exercito é liberal. Em rigor é revolucionario. Deve sel-o.

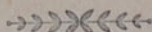
— No entanto, ha reaccionarios no exercito! insistem os nossos contradictores.



— Como ha reaccionarios na sociedade civil, tornamos nós.

N'esta polemica estavamos empenhados, quando vv. ex.<sup>as</sup> sobrevieram com a sua sentença, e que pretende ella affirmar?— Que o exercito é reaccionario!

E' desolador, não tanto pelo que significa, como pelo mau bocado que nos faz passar. Verdadeiramente vv. ex.<sup>as</sup> deixaram-n'os ficar mal collocados perante os que affirmam que o exercito não é uma força moral, militante, mas um instrumento irracional de resistencia. Ficamos mal collocados, porque n'este momento são elles que parecem ter razão.



---

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

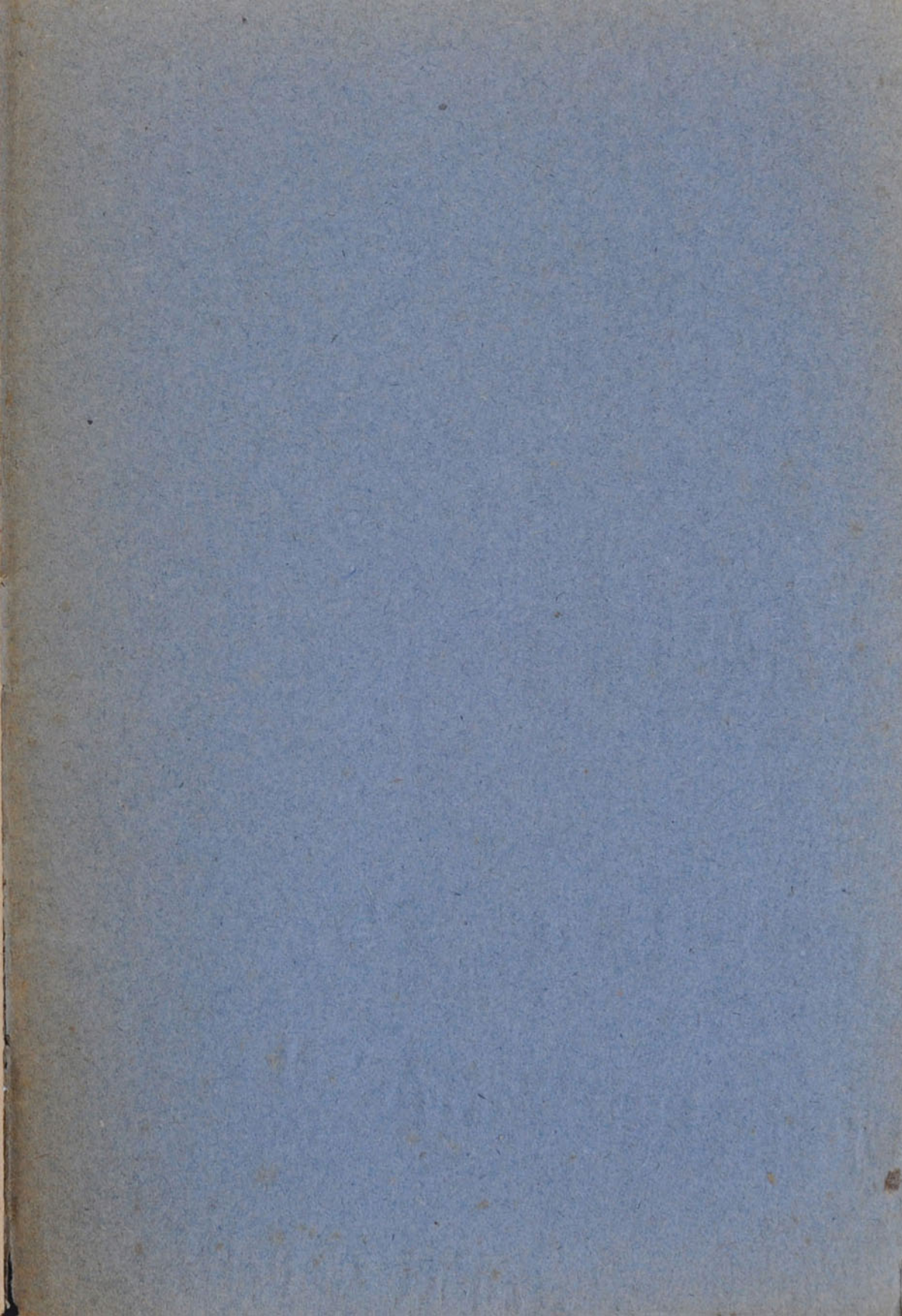
Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. —  
O seu preço é de 50 reis.

**Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.**

**Toda a correspondencia deve ser dirigida para a rua do Diario de Noticias, 145 - 2.º, onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.**

*Estão feitas reimpressões do 1.º e do 2.º numero.*

*Acceitam-se agentes nas provincias.*



103

*CARTAS POLITICAS*

POR

*JOÃO CHAGAS*

N.º 7

3



# CARTA

AO

DOUTOR BERNARDINO MACHADO

SOBRE A REVOLUÇÃO

---

---

*Lisboa, 18 de Janeiro de 1909.*

Meu presado amigo :

**A**CABO de ler a sua entrevista com um redactor do *Mundo*, sobre a situação portugueza, e não resisto a pegar immediatamente na penna para manifestar ácerca das suas opiniões algumas discordancias que, tenho d'isso a certeza, não me levará a mal, e digo que tenho d'isso a certeza porque v. ex.<sup>a</sup> não pertence ao numero das naturezas viciosamente vaidosas que se sentem diminuidas quando veem discutidas as suas opiniões. Discutir uma opinião é, alem d'isso, prestar-lhe uma homenagem, e v. ex.<sup>a</sup> é

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

uma natureza tão espiritualmente combativa que constantemente a sollicita não só dos seus adversarios, como dos seus mesmos amigos politicos e eu sou um d'elles, accrescido de um amigo pessoal, como v. ex.<sup>a</sup> sabe.

Posto isto, aqui está em que consistem as minhas divergencias.

Em primeiro logar, parece deprehender-se do espirito da conversação que v. ex.<sup>a</sup> teve com o redactor do *Mundo*, que os republicanos são empurrados para a revolução pelos monarchicos e a sua reacção. Ora, eu, por exemplo, não pertença a este numero e muitos ha como eu. Eu, nós, deixe-me v. ex.<sup>a</sup> exprimir-me assim, não somos mais activamente republicanos pelo facto de a monarchia reagir contra as nossas aspirações e os nossos esforços. Se ella não reagisse, não deixaria em primeiro logar de ser a monarchia e depois de ser como é, perniciosa e funesta.

Durante longos annos a monarchia em Portugal desistiu de reagir (fazendo-o tanto mais facilmente, quanto os seus inimigos eram poucos) o que não impediu que causasse terriveis estragos n'este paiz. Imaginemos que ella renunciava definitivamente á reacção. Seria ella por isso, melhor, ou mais util? Nós temos abusado um pouco da palavra *reacção*, podendo assim haver quem acredite que a monarchia se indispoz com o paiz, porque lhe bateu e que o paiz está dorido e amuado. Não! A indisposição nacional tem origens mais graves, assim como a formação do partido republicano, o seu desenvolvimento, os seus progressos se fundam n'outras razões de interesse publico, de progresso e de civilisação. Por muita liberdade que a monarchia nos dêsse nem por isso deixariamos de verifi-



car que ella não nos serve, pois já fez todo o mal que um regimen politico pode fazer a um Estado e nada mais ha a esperar d'ella senão que o torne irremediavel.

Alem d'isso existe uma questão de justiça que é preciso não pôr de parte e que é igualmente um dos fundamentos do partido republicano e a revolução a que elle aspira é a resolução d'essa questão de justiça. A revolução não pede a cabeça dos monarchicos (os costumes cada vez se oppõem mais a essas fórmãs de fazer justiça), mas pede a sua destituição e é o menos que pode pedir. Não é justo que os auctores de verdadeiros attentados, não digo já contra a liberdade — quero omittir esses — mas contra a fortuna publica, continuem á frente dos negocios publicos, alem do prazo que é licito conceder ao tribunal da opinião para os julgar e condemnar. Permittil-o é uma immoralidade e tão grande que passa as fronteiras. Lembre-se v. ex.<sup>a</sup> que a sympathia que João Franco encontrou na opinião estrangeira se deveu unicamente ao facto d'elle justificar a sua dictadura com a necessidade de fazer justiça contra os auctores d'esses attentados; e que hão de pensar d'este paiz os estrangeiros, vendo-os campeiar de novo, com a apparente solidariedade da nação?

Justiça! A justiça é que dirige o homem e governa os povos. Em Portugal, não ha, portanto, logar sequer para uma monarchia liberal, porque não é já de uma questão da forma de governo, mas de uma questão moral que se trata. A monarchia é uma immoralidade e como poderiam os republicanos, já por tantos motivos incompativeis com ella, acceital-a, reconhecel-a, sanccional-a sob o pretexto de que ella não os priva do direito de exercer a sua acção legal? Para que os

republicanos se contentassem com isto seria preciso que constituissem não a força social que são, arrega-damente patriótica, mas uma seita de doutrinarios sem patria, sonhando uma republica abstracta n'um reino que não fosse d'este mundo.

Não! Não se contentam com isso, nem acceitariam melhor a nossa monarchia delapidadora e dissipadora, se ella não lhe roubasse os votos e lhe garantisse a vida na visinhança das urnas. De todas as maneiras a monarchia lhes appareceria como coisa intoleravel e, com ella, a necessidade de pôr termo á sua obra.

Por isso tambem, quando offerecemos á monarchia a nossa collaboração patriótica, nós não fizemos, na realidade, senão propôr á discussão uma these — a these de uma sociedade portugueza, possivel com a monarchia. Os acontecimentos provaram a nosso favor e contra a monarchia, que a these era falsa.

A nossa razão de ser como republicanos não augmenta, portanto, na razão das resistencias que as instituições monarchicas nos offerecem, mas é a mesma todos os dias. Ellas não nos levam aos empurrões. Nós é que as levamos a ellas, com a força irresistivel das idéas que representamos. Reagem? Reagem contra essa força.

\*

A reacção, que tanto parece surprehender-nos e a que v. ex.<sup>a</sup> faz alarmadas allusões na sua entrevista,

é um phenomeno naturalissimo. Não é mesmo um phenomeno politico: é um phenomeno physiologico — E' a febre.

Pois quê! A monarchia encontrar-se-hia no ultimo grau de depauperamento, reduzida ás suas derradeiras forças, sentindo-se morrer e não reagiria? Pois quê! A monarchia não teria uma idéa util, um partido são, um politico aproveitavel e não reagiria? Pois quê! A monarchia estaria cercada pela hostilidade geral, não encontraria uma voz escutada e harmoniosa que a defendesse, teria chegado ao ponto de sollicitar dos seus ultimos amigos que fizessem *Ligas* para a sua defeza e não reagiria? Pois quê! A monarchia teria perdido todo o terreno no paiz, não teria hoje mais dominio sympathico do que no palacio em que reside e em que está cercada, e não reagiria?

A monarchia reage contra o seu mal, como o organismo reage contra a doença. A reacção é a sua febre.

Tome v. ex.<sup>a</sup> o pulso, não digo já á monarchia, mas a um monarchico. Deve estar febril e com razão. A queda dos principios é já um grande mal, mas a derrocada dos interesses é uma catastrophe. D'essa derrocada estão ameaçados os monarchicos. Para uns, a queda da monarchia é a perda da sua influencia. Não morrem: ficam vivendo, mas é como se deixassem de existir para os effeitos sociaes da representação. Estão no primeiro plano; passam para o ultimo. São hoje — a Sociedade; passam amanhã a constituir uma classe social. São anjos cahidos.

Para outros, a queda da monarchia é a ruina. V. ex.<sup>a</sup> não ignora que os monarchicos morrem pobres, mas não ignora tambem que vivem ricos. Para esses,

a queda da monarchia é um drama domestico. Talvez a Republica lhes conserve o necessario—não o posso affirmar—mas onde ir buscar o superfluo? Ora v. ex.<sup>a</sup> não o sabe, porque é o typo de *l'homme sage* de Plató, mas, para um certo numero de temperamentos, o superfluo é muito mais preciso do que o necessario. Para esses, a vida perde todo o sabor e fica sendo — a Adversidade. Adeus gosos que não mais voltarão e adeus a esperança de os recuperar! Adeus existencia brilhante e cara! Adeus confortaveis domicilios! Adeus apraziveis viagens! Adeus theatros, adeus bailes!

A' idéa de que a monarchia cahirá, ergue-se perante um grande numero de monarchicos, est'outra idéa pavorosa: trabalhar! E quantos o sabem? V. ex.<sup>a</sup> está talvez sorrindo. Faço-lhe a justiça de acreditar que não me está chamando—paradoxal. Eu e v. ex.<sup>a</sup> mesmo, se recorrer ás lembranças do tempo em que administrou este paiz, conhecemos não um ou dois, mas innumeraveis paladinos das instituições, que vivem n'um regimen de ociosidade largamente remunerada, de que lhes seria bem doloroso sahir.

Estes interesses reagem? Naturalmente. Se ha reacção que se explique é a sua. Essa reacção é feroz. Não é já o homem que se defende: é o lobo. Se fôr preciso que milhares de portuguezes morram para que certas digestões se façam em paz, esses portuguezes morrerão.

Mas não reagem apenas estes interesses vis e estes são o maior numero: reagem tambem contra o espirito revolucionario e contra a revolução, as forças do passado: reage a nobreza, reage o clero, com igual razão, porque a revolução, inimiga dos privilegios e inimiga dos dogmas, é o seu fim.

Essa reacção não é menos feroz. A nobreza não quer perder a côrte; o clero não quer perder a igreja. São estes os seus dominios. Defendem-se n'elles. Como? Por todas as formas humanas e deshumanas, e não vê v. ex.<sup>a</sup> como se defende o clero? O Deus de Torquemada inspira a imprensa clerical.

Estes interesses associados chamam-se — Reacção. V. ex.<sup>a</sup>, como velho politico que é, designa-a na sua entrevista, pelo nome dos partidos: chama-lhe *nacionalismo*, chama-lhe *franquismo*. A reacção em Portugal não tem partido. Se aqui houve partidos dissolveram-se, para formar um bloco só de resistencia contra o espirito revolucionario e a revolução, e essa resistencia é tanto mais energica quanto a revolução é mais imperiosa; mas porque nos surprehendemos nós que isto seja assim; se na realidade isto é a nossa obra, e porque é que a reacção nos parece assustar se fomos nós que a engendramos?

\*

E' n'estas circumstancias que, interrogado sobre o modo por que o partido republicano pretende conquistar o poder, v. ex.<sup>a</sup> respondeu: «Pela discussão e pelo voto livre».

Eu sei, meu ex.<sup>mo</sup> amigo, eu sei o que estas palavras contem de generoso. Discussão! Voto livre! Bellas coisas!

Infelizmente, porem, a nossa discussão não irá longe e o nosso voto livre não dará mais do que já deu. V. ex.<sup>a</sup> mesmo o verifica: «Houve uma pausa: o ministerio Amaral». A pausa acabou. Ainda se falla? Ainda se vota? E' o provisorio. E como não o seria? A reacção não está organizada para nos abrir o campo á discussão e nos conceder o voto livre. Ao contrario, está organizada justamente para os coarctar. O ministerio Amaral cahiu porque não desempenhou esse mandato reaccionario e era preciso que um outro o desempenhasse. Ess'outro é talvez o ministerio Campos Henriques e se não fôr esse será proximamente um outro. Qual? V. ex.<sup>a</sup> mesmo já o prevê: talvez um ministerio de nacionalistas—e como esperar n'estes termos, entre um governo reaccionario e um outro mais reaccionario ainda, que a discussão e o voto livre nos levem á conquista do poder? Se a discussão e o voto livre são de repetição está bem. Senão, não!

De resto, onde foi que a discussão e o voto livre levaram á conquista do poder politico? Cite-me v. ex.<sup>a</sup> simplesmente um caso — o caso unico de um poder conquistado pela persuasão. Ao contrario, só pode citar-me casos de poderes conquistados pela violencia e pela força. E' isto excellentes? Não, mas é assim e assim será emquanto houver poderes a conquistar, porque poder quer dizer força e a força não abdica perante a razão. Queira v. ex.<sup>a</sup> passar em revista a historia. Quando é que a razão prevalece? Quando tem por seu lado a força, mas só então. A discussão e o voto livre são grandes armas, mas não são sempre as do triumpho. Considere v. ex.<sup>a</sup> este exemplo recente: a Turquia. Ali não houve discussão, ali não houve voto livre. Ao contrario, houve só tyrannia, oppressão, as-

phyxia, mas houve tambem um ardente espirito revolucionario, decidido a tudo, capaz de tudo, de todos os sacrificios, de todas as abnegações, de todos os heroismos, e esse triumphou.

\*

Accrescentou v. ex.<sup>a</sup>: «Faremos até á ultima hora por usar da nossa arma de combate, que é a discussão, a livre critica».

E quando formos privados d'ella, que faremos?

Já mesmo o somos. Onde está o parlamento? Fechado. E qual é a situação da imprensa? A mesma que era sob João Franco. As leis que a ameaçavam são as d'elle. Resta applical-as como elle as applicou, o que já se faz.

V. ex.<sup>a</sup> falla da ultima hora, como se ella não tivesse chegado ainda. Já chegou. A ultima hora é isto —este estado de instabilidade em que se encontram as coisas mais graves do Estado, esta incerteza de todos os dias sobre o que será o dia d'amanhã, este ambiente de golpe d'Estado sempre imminente, esta politica de encruzilhada que não nos deixa ver quem nos vae sahir ao caminho, este regimen angustioso de cilada.

Mas eu sei! Eu sei o pensamento que v. ex.<sup>a</sup> quer exprimir. Para v. ex.<sup>a</sup> a ultima hora é a hora em que tudo se subverte—o que resta de direitos, o que resta de garantias, como succedeu com Franco, faz agora um

anno. A ultima hora são as prisões cheias, as buscas domiciliarias, os decretos de bannimento, o caminho do exilio e as espingardas da ordem apontadas contra o peito da nação espavorida. E' a essa hora que v. ex.<sup>a</sup> chama sem duvida a ultima hora, e é possivel que a fraqueza, a indecisão, a insufficiencia, a impotencia da sociedade a condemnem a aguardar essa hora terrivel, como um boi manso de matadouro aguarda a hora do magarefe, mas inteiramente, oh! inteiramente desapprovo que de semelhante expectativa se faça um programma politico.

Eu sei! Eu sei! Esse programma não é politico. E' um programma pessoal e é o de v. ex.<sup>a</sup>. Para v. ex.<sup>a</sup> e para os seus sentimentos que tanto o ennobrecem, de alta cultura e de alta humanidade, a hora da violencia e da força é sempre aprazada. Para v. ex.<sup>a</sup>, em rigor, nunca deve chegar essa hora má. Mas v. ex.<sup>a</sup> não exprime, quando falla, opiniões pessoaes, por muito bellas que sejam e sempre o são: exprime algumas vezes um conjuncto de opiniões que são as nossas, e, em conjuncto, a nossa opinião não se traduz n'este momento pela palavra — *esperar*. Esperemos. Sim, esperemos. Se é forçoso, esperemos que o accaso dos acontecimentos faça o que a nossa iniciativa ainda não soube fazer, mas não o proclamemos collectivamente como uma resolução necessaria.

V. ex.<sup>a</sup> proclama-o, em nome dos seus principios de paz. Diz: «As responsabilidades da Revolução não são nossas, que queremos o progresso pacifico da sociedade». — «Não serão os republicanos que hão de precipitar a Revolução». Aqui está! Com perdão de v. ex.<sup>a</sup>, inteiramente discordo. A revolução é necessaria: v. ex.<sup>a</sup> parece consideral-a inopportuna. A revo-



lução é um bem: v. ex.<sup>a</sup> parece consideral-a um mal. Falla nas *responsabilidades* da revolução; não quer para si, não quer para nós essas responsabilidades, e quando ella lhe apparece inevitavel, não transige com ella senão com a condição d'ella ser «*patriotica*», «*humana*». — «Já que o regimen, travando a marcha da sociedade portugueza, torna a revolução inevitavel — disse v. ex.<sup>a</sup> ao jornalista que o entrevistou — trabalharemos (v. ex.<sup>a</sup> não disse sequer *trabalhemos*) para a fazer o mais depressa possivel, mas sem impaciencias, patrioticamente, humanamente».

\*

V. ex.<sup>a</sup> pretende,—é de toda a evidencia—conciliar os principios com os factos, fazer concessões ás necessidades da Revolução, sem perder de vista as necessidades da ordem, dizer uma palavra de esperança a uma e não abandonar a outra. No fundo pretende conciliar as duas, sental-as á mesma meza, fazer com que se estendam as mãos. Impossivel. Conciliam-se inimigos: não se conciliam factos inconciliaveis. Os principios de v. ex.<sup>a</sup> são inapplicaveis em tempo de guerra e o tempo é de guerra.

Por isso tambem eu penso que homens como v. ex.<sup>a</sup>, de uma mentalidade superior ao seu tempo e de uma grandeza d'alma que está muito acima d'elle, não estão destinados a conduzir com exito as nossas paixões contemporaneas. Para o fazer com exito é

preciso partilhar d'ellas. Para ser um bom soldado é preciso amar a guerra. Para caminhar para as revoluções é preciso acceital-as, mesmo com os seus excessos. Diante dos excessos revolucionarios v. ex.<sup>a</sup> hesita, devolve responsabilidades. E' preciso não as devolver. E' preciso acceital-as todas. V. ex.<sup>a</sup> não as acceita. Premedita, imagina, sonha uma revolução pacifica. Pacifica? E' possivel. A Turquia fez uma revolução até certo ponto pacifica. Mas se não fôr pacifica?

Ora, para a consciencia de um homem como v. ex.<sup>a</sup>, nenhuma revolução offerece garantias de ser pacifica e todas contem ameaças de guerra, d'onde resulta que, structuralmente, v. ex.<sup>a</sup> não é um homem de revolução, posto seja um homem de progresso e dos mais activos e fecundos. Está dentro d'ella, porque dentro d'ella todos nós estamos, mas não está bem. Ella arrasta-o. V. ex.<sup>a</sup> resiste-lhe, põe-se nos bicos dos pés, faz o gesto de apaziguar, clama para a direita e para a esquerda, com a sua boa voz persuasiva: devagar! devagar!

Dizer *devagar* á revolução é quasi dizer-lhe: pára! retrocede! recúa! A revolução protesta, a revolução ruge, e v. ex.<sup>a</sup> encontra-se no meio d'ella, envolvido pela sua onda, enrodilhado pelos seus torvelinhos, vendo sossobrar os seus bellos principios de fraternidade a todo o transe.

\*

Não! O que indigita os homens para a tarefa de dirigir homens não é a Bondade: é a Justiça. A bon-

dade é a moral. A justiça é a acção. O que indigita os homens para a acção é aquelle privilegio de que falla Lamartine e a que chamou—o *sentimento das resoluções necessarias*. Saber o que é preciso fazer e fazel-o eis o poder dos homens d'acção.

Esses homens d'acção é que nos são precisos.

V. ex.<sup>a</sup> entende talvez que esses homens são demasiado impetuosos. Não ha impeto: ha—a acção. V. Ex.<sup>a</sup> entende talvez que são demasiado jovens. Não ha juventude: ha a acção. A acção não tem idade.—E' uma creança e é um velho. Blanqui era já octogenario e era ainda a acção. Tudo o que não seja actuar, quando a acção é precisa, é não ter o sentimento das resoluções necessarias.

V. ex.<sup>a</sup>, por exemplo, transferiu a acção revolucionaria da sociedade portugueza para o momento em que os torvos poderes discricionarios que nos governam se desencadeiarem contra nós. E' não ter o sentimento das resoluções necessarias, porque é tarde.

Lembre-se v. ex.<sup>a</sup> dos successos de janeiro do anno passado. Quando chegámos, era tarde, tanto tempo perdemos na irresolução. João Franco precedeu-nos. Quando nos dispunhamos a combatel-o dava-nos elle um golpe que seria terrivel se o accaso dos acontecimentos não intervem a nosso favor. Não tivemos o sentimento das resoluções necessarias, aqui está! Afinal, elle é que o teve.

A applicação á nova situação reaccionaria em que nos encontramos dos principios de pacificação e moderação que são, sem duvida, o mais bello apanagio da personalidade moral de v. ex.<sup>a</sup>, conduzem-nos em linha recta a uma surpresa igual. Quando entendermos

que é chegado o momento de intervir estamos todos na cadeia. Eu só espero que me reservem nos Paulistas o mesmo quarto que lá tive e que não era mau.

Nada, nem mesmo um novo golpe d'Estado conjura a inevitavel revolução, eu sei! Mas ainda aqui os principios em que v. ex.<sup>a</sup> tão nobremente se inspira para reduzir ao minimo as probabilidades de um conflicto entre portuguezes, são deploravelmente postos em cheque.

V. ex.<sup>a</sup> parece aguardar a Revolução e o que está aguardando é a anarchia. Esperar do accaso de acontecimentos aggressivos, ordem, methodo, medida, rythmo é esperar o absurdo. O accaso é o tumulto; o tumulto é a desordem.

Uma revolução *patriotica* e *humana*, como v. ex.<sup>a</sup> deseja, foi a revolução turca, que os homens tenazmente prepararam e levaram a cabo com precisão; mas falle-me v. ex.<sup>a</sup> de uma revolução *patriotica* e *humana* sahida da insurreição e da guerra civil!

No entanto, é isso o que nos espera, e aqui tem como os principios falham quando são prematuros. A sociedade não se entende senão batendo-se, e o mais alto serviço que ainda lhe podemos prestar é contribuir para que ella se bata fazendo-se o menor mal possivel. Não se fazendo mal nenhum, como v. ex.<sup>a</sup> parece desejar, é de todo impossivel.

Sei que não reduzo o espirito de v. ex.<sup>a</sup> a estas razões reaes, nem esse é o meu intento ao dirigir-lhe esta carta de amigavel polemica. De resto, modificar a structura moral de v. ex.<sup>a</sup>, se isso fosse possivel, seria estragal-o. V. ex.<sup>a</sup> é bello como é, mas bello como é—eis a conclusão a que eu chego—está n'um pessimo

logar e com pessima gente. Entre ella pede licança para se incluir o

De v. ex.<sup>a</sup> amigo, correligionario  
e admirador devotado

*João Chagas*



---

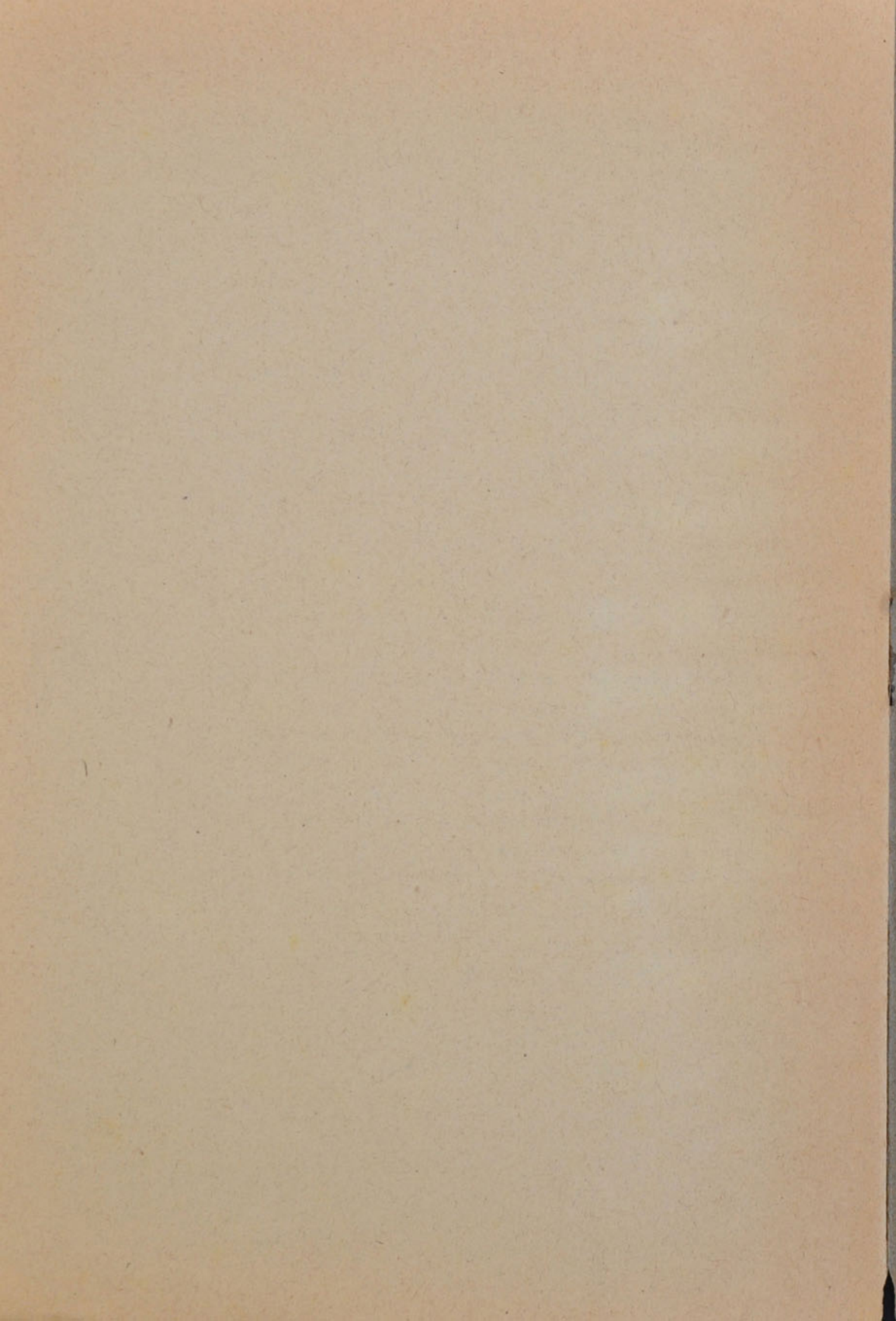
**Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.**

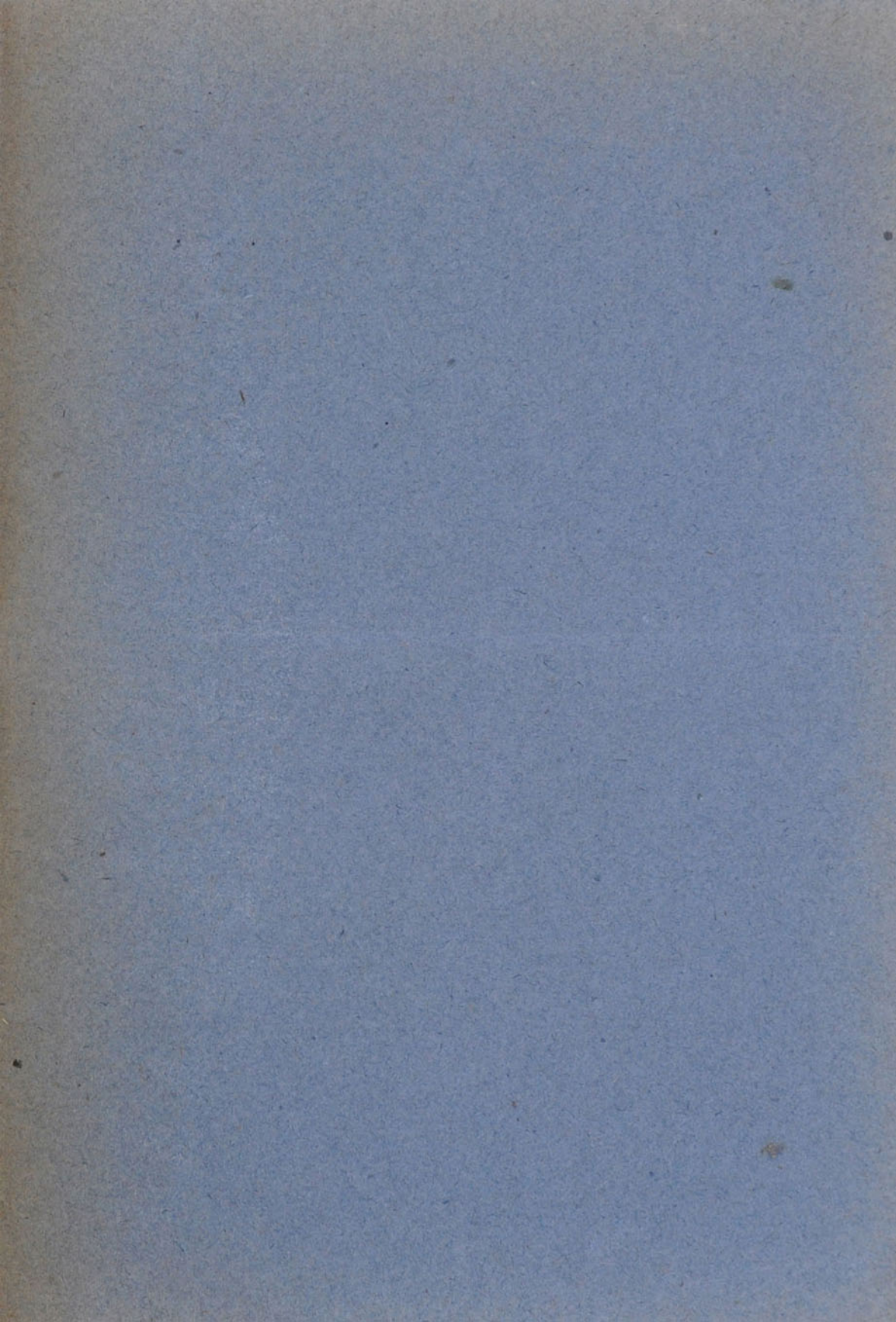
**Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.**

**Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.**

**Toda a correspondencia deve ser dirigida para a rua do Diario de Noticias, 145 — 2.<sup>o</sup>, onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.**

**Fez-se do 1.<sup>o</sup> numero d'estas Cartas uma 3.<sup>a</sup> edição, que só agora póde ser enviada ás pessoas que requisitaram exemplares.**





10

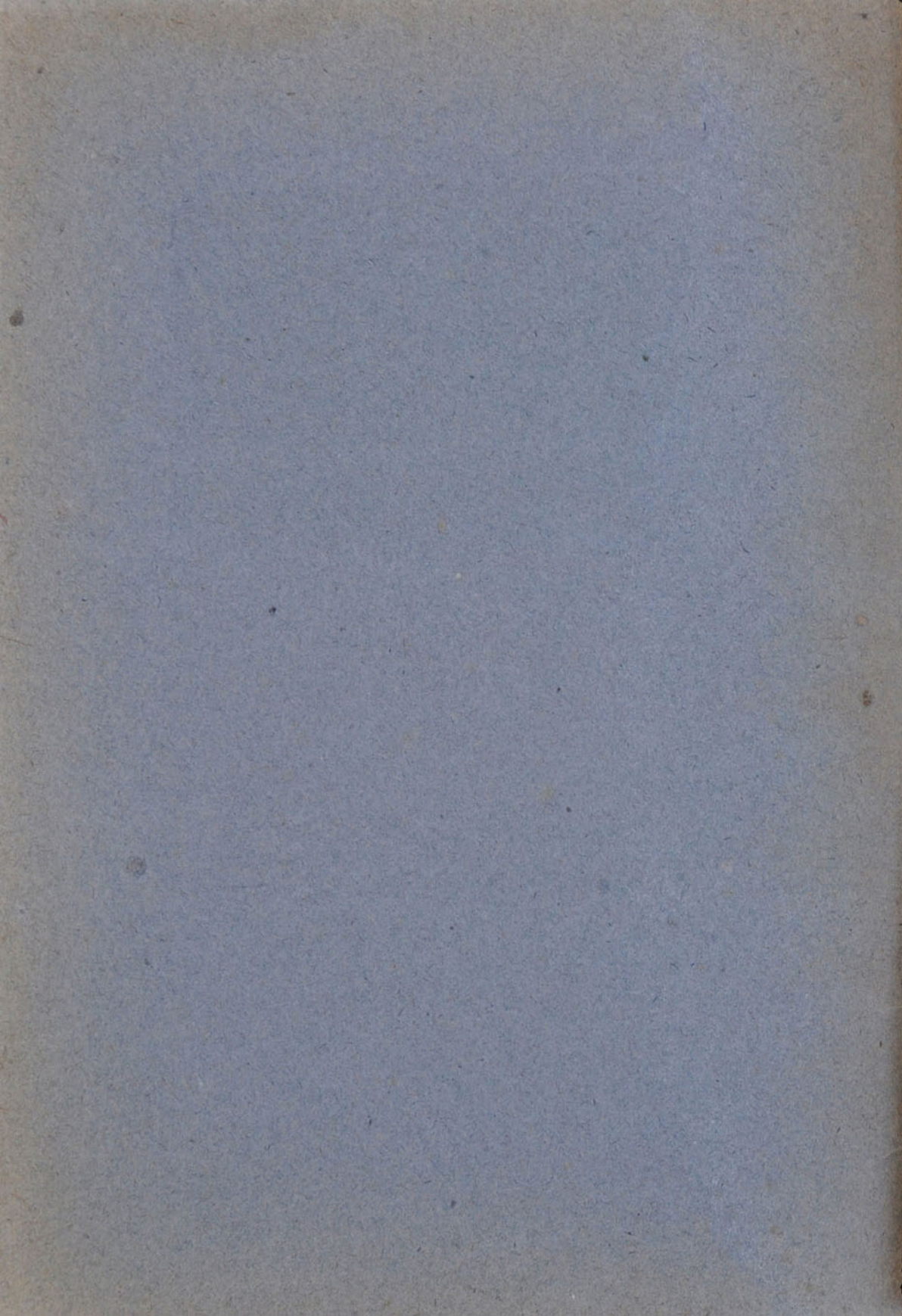


*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

N.º 8



# CARTA

A'

IMPrensa ESTRANGEIRA

A PROPOSITO DO 1.º ANNIVERSARIO  
DO REGICIDIO (\*)

---

---

*Lisboa, 25 de Janeiro de 1909.*

**E**M consequencia de um litigio entre portuguezes e inglezes, a proposito de certos territorios da colonia portugueza de Moçambique, o governo inglez dirigiu ao governo portuguez um *ultimatum*, intimando-o a fazer evacuar esses territorios no prazo de vinte e quatro horas.

Passou-se isto a 11 de janeiro de 1890 e n'este facto, bem como n'esta data se filia proximamente a crise portugueza.

---

**(\*) Por iniciativa do auctor, esta carta é traduzida em francez e enviada aos principaes orgãos da imprensa estrangeira.**

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

Produziu-se em todo o paiz um levante patriótico, muito semelhante ao que se deu em Hespanha contra a Allemanha, por occasião do caso das Carolinas. A colera contra os inglezes desencadeiou uma verdadeira tempestade civica. Gritava-se por toda a parte: desforra! desforra! Ai de nós! Para os pequenos povos não ha desforras! Portugal teve de se inclinar perante a intimação ingleza; mas, ao resignar-se a esta capitulação, o paiz voltou-se contra os governos e tornou-os responsaveis, senão pela sua fraqueza, pela insufficiencia dos seus meios de defesa. Verificou-se então, embora esse facto fosse notorio, que o paiz estava á mercê de qualquer ataque estrangeiro. Os governos foram interpellados em altos gritos:— «Que fizeram do dinheiro que lhes démos para nos defender e proteger? Temos um orçamento do exercito: onde estão os nossos soldados? Temos um orçamento da marinha: onde estão os nossos navios de guerra?» Fez-se, de subito, a verdade sobre as coisas do Estado. A instrucção publica era uma vergonha: dois terços da população não sabiam ler, ou escrever. A agricultura peredia. A industria era summaria. De resto, nenhum ensino technico: Portugal importava a maior parte dos productos de que carecia e não produzia sequer o trigo necessario para a sua alimentação. A carga dos impostos era enorme. Reconheceu-se que Portugal era, porventura, o paiz do mundo mais onerado de contribuições. A divida publica subia a mais de 700 mil contos, mercê de uma administração desregrada e do systema de recorrer ao emprestimo para preencher os *deficits*, systema de que lançavam mão todos os governos liberaes. Ao cabo de meio seculo de administração (o systema liberal, n'este paiz, data do anno de 1833) esses governos nada ti-

nham feito, em summa, pelo bem do paiz, e tinham-n'o empobrecido. O mais que se podia levar ao seu activo eram algumas linhas ferreas, de uma rede muito reduzida, e em troca d'esta obra minima de progresso quanta dissipação!

A revelação, ou antes, como disse, verificação d'estes factos, agitou profundamente o espirito dos portuguezes, e, durante um anno, a monarchia esteve em crise, balouçada entre uma parte da opinião que lhe increpava os seus maus governos, e uma parte mais numerosa, que dirigia os seus ataques ao proprio regimen. Os partidos monarchicos não offereciam a este novos recursos. A' parte algumas pequenas facções sem importancia, eram então, como o são hoje, dois, substituindo-se no poder á maneira ingleza — os *progressistas* e os *regeneradores*, sobre os quaes, justamente, pesava todo o descontentamento publico. Os progressistas cahiam, ou antes, eram precipitados do poder, em virtude da agitação popular provocada pelo *ultimatum* inglez. Os regeneradores, que lhes succederam, encontraram-se a braços com a questão do tratado de limites, negociado com a Inglaterra, como terrivel consequencia do *ultimatum*. O dia em que esse documento se tornou publico foi um dia de insurreição. O ministerio regenerador teve a sorte dos progressistas e como não houvesse outros partidos, viu-se então isto: o poder vagar durante vinte e oito dias, por falta de governo. O povo começava a bater-se nas ruas. Já havia mortes. Apertado pelas circumstancias, o rei D. Carlos organisou a custo um ministerio, fóra dos dois partidos; mas a esse gabinete, constituido de elementos heterogeneos, faltava a unidade. Era um

expediente. Era o provisorio, emquanto não vinha outra coisa, que não se sabia bem o que poderia ser.

\*

N'isto, um facto se produziu, que, como o *ultimatum* inglez, devia ter uma influencia decisiva sobre a politica da monarchia portugueza e sobre os seus mesmos destinos.

Em 31 de janeiro de 1891, o movimento insurreccional do Porto, ao qual adheriram alguns regimentos da guarnição d'aquella cidade, alarmou as instituições liberaes e a sociedade conservadora. Esse movimento falhou, mas teve um character francamente republicano: proclamou a queda da dynastia de Bragança na camara do Porto, pronunciou discursos, redigiu actas, plantou uma bandeira encarnada no edificio municipal. Houve lucta. As ruas ficaram juncadas de cadaveres. Correu o sangue em abundancia. A' tarde, a casa da camara era bombardeada e os insurrectos queimavam os seus ultimos cartuxos.

No dia seguinte, a monarchia de Bragança, advertida dos grandes perigos que a ameaçavam, grassou. As prisões e os navios de guerra encheram-se de paisanos e militares. Constituiram-se conselhos de guerra no mar, afim de affastar os rebeldes do foco da rebelião, onde não encontravam senão sympathia. A opinião deplorava essa sarrafusca sangrenta, mas todos, sem excepção da imprensa conservadora, a justificavam, filiando-a nos erros da monarchia. Esses erros eram postos em evidencia em numerosas mensagens officiaes dirigidas ao rei, ao mesmo tempo que o exhortavam a remedial-os. De todos os lados se bradou:

—Clemencia! Clemencia! Não é licito punir com demasiado rigor, suppostos crimes que se resgatam por um mobil tão generoso como é o patriotismo.

Estas vozes não foram escutadas. A maior parte dos revolucionarios do Porto foram degredados, para a Africa. Outros, que puderam subtrahir-se á acção dos tribunaes de guerra, exilaram-se. Durante muitos annos, houve por aqui e por ali — na Hespanha, na França, na Inglaterra, no Brazil — emigrados portuguezes.

Entretanto, começou uma nova era para Portugal. De socego? Não! De lucta. De um lado a monarchia erigiu-se sobre novas bases; do outro lado, a nação, desilludida dos principios liberaes, organisou-se em partido. Esse partido foi—o partido republicano.

O partido republicano existia ha muito tempo em Portugal e tinha mesmo numerosos adherentes; já havia levado mais de uma vez ao parlamento os seus deputados, os seus jornaes eram populares; mas o facto que fundou a sua tradição foi a revolta do Porto. Não tinha tido ainda aquella *sancção da derrota*, de que fallava Hugo. Por esse facto, teve-a. Não farei a historia da sua evolução, desde essa data até á hora presente, para não fatigar a attenção de pessoas extranhas ás nossas luctas. O partido republicano veio desenvolvendo-se através d'esses dezeseite annos, até ser o que é hoje, não um partido, mas, na realidade, um *estado social*, a que nada falta, nem a solidariedade dos melhores, pois congregou a *élite* do Portugal intellectual, nem a solidariedade do maior numero, pois conseguiu, através da mais vigorosa reacção que ainda se oppoz ao desenvolvimento de uma idéa, fazer a conquista legal da capital do reino, onde os repre-

sentantes do parlamento são seus, onde o municipio é seu, onde são suas as mesmas juntas de parochia.

\*

Foi contra esta força, sempre crescente, que a monarchia portugueza se dispoz a lutar.

Como o fez? Rejuvenescendo os seus partidos? Reformando os seus costumes politicos? Mudando os seus processos de administração? Penetrando-se de espirito novo? Entrando de vez no caminho do progresso?

Infelizmente para ella, não!

Os partidos ficaram sendo os mesmos. *Regeneradores*, *progressistas* voltaram a executar o seu systema de rotação (d'ahi a palavra *rotativos*), subindo ao poder, ou descendo do poder, como sobem, ou descem os pratos de uma balança. Os mesmos ficaram sendo os costumes politicos, isto é, a falsificação methodica do suffragio, as sophisticções grosseiras da forma parlamentar, que já não illudiam. A cada ministerio novo, correspondia uma nova maioria. A opposição estava d'accordo com o governo. Verdadeiramente não havia já governos, mas uma oligarchia. Os costumes administrativos tampouco mudaram. A dissipação, a prodigalidade, o esbanjamento não tinham limites. As receitas das alfandegas tinham sido consignadas ao serviço da divida estrangeira. O deficit era permanente. Continuava-se a fallar em economias, mas esse programma nunca foi posto em pratica. Os grandes problemas nacionaes, como os da defeza e da instrucção publica, permaneciam sem solução. O mesmo espirito



de rotina, de abandono, de relaxamento presidia á obra dos governos.

A monarchia poz, no entanto, um especial cuidado em organizar a sua defeza pessoal, e esse foi o seu unico empreendimento novo, a partir da crise social e politica do anno de 1890-91. A moral d'este empreendimento resume-se n'esta affirmação do rei D. Carlos, reproduzida por um redactor do *Temps*, que o entrevistou: «*Não se fazem revoluções sem o exercito.*» Procurou-se, portanto, crear o que Edgard Quinet chamava — o *espirito militar*. O rei procurou approximar-se do exercito, e este foi objecto de um certo numero de reformas. Os commandos dos corpos e regimentos foram meticulosamente escolhidos; favoreceu-se a classe militar collocando officiaes do exercito em logares habitualmente occupados por civis. A Guarda Municipal de Lisboa e Porto foi ostensivamente destinada á guarda das instituições. A policia foi organizada militarmente. Na verdade, procurou-se militarizar o paiz.

Ao mesmo tempo organisou-se a defeza contra a imprensa, por meio de leis especiaes, e contra a opinião, por meio de reformas eleitoraes. A velha legislação liberal foi refundida no sentido reaccionario. E' no meio d'esta obra reaccionaria que ouvimos fallar pela primeira vez em João Franco. Não é ainda o homem que veio a ser, mas é já a sua promessa.

Passo em claro os pormenores d'esta longa lucha entre uma soberania nova que quer affirmar-se, e velhos poderes decididos a não a reconhecer, e chego aos acontecimentos que precederam o ministerio João Franco e a crise que despertou a curiosidade do mundo inteiro.

O partido republicano adquirira um poder terrível, representado pelos seus elementos eleitoraes de Lisboa e Porto, e pela arrogancia da sua imprensa, numerosa e popular. Reconheceu-se que as leis forjadas *ad hoc* contra esta eram insufficientemente defensivas, e, successivamente, os dois partidos rotativos estabeleceram para a imprensa o regimen do arbitrio — a censura, a suspensão, a suppressão.

Restava o voto livre. Os dois partidos procuraram frustral-o, primeiramente por meio de leis expressamente feitas, e, por ultimo, por meio de falsificações, que provocaram a indignação publica. As eleições de 1905 foram um verdadeiro escandalo. N'esse momento, o espirito publico attingira o ultimo gráo da sobreexcitação. No dia 4 de maio, um dos candidatos republicanos mais populares chega a Lisboa, depois do immerecido mallogro da sua eleição. Uma multidão enorme junta-se na estação central para o festejar. A policia intervem e corre tudo á pranchada, ferindo a torto e a direito. Esta scena de selvageria augmenta a indignação publica. E' talvez a gotta d'agua que vae fazer transbordar o vaso. N'este momento, o ministerio regenerador, que succedera aos progressistas havia poucos dias, deu a sua demissão, e o rei D. Carlos, vendo renovar-se a crise de 1890-91, chamou João Franco.

\*

Quem era João Franco, e o que vinha elle fazer? Antigo membro do partido regenerador, João Franco tinha sido ministro do reino e da fazenda, fazendo-se notar pelo seu espirito reaccionario. Collaborara na politica de defeza do throno contra as idéas democra-

ticas, e subscreveu especialmente a lei contra os delictos de anarchismo, conhecida por *lei scelerada*. A sua ambição, porém, era muito grande para que se limitasse a ser um collaborador. Quiz ser chefe e foi chefe. Separando-se do partido regenerador, constituiu com alguns amigos uma pequena facção. A nova facção procurou adeptos, mas o nome de João Franco, associado á sua obra reaccionaria, não lhe attrahia sympathias. Assim, esteve muito tempo sem representação parlamentar, não conseguindo elle proprio obter um logar na camara. — Que quer este *rotativo* amuado e que querem os seus amigos? perguntava-se.

Franco esboçou, então, o seu programma de restabelecimento da pura formula liberal e de guerra aos *rotativos*; mas as suas responsabilidades estavam ainda muito compromettidas na obra funesta d'estes ultimos e o seu passado reaccionario estava ainda muito vivo na memoria de todos, para que o acreditassem sob o penhor de um programma politico, como tantos, de facil desmentido. Franco sentiu em volta de si esta impressão de desconfiança e tomou então não já compromissos politicos, mas pessoaes. «*Os homens politicos que, como eu, assim procedem — dizem elle n'um dos seus discursos de propaganda — tem empenhado no cumprimento das suas promessas, não só a sua honra politica, mas a sua honra pessoal*». Em outro discurso dizia: «*Se faltar ao meu programma ficarei desqualificado, politica e moralmente*». A'quelles que lhe lembravam o seu passado reaccionario, respondia intrepidamente: «*Sim, fui com effeito, um reaccionario, mas já o não sou*». E accrescentava: «*Dei-me a estudar o que se passava n'aquelles paizes onde o regimen representativo se impõe e onde a li-*

*berdade tudo aquece e illumina. Convenci-me de que, para ser util ao meu paiz, precisava de pôr de lado o meu antigo modo de pensar e de adoptar outra conducta*». Os rotativos recorriam frequentemente á dictadura e elle mesmo se associara a esse processo do governo. Reconheceu lealmente o seu erro: «*Pratiquei a dictadura, que é um crime constitucional. D'isso estou arrependido*». Em toda a parte se reconheceu culpado. Em toda a parte se comprometteu, pela sua honra, a não recommençar.

A primeira decepção que inflingiu á opinião, que começava já a considerá-lo com curiosidade, foi a aliança eleitoral que fez com o partido progressista, para conseguir alguns logares na camara dos deputados. O que era feito da sua famosa declaração de guerra aos rotativos? Mas não se ficou por ahi. Outras decepções deveriam seguir-se. A breve trecho associava-se francamente com o partido progressista. Quando subiu ao poder não tinha a menor influencia eleitoral. As eleições approximavam-se. O partido progressista deu-lhe a maioria que lhe era precisa no parlamento, e o inimigo dos *rotativos* passou a governar com elles.

Por muito tempo? — Por pouco tempo. Mezes de pois, João Franco dissolvia o parlamento, depois de ter feito approvar uma nova lei contra a imprensa, e declarava-se — em dictadura!

\*

Uma tal felonía era de natureza a irritar o povo mais benigno da terra. O paiz teve a impressão de um immenso ludibrio. Os jornaes lembraram os compromissos solemnes de João Franco, os seus juramentos

pela sua honra, que ainda echoavam em todos os ouvidos, como garantias sérias de um programma de liberdade. Indifferente a este movimento de opinião, Franco, como o confessou mais tarde a um correspondente estrangeiro, «provocou manifestações» — singular missão de um homem d'Estado! Promoveu um jantar no Porto, onde entrou debaixo de apupos e no meio de soldados e policia. De regresso a Lisboa, teve de escapular-se, enquanto o povo se batia nas ruas com a Guarda Municipal e a policia. Balanço d'essa noite sangrenta: dois mortos e numerosos feridos.

Foi então que — disse-o elle — apresentou a sua demissão ao rei, mas o rei convidou-o a conservar o poder. Poucos dias depois e no meio do espanto geral, o *Diario do Governo* publicava um decreto augmentando a lista civil e dando quitação a D. Carlos das dividas d'este ao thesouro, mediante uma transacção que correspondia a uma verdadeira fraude. Essas dividas foram computadas por João Franco em 720 contos. Outra fraude! Averiguações posteriores fizeram-n'as já subir a mais de dois mil contos de réis e não está feito o apuramento definitivo.

Ao mesmo tempo que era publicado este documento sem precedentes na historia, os governadores civis eram munidos de poderes discricionarios para suspender a publicação dos jornaes, medida que foi immediatamente applicada a alguns d'estes. N'esse momento quasi toda a imprensa republicana desappareceu e varios jornaes conservadores foram suspensos. N'uma cidade de provincia, Vizeu, toda a imprensa local teve de cessar a sua publicação.

Outro documento deveria, entretanto, vir augmentar a exasperação que já se apoderava dos portugue-

zes. Esse documento foi a entrevista do rei com o redactor do *Temps*, sr. Joseph Galtier, e publicada n'este jornal, documento como nenhum outro anti-constitucional, verdadeira declaração de guerra ao paiz, verdadeiro pregão de despotismo. N'elle o rei declarava-se senhor da situação e capaz, com o appoio do exercito, de dominar todas as resistencias. Era um desafio á nação. Logo em seguida, uma nota officiosa aos jornaes prohibia toda a discussão e qualquer commentario que tivesse relação com a questão politica.

Já ha muito tempo a situação era grave. Organisa-vam-se surdamente resistencias parciaes. Aqui e ali—facto novo na sociedade portugueza!—descobriam-se verdadeiras fabricas de bombas de dynamite, como na Russia. A partir d'então, a situação aggravou-se consideravelmente.

João Franco corria á desfilada pela sua aventura fóra. O poder fizera-lhe perder a cabeça. Estava positivamente embriagado. E como não o estaria?! Pobre mediocridade, desvairada por tantas realidades inebriantes e hallucinantes acima de toda a esperança! O rei impellia-o, os lisongeadores de todo o poder, mesmo illegitimo, prestavam-lhe homenagens capazes de fazer andar a cabeça á roda dos mais fortes, o mundo (ó sonho supremo dos *parvenus*!) fallava d'elle. N'um certo momento, João Franco tornara-se o centro da curiosidade universal, e estaes vendo este pobre homem ignorante e ignorado passando a ser de repente para o mundo—um homem d'Estado?! A imprensa ingleza comparou-o a Pitt. Franco endoideceu e atirou-se como um doido, d'encontro áquelles a quem chamava—os seus inimigos. Ai d'elle! o seu inimigo era—a Liberdade.

Acabava o mez de dezembro e, com elle, expirava o mandato das camaras municipaes, compostas de elementos conservadores. Franco quiz vibrar um golpe decisivo ao poder d'estes. Expulsou-os e, no seu logar, installou commissões administrativas da sua escolha. Os partidos conservadores não tinham senão a influencia que lhes vinha do poder. As camaras municipaes dissolvidas retiraram-se sem protesto e tudo correu tão bem que João Franco, que se equivocava sobre a significação de todos os factos, imaginou ver no que era uma demonstração da impotencia dos conservadores, uma manifestação favoravel á sua politica.

Que lhe restava fazer?

Tendo derrotado os conservadores, restava-lhe esmagar os radicaes, ou republicanos. Este era no fundo o seu unico cuidado, depois que soffrera a hostilidade da praça publica. Ao declarar-se em dictadura, lançara este desafio aos republicanos: «*Façam a republica quanto antes, ou não lh'a deixo fazer.*» Este sentimento transformou-se mais tarde em ira. A ira perdeu-o. Cego pela sua desproporcionada ambição, só a via a ella. Para elle e para a sua vaidade não havia idéas novas agitando o paiz, mas tão sómente alguns agitadores. Premeditava contra estes um golpe de força que, na sua opinião, devia acabar com a agitação só artificial, que elles promoviam. Tratava-se apenas de encontrar um pretexto para vibrar esse golpe. O pretexto apresentou-se na segunda quinzena do mez de janeiro de 1908, e este foi o signal da batalha em que se jogou o seu destino.

A 21 d'esse mez e em seguida á descoberta de algumas armas n'uma casa da cidade, dois jornalistas republicanos eram presos. O alarme foi grande, mas

as coisas não deviam ficar por aqui. Franco suppunha ter nas mãos o partido republicano e não o largava. A 23, o deputado Almeida era citado a comparecer no Juizo de Instrucção Criminal. Comparecia e ali ficava preso, ao mesmo tempo que era procurado por toda a parte o deputado Affonso Costa, o qual conseguia esquivar-se a esta perseguição occultando-se na cidade. Principiavam as buscas domiciliarias. Já a policia tinha novos mandados de captura.

Foi então que começou essa terrivel crise de febre popular, que só devia acalmar-se ao saber-se a noticia espantosa do regicidio. A excitação publica chegara ao auge. Conspirava-se por toda a parte. Na sombra, perseguidos, espionados, cercados, os cidadãos organisavam a resistencia. Todos viam approximar-se uma revolução e tudo isto se passava no silencio. Um grande numero de jornaes tinham sido suspensos. Os que ainda se publicavam eram coagidos a calarem-se. As ordens eram formaes: Nem uma palavra! Os presos eram sequestrados e não se sabia do seu paradeiro. A seu respeito corriam os boatos mais perturbadores. A 27, João Franco, que se comprazia em dar á lingua com jornalistas, gabava-se, em conversação com um redactor do *Matin*, de ter assegurado o seu triumpho: «*A batalha que estou dando — dizia-lhe elle — não me é pessoalmente desagradavel. Quanto mais importancia tiverem os meus adversarios, mais brilhante (éclatant) será o meu triumpho.*»

Mas eis aqui a tarde de 28. O deputado Affonso Costa, que tem feito esforços heroicos para organizar a resistencia, é surprehendido e é preso. E' preso o visconde da Ribeira Brava, monarchico-dissidente. A policia franquista desencadeia-se por todos os bairros



e prende em massa. Ha escaramuças, tiroteio. Pela madrugada, as esquadras e os fortes estão cheios de gente de todas as cathegorias sociaes — medicos, professores, jornalistas, escriptores, estudantes, operarios. No dia seguinte as prisões continuam. São presos o deputado monarchico-dissidente Pinto dos Santos e o professor Egas Moniz. O chefe dos dissidentes passa a fronteira. Outros tomam como elle, o caminho do exilio. Franco não era já um dictador: era um flagello.

Approximamos-nos da data terrivel — 1 de fevereiro.

A 30 de janeiro cinco jornaes são suspensos. Já quasi não ha imprensa em Lisboa. Dois jornaes, no entanto, fallam. Que dizem elles? Fallam em nome de Franco e annunciam para o dia seguinte esta coisa monstruosa e inconcebivel: um decreto condemnando á morte civil, á proscricção, á deportação para longiquas paragens os captivos da dictadura.

Esta terrivel noticia circula. Cada um a recebe com horror e cada um diz de si para si: *Vae succeder alguma coisa!* Em certas almas succede, com effeito, alguma coisa:—começam a ser atormentadas por idéas negras de vingança.

O rei está na caça, em Villa Viçosa. A 31, o sinistro personagem que é o ministro da justiça de João Franco, dirige-se para ali a toda a pressa, levando na sua pasta o decreto que auctorisa o governo a deportar sem julgamento. O rei assigna. O ministro parte e, no dia seguinte, 1 de fevereiro, o decreto apparece no *Diario do Governo*, ao mesmo tempo que os jornaes annunciam o regresso do rei e da côrte.

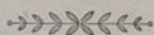
E' uma doidice! clama-se de todos os lados, ao saber-se isto. E' uma provocação! E cada um murmu-

ra no seu fôro intimo, sacudido por tanta violencia:  
*Vae succeder alguma coisa!*

O dia annuncia-se bellissimo, mas nas ruas não ha animação e os semblantes parecem apprehensivos, como á approximação de uma tempestade, que já se denuncia pelas nuvens negras que avançam. A' medida que as horas passam, essa apprehensão torna-se maior e mais sombria. Numerosos testemunhos o confirmam: toda a gente esperava que *succedesse alguma coisa*. — O quê? O quê?

Alguns minutos antes da chegada do rei á Praça do Commercio, dois transeuntes separaram-se rapidamente dizendo: «Vamos-nos embora. Não se está aqui bem.» De resto, a praça estava deserta quando a caruagem real começou a rodar. Nas janellas dos ministerios havia, diz-se, gente curiosa de ver—*o que se passaria*.

Sabeis o que se passou.



---

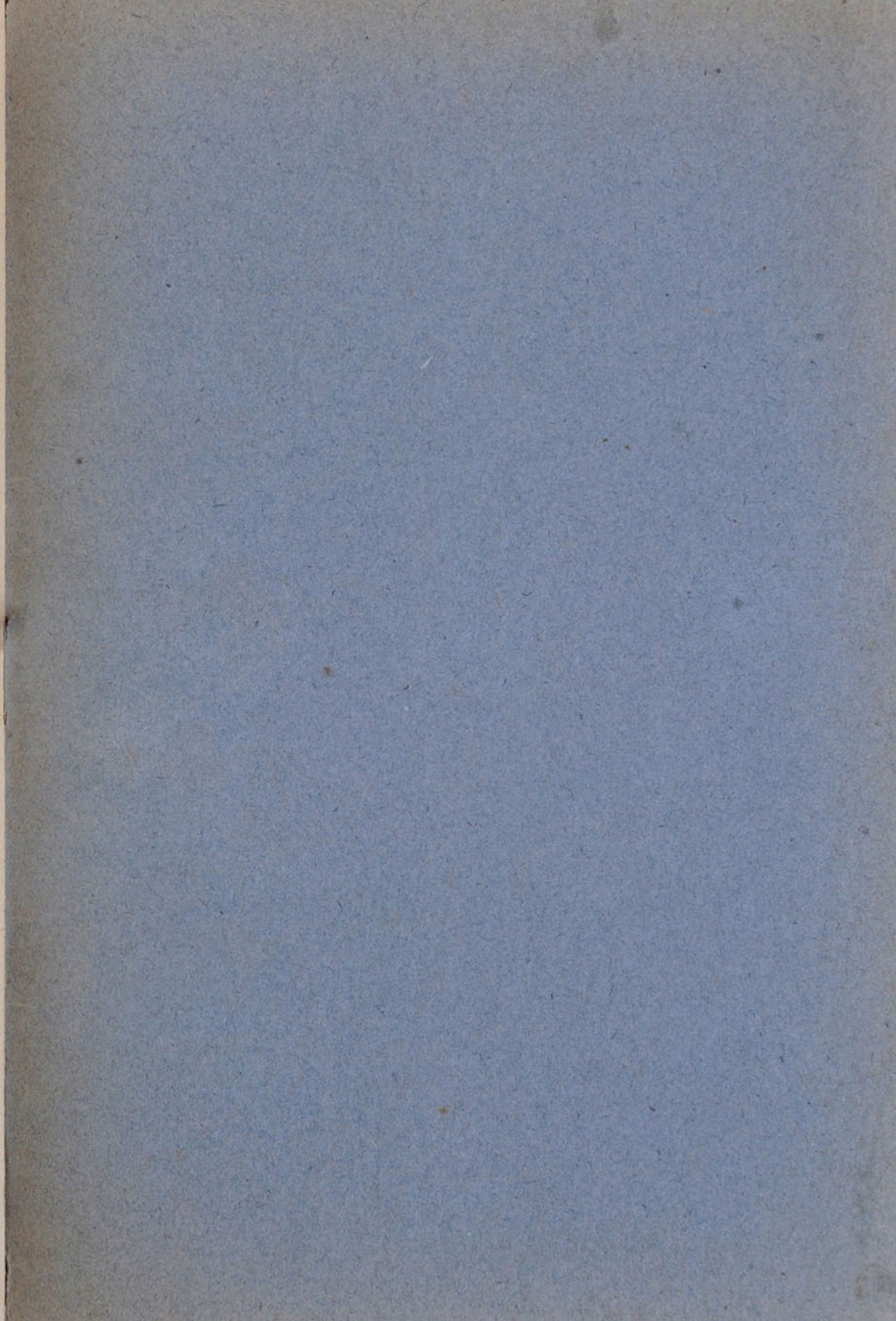
**Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.**

**Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.**

**Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.**

**Toda a correspondencia deve ser dirigida para a rua do Diario de Noticias, 145 — 2.<sup>o</sup>, onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.**

**Fez-se do 1.<sup>o</sup> numero d'estas Cartas uma 3.<sup>a</sup> edição, que só agora póde ser enviada ás pessoas que requisitaram exemplares.**



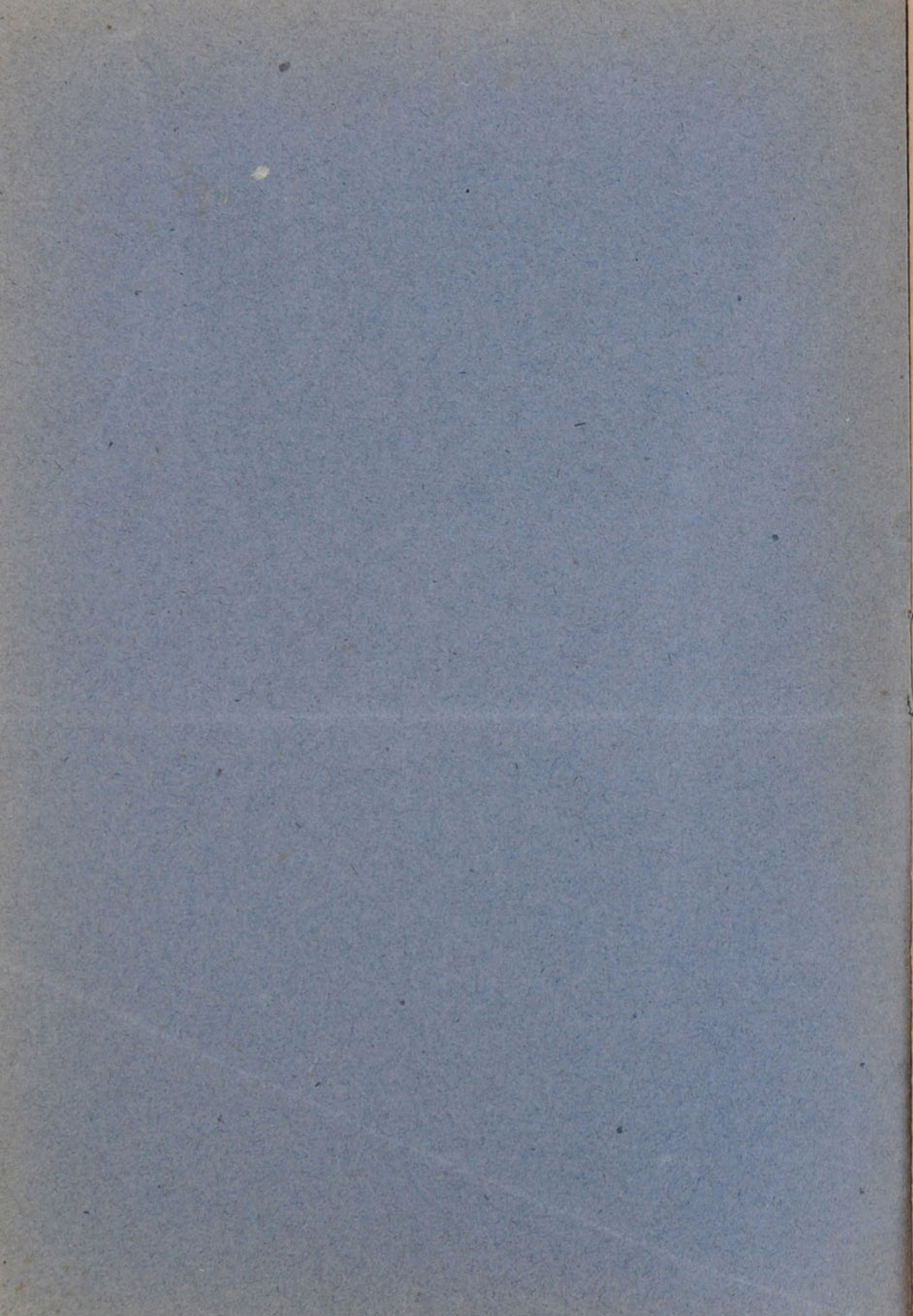
103

*CARTAS POLITICAS*

POR

*JOÃO CHAGAS*

N.º 9



# CARTA

A

## UM PORTUGUEZ DO BRAZIL QUE PEDE INFORMAÇÕES SOBRE O QUE SE VAE PASSANDO EM PORTUGAL

---

---

*Lisboa, 1 de Fevereiro de 1909.*

**H**OJE, 1 de fevereiro, realisaram-se as exequias por alma do rei e do principe real.

Mando-lhe os jornaes todos do dia. Sob mais de um ponto de vista, são curiosos. Não lhe mando o *Portugal*, que se exgotou, sem duvida por collaborar na homenagem que elle prestava ao rei o Fialho d'Almeida. Se ainda houver á mão algum exemplar, remettel-o-hei pelo proximo paquete.

Chamo em especial a sua attenção para as commemorações dos jornaes progressistas e regeneradores. Que comediantes !

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

O meu amigo conhece a vida do seu paiz por lufadas, que um pé de vento maior lhe leva, uma ou outra vez, a essas terras de Santa Cruz, e assim não apreciará talvez devidamente o significado das palavras hypocritas d'esses jornaes. A vida portugueza dos nossos dias está de tal maneira encadeiada que, para bem apreciar um facto, é mister conhecer todos os que o precederam. Os factos isolados não se entendem.

Não digo já v., que está até certo ponto esclarecido mas um outro, que não o esteja tanto, que pensará ao ler esses jornaes que lhe mando? Pensará sem duvida que D. Carlos viveu nas melhores relações com os seus partidos politicos e que estes não o esquecem, assim como não esquecem a sua ingloria morte—cheios de dôr e cheios de saudade!

Comtudo, nada é mais falso. Se alguma vez houve um monarcha maltratado pelos seus partidos, foi D. Carlos. Se alguma vez houve um monarcha que não tivesse tido um amigo entre os seus partidos, foi D. Carlos.

V. viu o que se passou ha pouco na Allemanha com o imperador. Foi um amúo. O imperador acaba de completar os seus cincoenta annos e este anniversario reuniu em volta d'elle todas as sympathias que pareciam ter-lhe fugido, por motivo das suas velleidades de poder pessoal. O imperador recolheu, embora temporariamente, á zona do moderador, e a nuvem que se ergueu sobre a sua cabeça dissipou-se. As coisas arranjarão-se e lá temos outra vez os bebedores de cerveja reconciliados com o *Kaiser* mata-mouros.

D. Carlos, esse, trouxe consigo uma nuvem que



nunca mais se dissipou. Logo que subiu ao throno, começou a ser atacado, e, — ouça isto! — não mudou um ministerio, que os seus politicos não encetassem contra elle uma campanha pessoal. Estas campanhas estavam, pode dizer-se, no programma de todos os partidos. Attacava-se o rei para conquistar o poder e era assim que o poder vinha.

Os republicanos sempre foram accusados de atacar o rei, e era logico que dentro da monarchia lhes estivesse reservado esse papel! Os republicanos raramente atacaram o monarcha e a monarchia com accusações da sua lavra, mas com accusações dos monarchicos. Durante o seu reinado, o rei foi muito maltratado, não poucas vezes ameaçado, não poucas vezes injuriado. D'onde partiram esses maus tratos, essas ameaças, essas injurias? — Dos monarchicos. Por falta de liberdade, ou por falta de paixão, a imprensa republicana não soube crear um epitheto, ou uma palavra para acommetter o rei. Copiava, servilmente os copiava da imprensa monarchica, a tal ponto que Manuel d'Arriaga me dizia um dia: «Parece que a imprensa republicana não tem armas proprias.» E não as tinha, ou não as sabia manejar. As suas armas eram as que lhes davam os monarchicos.

Em 18 annos de reinado, D. Carlos dissolveu 11 vezes o parlamento. Creio que se chama a isto — um *record*. Sempre que o rei recorreu a estes actos politicos violentos, os partidos lesados completamente esqueceram a sua qualidade de partidos monarchicos e trataram-n'o como *sans-culottes*, qualificando-o com os peiores termos e ameaçando-o de o destituir. Isto não foi uma crise, ou um incidente politico: foi toda a historia do reinado de D. Carlos, desde o principio

ao fim. N'estas campanhas de character pessoal, é justo dizer-se, distinguiram-se os progressistas, mas todos tomaram parte n'ellas. Nos ataques ao rei D. Carlos póde dizer-se, para me servir d'uma expressão plebeia, mas incisiva — todos molharam a sua sopa.

Foi o rei simplesmente attacado como rei? Até como homem o foi. E' certo que elle dava margem para isso, mas tambem é certo que os seus politicos não o pouparam. Pozeram em evidencia a pouca attenção que lhe merecia o cuidado de governar, a sua paixão pela caça, o seu sestro de vestir trajos populares e de se apresentar de jaléca em publico, os seus habitos de *viveur*, o seu gosto pelos espectaculos divertidos. A sua viagem ao estrangeiro, no outomno de 1895, deu logar ás mais violentas diatribes de que ainda tem sido objecto um rei, e entre essas tornaram-se famosas as do *Correio da Noite*, o velho órgão do partido progressista.

O meu amigo não as conhece?

Vou dar-lhe uma idéa de algumas.

Aqui tem, por exemplo, o que escrevia o *Correio*, n'esse tempo: «... ninguem sabe para onde elle partiu. Sabe-se apenas que a sua viagem tem sido um grande e vergonhoso desastre e que a sua pessoa tem sido amargamente discutida, de envolta com os seus conselheiros, cuja fama de pueris e imprevidentes, vae correndo mundo com incrível velocidade. Elle, o *jeune roi*, titulo com que os jornaes estrangeiros mais benevolos, o condecoram, e pelo qual pretendem desculpá-lo da sua levandade em deixar o seu paiz, para correr as aventuras de serios rompimentos e desavenças com nações amigas, continúa em Paris, entregue a festas, passeios, caçadas, noites de theatro, metade

distrahidas no camarote presidencial, metade passadas nos camarins das actrizes e nos *boudoirs* das bailarinas.»

No decurso d'essa viagem, o *Figaro* offereceu a D. Carlos uma *soirée* em que se exhibiu a cançonetista Yvette Guilbert, e como constasse que o rei se divertira muito ouvindo o repertorio *corsé* d'essa artista de caffè-concerto, o *Correio da Noite* capitulava esse espectáculo de — «*soirée* para homens» e commentava d'este modo: «Se não fôra isso, não lograria a nossa monarchia ouvir o picante repertorio que lhe despertou convulsas gargalhadas, especialmente em presença de Yvette Guilbert, que, rompendo com pequenas contemplações, poz-se completamente á vontade, como rainha de cançoneta, em frente do rei de um paiz que, lá por fóra, é considerado um paiz de opera-comica».

N'esse mesmo anno de 1895, o *Jornal do Commercio*, orgão conservador, accusava o rei de levar vida alegre e descuidada: «Por cima de tudo isto passa óvante el-rei de Portugal, violando juramentos, calcando leis, sem outro pensamento ostensivo do que o de levar vida alegre e descuidada».

Durante o seu reinado, o rei foi objecto de tantas criticas, censuras e ataques, por parte dos partidos monarchicos, que, mais de uma vez, lhe foi contestado por estes o direito de reinar. «O rei não é a nação, nem pode substituir os seus representantes» diziam-lhe os progressistas em 1894, e, em 1895, os regeneradores ameaçavam-n'ó com a revolução: «A' revolução responde-se com a revolução».

\*

Isto é o que consta da historia politica, contida nos jornaes. O que consta da tradição oral é peor e revela a existencia de um rei com quem os seus servidores profundamente antipathisavam, e a tradição oral somos nós todos, os contemporaneos e visinhos de D. Carlos, nas dependencias do reino de Portugal.

D. Carlos nunca foi popular, para o que concorreu, nos primeiros annos do seu reinado, muito mais do que os seus erros, o seu apparatus exterior. D. Carlos era gordo e o povo não simpathisa com os gordos, talvez porque, na sua miseria, os encontre bem jantados de mais, e D. Carlos era louro, de um louro allemão com que o povo tambem não engrança. Portugal não é um paiz de louros. Aos louros chama *russo*s. D. Carlos era *russo*.

Comtudo, D. Carlos não era odiado. Só o foi alguns dias — os bastantes para esse odio lhe ser fatal. Quem o odiou? — Os monarchicos.

Era preciso ouvil-os, emquanto elle foi vivo! Eu ouvi-os. Para elles, nas suas horas irritadas de indisposição, D. Carlos não era mesmo o homem que se discute, mas o homem que se injuria. Ouvi applicar-lhe os peiores apodos, os peiores epithetos, os peiores doestos, as peiores injurias. Para um d'elles, que veio a ser seu ministro, D. Carlos nunca teve um nome, nem um titulo, mas uma alcunha infamante e assim o tratou sempre, até que veio a ser—seu ministro.

Percorra o meu amigo, nos jornaes que lhe man-

do, a lista das pessoas que assistiram ás exequias de hoje. Entre essas pessoas não poucas o detestaram cordealmente em vida e a uma ouvi eu dizer, pouco antes da sua morte, que o odiava com todas as energias do seu coração.

Nos ultimos dias da dictadura de João Franco, D. Carlos só encontrava sympathias nos franquistas; mas que digo eu? — nem n'esses, pois a um ouvi por estas mesmas palavras — «*que nunca o pudera trazer*». Nos outros não tinha senão odios, impotentes, mas por isso mesmo, ferozes.

D. Carlos nunca contentou os partidos. Era muito orgulhoso. Utilisava-se d'elles, mas desprezava-os. Entendia-se com os chefes politicos. Aos outros tratava-os como lacaios. Mal lhes fallava, a não ser uma ou outra vez no conselho de ministros, de passagem, ou no camarote em S. Carlos. E' o Alpoim, que foi seu ministro, quem o diz. Emquanto estavam no poder, os partidos ainda o supportavam com a sua soberbia e a sua arrogancia. Era o poder. Na opposição não o podiam ver, porque os politicos que serviram a D. Carlos só o viram com bons olhos, emquanto elle os serviu — a elles. Sempre que os poz de parte, tornou-se-lhes intoleravel. Então apparecia-lhes com todos os seus defeitos e nenhuma das suas qualidades, se as teve, e para esses singulares monarchicos não era então já o monarcha — era: o inimigo a quem não se dá quartel, que se combate por todas as formas, mesmo as mais malignas, cujo poder se procura abalar, cujo prestigio se procura accommetter, discursando, escrevendo, fallando, murmurando, intrigando.

Este foi o regimen das relações de D. Carlos com

os partidos que o serviram, até que João Franco subiu ao poder.

\*

D. Carlos foi morto por um regicida e, para todos os efeitos da mentira politica portugueza, o regicidio é a obra da funesta propaganda dos republicanos.

No emtanto, pode affirmar-se que os homens que indigitaram D. Carlos á vindicta publica foram os monarchicos. Os republicanos algumas vezes fallaram em revolução; mas quem pela primeira vez em Portugal pronunciou, a proposito de um acontecimento politico, a palavra *crime*, foi um monarchico. Foi, não deve ignoral-o, o Julio de Vilhena.

Viu já de que natureza eram as relações dos partidos monarchicos com o rei. A opposição monarchica a João Franco foi arrancar D. Carlos á zona da sua irresponsabilidade e trouxe-o para um verdadeiro pretorio, onde o julgou e o condemnou. Na camara dos pares, — deve estar lembrado — o facto tomou proporções revolucionarias. As galerias enchiam-se a transbordar, para ouvir o Arroyo accusar o rei.

O acto da dictadura que definitivamente incompatibilisou o paiz com o rei, foi o augmento da lista civil e a liquidação dos adeantamentos. Pois bem! Quem foi que publicamente chamou a esse acto — roubo? Os republicanos? Pobres d'elles! A dictadura não lh'o consentia. Quem lhe chamou assim, quem lhe deu esse nome foram os monarchicos. Sim, meu amigo: foram

os progressistas que lhe chamaram roubo e roubo á mão armada. «El-rei — escrevia o *Correio da Noite* d'esse tempo — caça em Villa Viçosa, depois de ter feito da Carta Constitucional, bucha para o bacamarte com que atirou aos adiantamentos e ao augmento da lista civil. Atirou e acertou.»

Em dezembro de 1907, os dois partidos monarchicos, escoraçados do poder e tendo perdido a esperança de o reconquistar tão cedo, reuniam duas grandes assembleias geraes, afim de tomar resoluções. Essas reuniões foram um escandalo. Realisaram-se n'um domingo, o domingo de 7 de dezembro, e á noite, em Lisboa, não se fallava n'outra coisa senão no que lá se passara. O rei foi coberto de injurias e reclamou-se a sua deposição. Foi preciso que os mais velhos intervissem e deitassem agua na fervura, para que tudo aquillo não passasse cá para fóra sob a forma de resoluções officiaes.

O jesuitismo monarchico representa hoje a comedia da dolorosa surpresa quando se refere ao attentado de 1 de fevereiro, como se não esperasse uma catastrophe, como se não a tivesse previsto, como se não a tivesse mesmo declarado logica, dentro da fatalidade dos acontecimentos!

Escute o que diziam as *Novidades*, em maio do anno da dictadura: «O passado diz-nos que isto está tambem destinado a acabar muito mal. Oxalá que as vinganças não vão até á profanação e ás violencias de que os ossos do conde de Basto vieram a soffrer, mesmo no sepulcro da igreja onde tinham sido recolhidos.»

Escute agora o que dizia o *Correio da Noite*, em fins de janeiro e quando a catastrophe se avisinhava: «Quem hade oppor-se ao cumprimento do destino? Se

a fatalidade determinou que isto hade ir até ao fim, como evitar a catastrophe?»

Os odios, diz o jesuitismo monarchico, os odios que conduziram ao regicidio, foram os republicanos que os semearam; mas escute o que dizia o *Popular*, órgão regenerador, a 29 de janeiro, isto é, a dois dias de distancia do regicidio: «A Casa Real poderá ter os seus adiantamentos e ver augmentada a sua lista civil; mas no paiz ficará um fermento de odios que nem o profundo abastardamento dos caracteres podem evitar que surtam o natural effeito.»

Através d'estas sinistras predicções vê-se apparecer o Buiça empunhando a sua clavina.

Revolução, ou crime, alguma d'estas coisas era inevitavel em Portugal, vaticinou o Vilhena n'um dos raros momentos da sua vida em que não se tem enganado. Sobrevem o crime, e o que diz essa mesma imprensa para a qual elle era um corollario logico da situação?

Diz isto:

«... monstruosidade para a qual não se encontra nem attenuante, nem explicação», diz hoje o *Noticias de Lisboa*, órgão do partido regenerador.

Vê? O crime estava na natureza dos acontecimentos, mas não tem *attenuante*. O crime era logico, mas não tem *explicação*.

Diz mais. Diz isto:

«Não se acalmou ainda, e só tarde isso se conseguirá — diz o *Correio da Noite*, — a impressão de revolta que o terrivel attentado provocou.» . . . . «O que hoje se passou em Lisboa e em todos os pontos do paiz é uma nova confirmação do que acabamos de escrever. Aos que concorreram ás cerimonias funebres



levava-os um sentimento de piedade e de dôr pela morte do rei D. Carlos e de seu augusto e estremecido filho. Mas iam tambem para affirmar o seu protesto pelo que o crime que os victimou teve de repugnante e de hediondo.»

Aqui tem. Deu-se em Portugal um crime *repugnante e hediondo* e esse crime estava no espirito de todos e tão no espirito de todos que era annuciado nos jornaes monarchicos, com alguns mezes de antecedencia!

Agora, ouça máis, meu amigo. Esta imprensa devotada á memoria do finado rei e horrorisada perante o attentado que o victimou, appareceu hoje tarjada de preto, em signal de lucto. Pois bem! Esse lucto não ousou vestir-o no dia em que o rei morreu! Morto o rei, quem sabe o que succederia? Na duvida, estes monarchicos sem equal no mundo, cohibiram-se de affirmar ostensivamente a sua dôr, emquanto os acontecimentos não lhes asseguraram que a monarchia sobrevivia ao monarcha. Então sim. Então vestiram-se de lucto!

\*

Aqui tem porque eu lhe disse no principio d'esta carta que, para entender os acontecimentos da vida portugueza, é preciso consideral-os não separadamente, mas nas suas intimas relações uns com os outros.

Os jornaes que lhe mando, por exemplo, dão-lhe a impressão de uma sociedade solidarisada com o sys-

thema politico que nos rege e maguada com o acontecimento doloroso que ha um anno a feriu nos seus sentimentos lealistas. Os factos dizem que essa sociedade não existe senão na apparencia e que os seus sentimentos são uma refalsada mentira.

E como não o seriam?

\*

V. já pensou porventura no que teria succedido aos partidos monarchicos portuguezes, se D. Carlos não tem morrido?

Debaixo d'este ponto de vista, a morte do rei salvou-os não de uma crise de que mais tarde, ou mais cedo podessem sahir, mas do seu definitivo perecimento, e, debaixo d'este ponto de vista, poderíamos mesmo chegar á conclusão de que o Buiça era progressista, ou regenerador, em virtude do principio que indigita como criminoso aquelle a quem o crime aproveita.

V. não se lembra, ninguem se lembra já dos successos que revelaram no tempo de João Franco a inanidade dos partidos de D. Carlos e os reduziram á impotencia. Os factos tem-se succedido vertiginosamente e os do dia seguinte subvertem os da vespera. A origem unica da influencia d'esses partidos era o favor do rei. O favor do rei faltou-lhes. Os partidos mostraram-se taes quaes eram e foram sempre—clientellas politicas sem o menor appoio na opinião.

Quem a este respeito tivesse duvidas viu-as desfa-

zerem-se completamente no dia 2 de janeiro do anno passado e por occasião da dissolução dos corpos administrativos. Quando se annunciou essa medida dictatorial de João Franco, muitos pensaram: Vae ser o fim do mundo! Imagine: era um repto a todos os partidos monarchicos, para que mostrassem a sua força, se a tinham. Por outro lado, os partidos monarchicos, pela bocca falladora do Julio de Vilhena, declaravam accetal-o. «Pois bem, dizia este, no *Popular*, seu orgão, o partido regenerador em seu nome e cremos que conosco estão todos os partidos existentes, acceta o repto e declara terminantemente ao sr. presidente do conselho que, ou convoca immediatamente as côrtes, dando conta dos seus actos dictatoriaes, a quem tem o direito constitucional de os revogar, ou confirmar, ou nós lhe provaremos, não por palavras que pouco valem, mas por actos de significação effectiva e pratica, que os partidos que representam na sua totalidade a opinião nacional, tem força bastante para fazer entrar na ordem quem, como o governo, faz a revolução atropellando a lei e os verdadeiros interesses do paiz.»

Os partidos não representavam a opinião e não tinham força alguma. O Vilhena agitava o lençol branco de um ridiculo papão. Uma fanfarronada. Um *bluff*. O 2 de janeiro veio e João Franco respondeu ás suas ameaças dissolvendo as camaras municipaes.

No mez de janeiro não havia em Portugal mais partidos monarchicos, mas algumas associações de interesses desbaratados, que se desaggregavam. Verdadeiramente os monarchicos faziam dó. A sua humilhação não tinha limites. O rei recusara-se a recebê-los collectivamente. Elles, de resto, tinham já desistido de ir ao paço. Para quê? Uma parte barafustava, dava

murros nas mezas dos centros e das redacções, fallava em ir para a Republica. Outra parte, constituida dos velhos politicos amodorrados, pacientava, curvava a cabeça sob o furacão de desgraça, entregando o seu destino aos acontecimentos.

Restava-lhes alguma esperanza?

Nenhuma.

Tinham exgotado todos os meios de acção, desde os meios legaes da representação até ao velho systhema das ameaças ao rei, que já não o assustavam. A sua derrota era insophismavel. Nem os seus jornaes escapavam, sendo suspensos como vulgares jornaes republicanos. Um pouco mais e mettiam o José Luciano na cadeia. Foi o que faltou.

Entretanto, o João Franco garantia-lhes nos seus jornaes que não abandonaria tão cedo o poder. O *Diario Illustrado* fallava n'uma dictadura de vinte annos, e vinte annos, é claro, é o absurdo, mas que a dictadura durasse um anno mais e desapareciam de Portugal os ultimos vestigios dos antigos partidos conservadores. O que lhes restava fazer? Dissolverem-se? N'isso se fallava em janeiro, mas a dissolução, na realidade, era já um facto. Os partidos regeneradores e progressistas estavam mortos. O paiz, no meio das suas iras contra a dictadura, ria-se d'elles e do seu fiasco; a Europa, a quem João Franco, com a sua propaganda, os mostrava como oligarchias de devoristas, qualificava-os de verdadeiras *quadrilhas*. Eu não invento qualificativos para os infamar aos seus olhos. Foi assim que lhes chamou o *Times*, foi assim que lhes chamou a *Gazeta de Colonia*. «Estes partidos—dizia este periodico—nunca representaram principios, mas só e simplesmente interesses particulares

de grupos de negociantes e outros, que andavam á cata de concessões e monopolios e que achavam sempre politicos com quem se entendiam. Era uma pandega eterna de pilhagem, empréstimos e dividas. Entre os dois partidos monarchicos havia accordo completo e o dinheiro do Estado era para aquelles que estavam no poder, que deviam comer o que podessem». A *Gazeta de Colonia* fallava d'elles, como se elles já não existissem e, na realidade, já não existiam.

O que era preciso para que nenhuma illusão lhes restasse sobre a sua influencia pérdida? Era preciso que, pela sua bocca, em publico e razo, o rei os despojasse d'ella, exautorando-os. Pois bem! isso succedeu. As declarações do rei, publicadas no *Temps*, inflingiram-lhes essa exautoração.

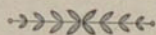
Havia mais alguma coisa a esperar? — Mais nada. Estava tudo perdido? Tudo!

Foi n'este momento que o Buiça appareceu, e o que se passou então não foi já um facto da vida, mas do romance. Os partidos, que se consideravam perdidos, viram-se de um instante para o outro salvos! Salvos! Depressa! A farda, o espadim, o chapéu armado, a carruagem,—e ao paço! As portas do paço, fechadas, abriram-se-lhes de par em par e receberam-nos de novo. Cada um voltou ao seu antigo logar, cada um readquiriu a sua antiga influencia. Eil-os de novo no poder, que parecia perdido para sempre! Depressa! depressa! Abram esses ministerios e que entrem progressistas, que entrem regeneradores. — Senhor conselheiro! Senhor conselheiro! Uff! Mau sonho! Pesadello horrivel! Mas tudo passou. Alleluia! *Tout est bien qui finit bien.*

Esta foi a obra do Buiça — essa obra da qual o

*Correio da Noite* dizia hoje que constituiu «*uma ignominia deshonrosa para a nação portugueza e nem serviu os interesses dos inimigos das instituições.*»

Com effeito, não serviu os interesses dos inimigos das instituições.—Serviu os dos amigos.



---

Os escriptorios das **CARTAS POLITICAS** mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

---

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

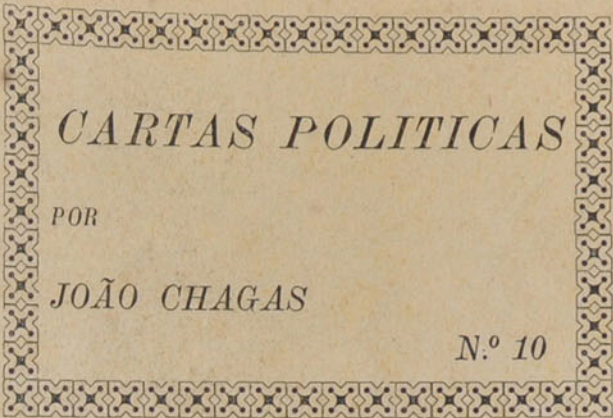
Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de **50 reis**.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de **300 e 600 reis**, pagos adiantadamente.



103



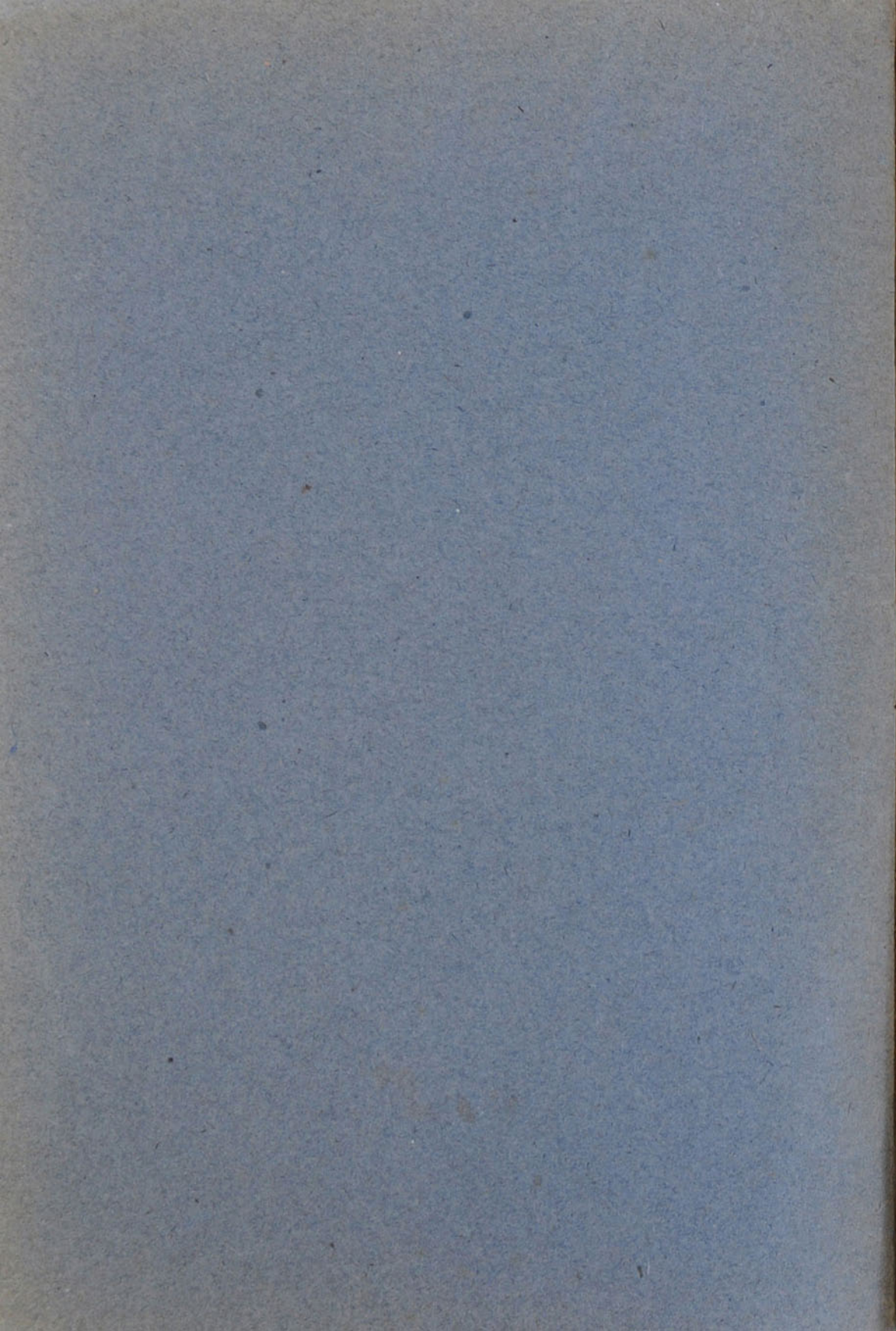


*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 10*



# CARTA

À

COMMISSÃO PAROCHIAL DE CANHA, A PROPOSITO

DA RESOLUÇÃO

QUE TOMOU DE FAZER LER AO POVO ESTAS CARTAS,

SEGUIDA DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

SOBRE O INEVITAVEL DA REPUBLICA E O INOPORTUNO

DOS DISSIDENTES

---

---

*Lisboa, 8 de Fevereiro de 1909.*

**A**CABO de ter conhecimento da resolução adoptada pela Comissão parochial republicana de Canha, de fazer ler estas *Cartas* em publico, e apresso-me a felicital-os pela boa idéa que tiveram. Nasceu ella em Canha, obscura localidade do Alemtejo, e tem a novidade, a arrogancia, a graça espirital de uma idéa franceza, ou melhor—parisiense. Nós não somos innovadores. Ao contrario, somos rotineiros. Essa idéa é uma infracção da rotina.

Ler em voz alta, nas villas e aldeias do paiz, a

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

obra dos divulgadores, dos propagandistas, dos evangelistas,—que engenhoso e fecundo empreendimento! Como é novo e como é, ao mesmo tempo, util!

O povo não sabe ler—terrível obstaculo ao apostolado escripto, ao livro, ao jornal, ao pamphleto! Mas vem o *leitor*, brandindo essas folhas de papel impresso, toca a reunir, convoca-o e—lê.

O povo não sabe ler, mas sabe ouvir. E' talvez cego, mas não é surdo. A verdade entra-lhe pelos ouvidos, e que immensa vantagem a d'essa propaganda de leitura, sobre a propaganda da oratoria e do orador!

Quando é o orador que falla, quem apparece primeiro é elle: a verdade vem depois. Entre a verdade e o publico, intromette-se elle, com o seu prestigio, a sua voz, o seu gesto e os artificios da sua palavra, que fascinam e distrahem o auditorio.—Que bem falla! exclama este. Do que elle disse fica-lhe no ouvido muitas vezes apenas um rumor harmonioso. A oratoria, em rigor, exerce-se muito mais em proveito do orador do que da verdade.

Por outro lado, quantas vezes é o orador um bom instrumento de verdade? Raras! A verdade é impessoal e onde existe hoje o orador impessoal, isto é, aquella natureza abstracta que completamente se esqueça de si mesmo, para só se lembrar da verdade? Essas naturezas andaram pelo mundo, no tempo remoto em que a verdade se semejava com o mesmo gesto simples e sobrio com que se semeia o pão. O moderno apostolo é cada vez mais pessoal: funda muito mais a sua personalidade do que a sua doutrina. E' um christão que, antes de fazer o christianismo, se faz a si proprio. Mesmo quando prega a verdade é levado ao

artificio, algumas vezes ao charlatanismo, porque, ao empenho de engrandecer a sua doutrina, junta não poucas vezes o empenho maior de se engrandecer a si proprio. Corre para o applauso e correr para o applauso é sacrificar a verdade, pois a verdade nem sempre é applaudida.

A verdade escripta offerece mais garantias de sinceridade. Quem escreve não espera o applauso e não teme a reprovação. Assim como é applaudido, o orador corre o risco de ser assobiado como um toureiro. O escriptor não conhece nem essas glorias, nem essas adversidades de arena. Nenhuma estrepitosa salva de palmas coroa a sua obra, mas tampouco está exposto a ouvir os assobios da multidão. Não tem espectadores, não tem publico. Está só, com o seu pensamento, de todo entregue a elle e ás suas desinteressadas alegrias. Inspira-o a verdade? — Ella inclina-se sobre a sua frente como uma Musa e murmura-lhe ao ouvido as suas palavras sagradas, mas só essas. Elle transcreve. Nenhuma gloria vã perturba a sua serenidade: nenhum temor lhe prende a mão. Para quem está fallando? Para o publico? Nem isso! Está fallando para a sua consciencia. Na realidade, está monologando. Que o escutem ou não, que importa!

A idéa de ler os escriptos dos propagandistas de todas as verdades é excellente, porque os suprime a elles, para tão somente as deixar ver a—ellas. Se eu fosse a Canha dizer, de resto muito imperfeitamente, as verdades que tenho dito n'estas *Cartas*, muito perderiam ellas do seu effeito sobre o espirito dos que me ouvissem. Elles reparariam talvez muito mais em mim do que n'ellas e ainda eu seria lembrado em Canha,

quando ellas já tivessem esquecido. Assim, não : não esquecem. Nenhuma impressão, nenhuma imagem se interporá entre ellas e o povo que as tiver ouvido enunciar. Quem ouve fallar—vê. Quem ouve ler,—escuta. Escutar é comprehender e fazei escutar a verdade a este pobre povo de analphabetos : elle comprehenderá. A verdade não é um diploma de bacharel. Não é necessario ir a Coimbra para saber o que significa a palavra —Dôr. A verdade é uma luz — uma luz entrando n'uma casa escura, e essa luz pode simplesmente derramal-a uma voz lendo as folhas de um livro ou de um jornal. . .

\*

Sem duvida é lastimavel que o povo não saiba ler. Esse é o maior crime do systema politico que nós rege e elle bastava, se não tivesse praticado outros, para o condemnar. Mais lamentavel, porém, é que o povo ignore e eis o que succede : ignora. Se em cada aldeia houvesse uma só voz que lhe fizesse conhecer o mechanismo do seu mal, Portugal em peso levantava-se. Era uma sublevação geral, porque está por provar que para o homem se indignar lhe seja necessario saber conjugar os verbos auxiliares. Ora, a verdade em Portugal indigna. Semeiar verdades, n'este paiz, é semeiar a insurreição. Diga-se ao povo dos campos o que o povo das cidades já sabe e cada provincia de Portugal será um incendio.

Eu sei, eu sei! A Republica é uma verdade transcendente para cerebros tão incultos como os dos nossos camponezes; mas quem fallou ahí em Republica? A verdade em Portugal não se chama — Republica: chama-se — Monarchia. A Republica é uma verdade mysteriosa. O que é uma verdade clara é a Monarchia. Diga-se a essa gente o que é a Monarchia e elles irão para a Republica, como todos nós iremos, republicanos, ou não, porque não temos outro caminho aberto diante de nós, e se o temos digam-me simplesmente qual elle é? A Republica não nos salva? — Provem-me simplesmente que a monarchia nos salvará! Com quê? Com quem?

Se a monarchia fosse uma convicção publica, a sua obra seria a obra de todos e seria redemptora. Cada um de nós trabalharia com ella para a salvação commum. A monarchia é um corpo extranho na nação. Não tem affinidades com ella. Ao contrario, monarchia e nação repellem-se. A monarchia é o regimen constituido, tem seculos de existencia e está em guerra aberta com a sociedade. Não conta com o seu apoio e está exposta todos os dias á sua animosidade. Vive dentro do paiz, mas como vive? — Cercada de leis e cercada de bayonetas. E' uma monarchia liberal, do typo inglez, e dá o spectaculo de uma autocracia á maneira slava, ou ottomana, d'outras eras. Anda no meio de cossacos e tem janizaros e mamelucos ao seu serviço. Persegue, opprime, chacina, massacra. A sua historia está sendo escripta em letras de sangue.

E' susceptivel de ser modificado este regimen reciproco de relações, entre as instituições e a sociedade? Ha esperanças de que a monarchia, cahida no retrocesso absolutista e na reacção, volte a ser um sys-

thema politico do typo liberal? Essas esperanças, se alguns as tiveram, dissiparam-se com a obra do gabinete Amaral, que foi sempre de defesa contra a sociedade e, finalmente, com a sua queda, que foi, francamente, um plano da reacção.

Por outro lado, ha esperanças de que o divorcio social acabe e de que a sociedade recahia no fetichismo liberal?

E' absurdo pensal-o. A sociedade começou, é certo, por se indispôr com as instituições e d'essa indisposição talvez tivesse sido possível fazer, em tempo opportuno que passou, reconciliação e concordia. Não se fez a conciliação, não se fez a concordia e o que era indisposição tornou-se incompatibilidade e incompatibilidade insanavel. Ao lado da monarchia creou-se uma força politica nova — a Democracia, força que tomou proporções consideraveis, que adquiriu direitos e já não abdica d'elles. A essa força se reúnem, tornando-a cada vez maior, todos os elementos uteis da sociedade. E' um novo Portugal que definitivamente rompeu com as suas velhas instituições e quer viver sem ellas.

Reduzir esta força é impossivel. Pensa-se que ella é a de um partido. Não é. E' a da sociedade. Aniquillem amanhã todos os chefes republicanos e a sociedade erguer-se-ha cada vez mais forte nas suas novas crenças, porque o que se passou em Portugal foi isto: installou-se no coração d'este povo uma crença nova e já de lá não sahe! Essa crença não está depositada aqui ou ali, n'este ou n'aquelle tabernaculo: é o sentimento publico. Tem um altar em cada coração.

Quem o diz? — Eu? Dil-o o proprio espectáculo da sociedade, e só quem fôr muito cego ou muito es-



tupido é que o não vê. Basta ler os jornaes. Muito mais do que o que elles dizem, o que elles contam da sociedade revela este verdadeiro estado d'alma colectivo. E' um vasto, ruidoso trabalho não já latente mas patente de agitação e revolução. São as classes reunindo parlamentos a todas as esquinas, discutindo todos os problemas, desde os politicos até aos sociaes e procurando as suas soluções, lançando as bases de todas as reformas, deitando a baixo o que está de pé, construindo de novo por sua conta e risco, como um formigueiro de alvanellos n'uma cidade em ruinas.

\*

Sem o concurso social, que pode fazer a monarchia?

Os seus partidos dissolvem-se, fraccionam-se, esboroam-se, e não ha maneira de lhes dar nova coesão. Quem lhes empresta solidariedade? Quem lhes empresta força? Digamos a palavra do dia — quem *adhere* aos partidos monarchicos? Quem é que vem ahi declarar publicamente nos jornaes que adhere ao partido regenerador, ou ao partido progressista? Onde está a soberania intellectual, ou moral que n'este paiz faça semelhante declaração? Onde estão mesmo os partidos? Onde estão mesmo esses simulacros de partidos, que foram os regeneradores e os progressistas?

Desde longa data que estes grupos de plutocratas não tinham já principios, ou programmas que os dis-

tinguisse; mas se não tinham programmas, ou principios á parte, tinham pelo menos casa á parte. Hoje, nem isso tem. As necessidades da defeza commum juntaram-n'os. Liberaes governam com reaccionarios e sob a sua inspiração. Progressistas governam com regeneradores. Um mesmo governo, o actual, é ao mesmo tempo presidido por um progressista e por um regenerador.

Houve tempo em que os governos, ainda sob a influencia da tradição liberal, eram anti-ultramontanos, inimigos do predomínio da Igreja e do clero — da *padralhada*, como se dizia no calão voltairiano de Joaquim Antonio d'Aguiar. Hoje, governos liberaes e padres são socios. O órgão monarchico por excellencia em Lisboa é o *Portugal* e, no Porto, a *Palavra*.

Assim, acabaram-se os partidos e acabou-se até o liberalismo. Não ha programmas partidarios e não ha sequer principios geraes. Reuniu-se tudo, confundiu-se tudo e é á solidariedade d'essa massa confusa e suja de interesses pessoas colligados, que a monarchia está reduzida.

Pode salvar-a a colligação d'esses interesses antipathicos?

Era o que faltava!

Era o que faltava que a reacção religiosa salvasse a monarchia anti-clerical! Era o que faltava que a reacção politica salvasse a monarchia liberal!

Não! A colligação de todas as forças conservadoras de Portugal, desde as que querem conservar o passado, até ás que pretendem conservar o presente, é apenas o signal de que as instituições liberaes estão na agonia. O moribundo reúne em volta do seu leito a familia. A colligação dos partidos monarchicos portugue-

zes é essa reunião de familia, em que se juntam pela primeira vez, depois de muitos annos de indisposição, com os tonsurados do seculo XVIII, os liberaes de barba de passa-piolho, do seculo XIX.

Nenhum, absolutamente nenhum concurso social novo pode salvar a monarchia. Nem ella o espera, nem ha quem lh'o dê. Assim como se fez uma subscrição para os sinistrados de Messina fez-se uma subscrição para ella. Chamou-se a *Liga Monarchica*. A *Liga Monarchica*, da qual apenas se sabe ter a sua séde n'um 2.º andar da calçada do Sacramento, foi o ultimo acto de solidariedade social, praticado em seu favor. O que sahiu?—Uma associação de soccorros mutuos. A sociedade portugueza, sacudida, sacolejada, varejada, não deu para mais.

\*

Mas que é isto? Que diz este jornal da tarde que aqui tenho sobre a meza e que é, se não me engano—o *Dia*?

«*Andam por ahi variadas gentes a mostrar-se surprehendidas, porque os dissidentes queriam o poder e bastante pesarosas porque lhes constou, não sabemos com que fundamento, que essa «hora propria» já esteve muito mais incerta e distante. Agradecemos a essas almas caridosas o cuidado que lhes merece a nossa saude politica, que, na verda-*

*de. por muito que lhes custe, nunca foi tão robusta, mas parece-nos que a sua surpresa tem alguma coisa . . . de inepta, porque nunca se viu que um partido, dentro do regimen constitucional, abdicasse do direito que lhe assiste e da natural e muito legitima ambição que deve ter, de exercer o poder, para cumprir o seu programma, quando chegar a vez de se experimentarem os seus compromissos e os seus planos».*

Assim, no meio do descalabro dos partidos e das mesmas instituições, ha ainda em Portugal um partido que se sente forte, mais forte do que nunca, pois é esta a significação que tem a expressão—« . . . a nossa saude politica nunca foi tão robusta», que não abdica do direito e «muito legitima ambição» de exercer o poder e que diz ter um programma de governo.

Qual é esse partido?

E' o partido dos *dissidentes*.

Assim, quando tudo parece estar perdido, os dissidentes propoem-se ainda fazer obra de salvação.

Como?

Subindo ao poder.

O' gloria de mandar! Gloria que não vês um palmo adeante do nariz! Gloria mais cega do que um cego que vae levado pela mão!

Assim, os dissidentes estão persuadidos de que a crise das instituições, a crise dos partidos, a crise social, toda a calamidade publica, de cima a baixo, resulta de—não estarem elles no poder, e estão persuadidos de que, occupando o poder, resolvem todos os problemas pendentés, assim o da monarchia que ago-

nisa, assim o dos partidos que se desmembram, assim o da sociedade em revolução!

Eu não sei se, como o dão a entender, os dissidentes se encontram proximos do poder. Se assim é, não lhes quero estar na pelle.

Eu vou dizer porquê.

\*

O unico salvador permittido á monarchia foi João Franco. Esse reuniu condições como nenhum, e se não fosse, como manifestamente o é, um alienado, tel-a-hia talvez salvado. Era rico. N'um paiz em que os homens publicos são acoimados de ladrões, ser rico offerece umas certas garantias, porque, para a moral burgueza e essa é a que felizmente nos rege, prohibidade quer dizer — *solvabilidade*. João Franco offerecia á sociedade a garantia da sua fortuna, que diziam ser grande. Era e foi um homem d'Estado, com caução. A sua fortuna respondia pela sua honestidade. Depois tinha — a fé. Em quem? N'elle mesmo; e na vida, para emprehender seja o que fôr, é preciso ter fé, seja em nós proprios, seja nos outros. João Franco tinha uma fé illimitada em si mesmo. Fazia da sua personalidade a sua religião. Era um fatuo? Não! Era um maluco. Os homens cada vez significam menos e o que significa tudo é a sociedade, mas elle não o entendia assim, que é o que importa.

Posto isto, dominava. Todos os crentes dominam.

Exhalava força. Todos os crentes dão essa impressão. Era eloquente. Não ha convicção profunda que não falle bem e João Franco acreditava profundamente em si mesmo. A sociedade precisava d'elle, ou d'um outro assim. Veio no bom momento. Entrou com o pé direito.

Viu-se como sahiu.

Foi um desastre logico — visto ter sido um louco que o promoveu. Não é licito esperar da imaginação de um demente uma obra de razão. Cahi do alto da sua ambição, servida pela maior insensatez que ainda concorreu n'um homem publico, e, com a sua queda, promoveu uma verdadeira derrocada. A monarchia era um castello de cartas, de ficções e mentiras. A sua imprudencia deitou-o abaixo. Foi elle que levantou a questão da improbidade dos partidos: mortal. Foi elle que levantou a questão da improbidade da dynastia: mortal. Foi elle que creou o espirito revolucionario: mortal.

Que lhe restava fazer?

Fugir.

Foi o que fez.

Se tem ficado, de tanta coisa que destruiu, elle mesmo não escapava.

O insuccesso de um emprehendimento como o seu mallogra todos os outros. *Non bis in idem*. Ha, porém, cousas que não se fazem duas vezes, porque é materialmente impossivel fazel-as e o que elle quiz fazer pertence a esse numero: não se repete. Tudo muda: mudam os homens e mudam as condições sociaes. O Alpoim, por exemplo, não tem a menor parecença com João Franco e a sociedade é outra. Aquella que João Franco encontrou era propicia aos seus pensamentos de reforma. A d'hoje é hostile. Não

crê em reformas constitucionaes e tem razão. Já pagou com bastantes lagrimas e bastante sangue os seus equívocos. Não cahe n'outra.

O que querem os dissidentes, que, posto sejam pessoas muito sympathicas, não são de nenhuma maneira reclamadas pela sociedade, como João Franco o chegou a ser n'um certo momento da sua vida politica?

Querem repetil-o?

Não! Está entendido que não o querem repetir. Ao contrario, querem governar com a liberdade. Além d'isso, tem o seu plano de governo, tem reformas...

Eu poderia dizer-lhes que João Franco tambem queria governar com a liberdade, tambem tinha o seu plano de governo, o qual, como se sabe, foi o de liquidar a questão dos adiantamentos, e tambem tinha reformas, uma das quaes foi a dos serviços de instrução publica, que lhe permittiu anichar alguns dos seus amigos.

Poderia fazer-lhes estas objecções, mas não as faço, para não parecer de má fé.

Tão sómente objecto e então com a mais perfeita lealdade, que lhes é *absolutamente impossivel* governar com a liberdade, admittindo que venham a governar, por todas as razões constantes da crise politica que estamos atravessando e que é essencialmente de conflicto entre soberanias tornadas incompativeis, e pela razão privada que especialmente invalida os dissidentes para o exercicio da autoridade, de haverem estes creado uma tradição revolucionaria, graças á sua intervenção nas luctas dos republicanos contra o poder de João Franco.

Para mim, e creio que para a toda gente, essa in-

tervenção não fez senão nobilital-os. Graças a ella, mesmo, os dissidentes tiveram—coisa rara em partidos monarchicos portuguezes! — dias de verdadeira popularidade e ainda hoje vivem ao favor das sympathias populares que conquistaram então; mas justamente — aqui está! — o que pareceria indigital-os para o poder, é o que os priva do direito de o ambicionar e principalmente — oh! principalmente! — de o occupar.

Os dissidentes fizeram um pacto com o povo e fazer pactos com o povo é como fazer pactos com o Diabo. Não se rompem, sob pena de sermos precipitados nas profundas dos infernos. E' á beira d'esse precipicio que os dissidentes se encontrarão, no dia em que subirem ao poder — se subirem, do que Deus os preserve!

Os dissidentes imaginam talvez levar para o poder as sympathias dos republicanos.

Não o creiam.

Os dissidentes são talvez sympathicos aos republicanos por serem—os *dissidentes*, companheiros de lucta, companheiros de exilio, companheiros de carcere, cooperadores, collaboradores, cúmplices. Como governo perdem todo o direito—não é por mim que o digo—á sua sympathia, porque o objectivo dos republicanos não é dar vida á monarchia, mas, ao contrario, deixal-a extinguir-se, quando não promover a sua extincção. N'esta ordem de idéas, se todos os governos lhes são naturalmente antipathicos, um governo constituido de antigos alliados deve logicamente apparecer-lhes como uma espinha difficil de tragar.

João Franco não teve com os republicanos as privanças que os dissidentes tiveram, mas tambem acreditou que governaria com a sua solidariedade, por



lhes ter dado de entrada um bodo de liberdade que, de resto, foi de pouca dura. Quando verificou que os republicanos não se decidiam, por amor d'elle, a renunciar á sua republica, perdeu a cabeça.

E' o que succederia aos dissidentes, se alcançassem o poder e, como João Franco, reconhecessem que os republicanos não se consideravam por esse facto inteiramente felizes: perdiam a cabeça, e perdiam-n'a tanto mais facilmente quanto ellas são, como os acontecimentos o provaram, entre as de todos os monarchicos, as mais inflammaveis.

E seria então, o fim do mundo. Sim! o fim do mundo. Seria o fim dos dissidentes — fim bem para lastimar, de politicos que fazem conceber tantas esperanças — e seria o fim de tudo o que ainda até então não tivesse acabado.

São estas previsões excessivamente pessimistas e sombrias?

Não o são.

Se os dissidentes alcançassem o poder — do que, repito, Deus os livre — não governariam com os republicanos, porque se governar, como diz Anatole France, é descontentar, governar em Portugal é descontentar a democracia, que já agora não reconhece outro governo que não seja o seu, e um governo de dissidentes não a descontentaria só: irrital-a-hia tambem e no mais alto gráo.

Podem governar os monarchicos da direita, no meio da instabilidade geral, mas ao favor de uma relativa ordem. Os dissidentes — monarchicos da extrema esquerda, como elles se intitulam — não! porque poder quer dizer autoridade e todo o acto de autoridade que os dissidentes praticassem, fosse elle o mais beni-

gno, seria immediatamente interpretado como um verdadeiro acto de traição.

Não sei até que ponto os dissidentes levarão a sua ambição, a que chamam legitima, de occupar um poder que já não recebe senão para repellir. O certo é que se ha homens que o poder repilla, são elles.

Os dissidentes foram um dia a Revolução e a Revolução não governa contra a Revolução, nem a contraria, nem lhe estorva o passo, nem tenta frustral-a. A Revolução é fiel á Revolução. Vive para ella. Morre com ella. Os seus pactos firmam-se com sangue.

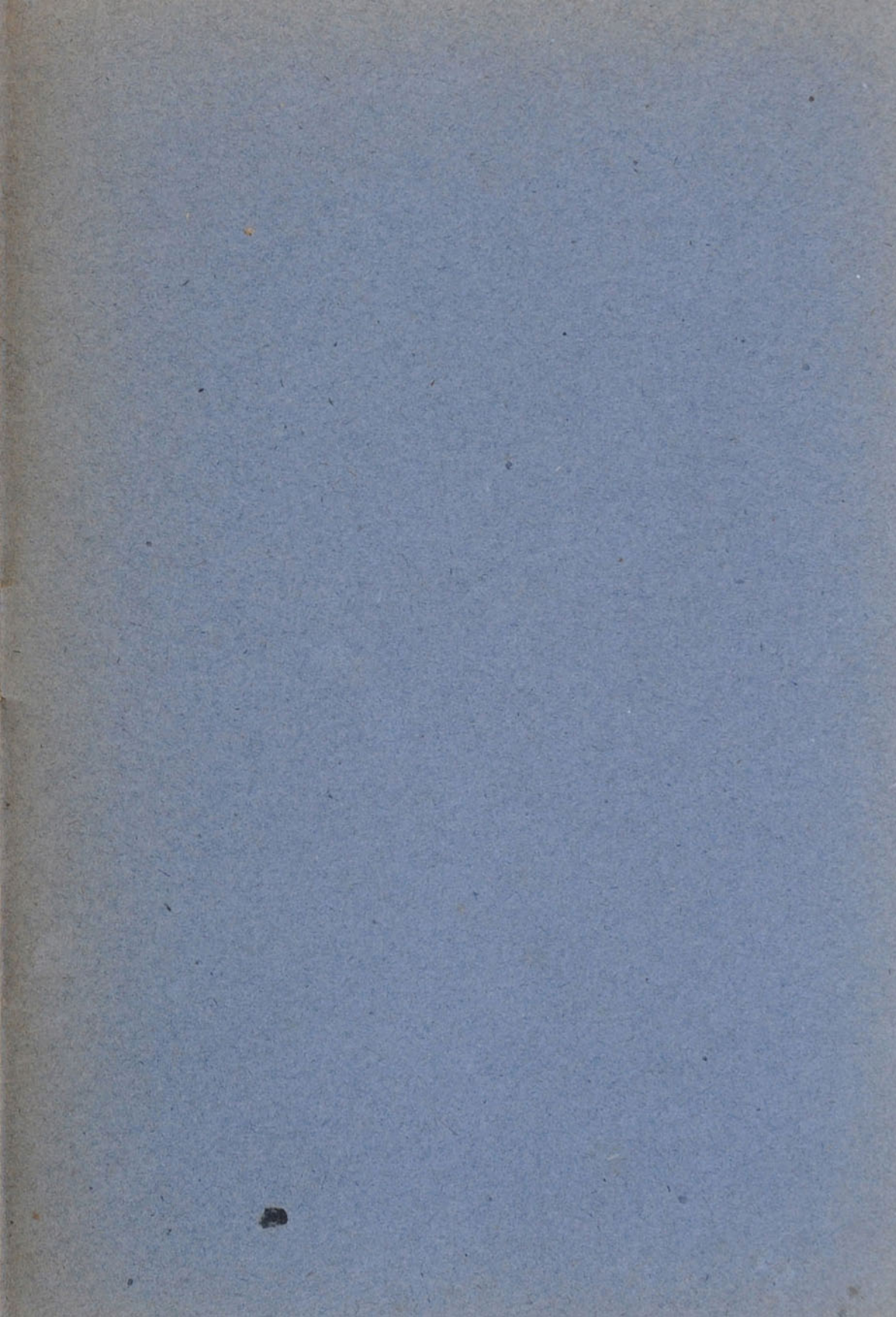
Por outro lado, a era dos revolucionarios de palacio, á maneira de Passos Manuel, que subiam ao poder pela revolução, extinguiu-se com os ultimos rumores das sarrafuscas do idealismo liberal. Os revolucionarios d'hoje não entram no paço, ou só lá entram para abjurar. O tempo não é já de equivococ e é preciso estar com uma d'estas duas soberanias: a do rei, ou a do povo. Com as duas conjunctamente, não !

A despeito das indicações da historia e dos factos palpitanes do dia d'hontem e de hoje, os dissidentes procuram concilial-as. Pela sua intelligencia e pela sua bravura eram dignos de melhor sorte.

Com elles, ou sem elles, o que tem de ser tem de ser, e o que é surprehendente é que a ambição de representar mesmo um poder decrepito, não deixe ver a esses homens novos, que vão entrar na engrenagem historica que o condemnou a envelhecer e a morrer.

---

**Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.**



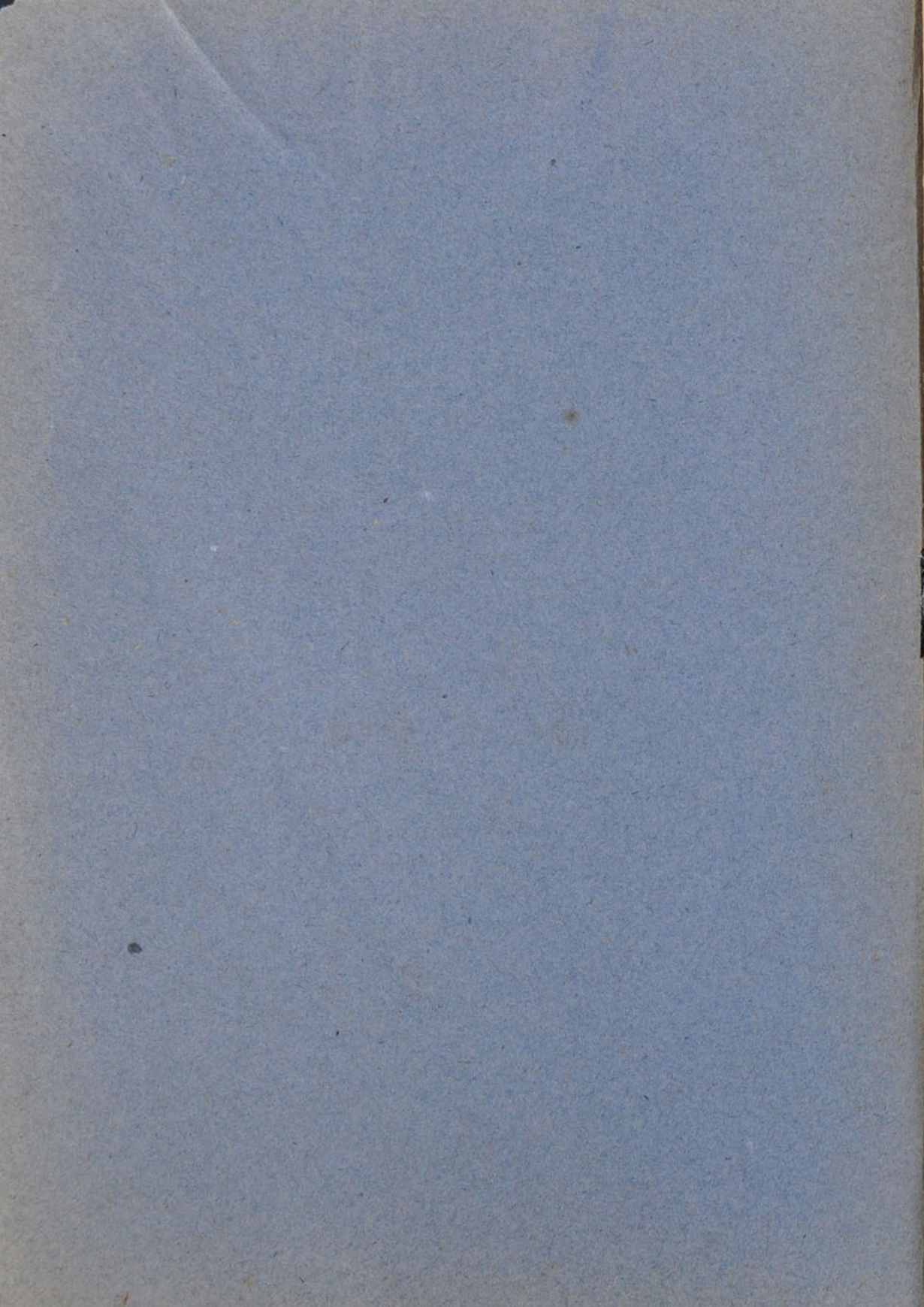
103

*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 11*



# CARTA

AO

POVO DE CORUCHE

DEPOIS DO COMICIO MONARCHICO

DE 14 DE FEVEREIRO

---

---

*Lisboa, 15 de Fevereiro de 1909.*

**O**UTRO comicio monarchico!  
E para quê?

Para defender o programma de um partido,  
ou simplesmente o de um candidato de op-  
posição?

Não!

Outro comicio monarchico, para defender — a mo-  
narchia! a monarchia que é a forma de governo esta-  
belecida, a monarchia que é o poder constituido.

Coisa insensata! Coisa sem pés, nem cabeça!

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

O comicio é uma forma de propaganda. O que se pretende propagar aqui? O que está amplamente conhecido!

O comicio é a forma de propaganda dos que não tem outro meio de a fazer. Quem são os individuos que se servem d'essa tribuna de occasião? São estadistas, são ministros, são pares, são deputados, todos com os seus logares garantidos no poder e no parlamento.

O que significam então estes comicios?

Desorientação.

Os individuos que os promovem, imaginam que assim como essas reuniões politicas tem servido a causa da Republica, assim servirão a causa da Monarchia, esquecidos de que monarchia e republica são dois factos differentes, que se soccorrem de differentes meios para se dirigirem á opinião. O meio de que se serve a monarchia é a acção do poder. O meio de que se serve a republica é a acção da palavra. O poder não falla: actua e assim se torna popular, ou impopular. A republica que não é o poder e é a opposição—falla.

Que os partidos monarchicos, se existissem, fizessem propaganda dos seus respectivos programmas, se o tivessem, comprehendia-se. Assim fazem os partidos politicos, sob todos os regimens. Assim fazem, na Inglaterra, os liberaes e os conservadores. Assim fazem na França, os numerosos partidos em que está dividida a Democracia n'esse paiz. Cada um faz propaganda do seu programma, mas só do seu programma. Propaganda da forma de governo, em comicios, é idéa tão incongruente e disparatada que não creio ter occorrido a outra sociedade antes da nossa. E' insensa-



tez, é desvairamento, é demencia. Na realidade, é o resultado do phenomeno, só observado na historia portugueza, de um regimen politico que só sobrevive para delirar.

A propaganda da forma de governo faz-se como o faz um livrinho que aqui tenho presente, se intitula — *25 annos de Republica* e é a historia documentada dos progressos realizados pela Republica Franceza desde a sua implantação até ao anno de 1895 — a sua obra politica, as suas allianças, os seus tratados, a sua obra de defeza nacional, o seu exercito e a sua marinha reorganizados, a sua obra de administração da fortuna de todos, a sua obra de cultura publica e de assistencia publica, as suas novas concepções, as suas novas fundações, as suas iniciativas fecundas. São 200 paginas de estatistica, e assim comprehende-se que se valorise a obra do Estado. Comprehende-se que se diga, por exemplo, como diz esse livro: Em 1870-71, com a Monarchia, a verba destinada ás despezas da instrucção publica era de 42 milhões de francos; hoje, com a Republica, é de 195 milhões. Em 1870-71, com a Monarchia, havia em França 77 lyceus: hoje, com a Republica, ha 246. Em 1870-71, com a Monarchia, as escolas primarias eram frequentadas por 4.722.754 alumnos: hoje, com a Republica, são frequentadas por 5.540.095. Em 1870-71, com a Monarchia, o professorado era mal remunerado; os professores tinham um vencimento fixo de 300 francos; as professoras não ganhavam mais de 500 a 600: hoje, com a Republica, os professores, divididos em 5 classes, recebem 1.000, 1.200, 1.500, 1.800 e 2.000 francos e as professoras 1.000, 1.200, 1.400, 1.500 e 1.600 francos. Em 1870-71, com a Monarchia, a verba da instrucção

publica, para Paris, era de 9 milhões de francos: hoje, com a Republica, é de mais de 36 milhões.

A propaganda da forma de governo, feita d'este modo, comprehende-se. E' a sua obra posta em evidencia.

Podem os nossos monarchicos fazer outro tanto á sua monarchia? Podem pôr em evidencia a sua obra? Não podem. A obra da monarchia não a resgata: condemna-a. O que quer, portanto, dizer a palavra *propaganda*, a proposito d'um regimen condemnado?

\*

O conselheiro Moreira Junior allegou em Coruche que a questão não é de forma de governo e citou a Inglaterra, a Allemanha, a Belgica, a Hollanda, que se dão optimamente com a monarchia.

Sem duvida, a questão não é de forma de governo: a questão é de interesse publico, é de progresso, é de economia, é de justiça, é de moral.

A questão de forma de governo tem realmente uma pequena importancia e por isso mesmo o paiz que combate a monarchia, não a combate por ella ser a monarchia, mas por ser o regimen prejudicial. Se elle fosse bemfasejo provavelmente não o combateria.

Se os portuguezes tivessem as mesmas razões que teem os inglezes e os allemães para viverem bem com

a sua monarchia, não estaríamos aqui discutindo em pamphletos e tribunas de comicio.

Tem essas razões?

E' notorio que as não tem.

Os inglezes vivem bem com a sua monarchia, porque ella não os incommoda no exercicio dos seus direitos de cidadãos e não põe impedimento ao seu progresso.

De resto, é a Inglaterra uma monarchia?

Não é, nem nunca o foi, e só o pode affirmar quem desconheça a sua historia. A Inglaterra é uma velha, velhissima republica, que se collocou sob a invocação do poder monarchico. E' o typo de governo mixto, que recebe a liberdade da republica e a auctoridade da monarchia. «Devemos fundar uma republica pura, ou uma republica corrigida por alguns principios da auctoridade monarchica?» perguntava Cromwell. Foi esta republica, corrigida por alguns principios da auctoridade monarchica, que a Inglaterra fez. Invocal-a como exemplo é inadmissivel. Imital-a, é mais inadmissivel ainda. Só a historia dos inglezes explica a sua monarchia d'hoje e essa historia que outro povo a tem? Os inglezes são um povo secularmente livre. Ainda a Europa era uma horda de escravos avassallados e já a Inglaterra conhecia a Carta. A França decapitou um rei. Muito antes d'ella, a Inglaterra decapitou outro. Ali não ha uma monarchia: ha um povo livre que faz representar a auctoridade suprema por um chefe hereditario.

O que faz a grandeza da Inglaterra não é a monarchia ingleza: são os inglezes.

A Allemanha está consubstanciada com a sua monarchia, porque aqui, ao contrario, a grandeza nacional

é a obra dos seus reis. O imperio allemão foi conquistado com a espada dos Hohenzollern; e porque é que na Italia, a dynastia sobrevive e prospéra no meio de uma sociedade agitada, como poucas o são, pelas paixões revolucionarias? — Porque á obra da unidade italiana anda associado o nome dos Saboyas.

Succede porventura outrotanto em Portugal?

Aquí, a monarchia não significa grandeza, mas decadencia. Não se associa á casa reinante um só facto glorioso da historia nacional; mas, ao contrario, só se lhe associam lembranças funestas de desastres e derrotas.

Os portuguezes não tem razões historicas para amar a sua monarchia. A historia, ao contrario, só os ensina a detestal-a.



A questão não é de forma de governo, diz o conselheiro Moreira Junior.

Não é, com effeito.

A questão é principalmente moral. O que succede é que, dentro d'essa questão moral, naufraga a forma de governo.

A monarchia não é combatida por ser a monarchia, mas por ser um regimen de depredação.

No comicio de Coruche reconheceu-se que ella tem praticado erros. Erros? A historia, que já está feita, da administração monarchica, não permite dar-lhes esse nome. Não tem havido erros, mas um mechanismo organizado de delapidação, que tem incessante funccionado, desde que o systema politico se estabeleceu, até aos nossos dias.

A monarchia liberal iniciou a sua existencia pela rapina dos bens dos seus adversarios e proseguiu-a pondo a saque a fortuna publica.

Quem o affirma? Meio mundo — os velhos e os novos liberaes.

O conselheiro Moreira Junior disse em Coruche que «não devemos attribuir ao regimen o que é dos homens.» Pois já em 1840, o liberal Teixeira de Macedo (*Traços da historia contemporanea*, pag. 213) dizia o contrario, pois dizia que o «*defeito não estava só nos homens, mas nas instituições constitucionaes, que tinham estabelecido um systema de vergonhosa corrupção, de esbanjamentos, de flagrantes injustiças.*»

A palavra *ladrão* acompanha como um *leit motive* todo o regimen liberal. «O Claudio chamou ladrão ao Seabra, escrevia do Porto o folliculario Bandeira. Olhe que lhe fez grande injuria! Não é semelhante nome tão estimado? Não andam os ladrões nas palmas das mãos?»

O que os liberaes queriam era comer. Pizarro, parodiando o dito de uma opera que então se representava em S. Carlos, punha na bocca de todos: *Voglio mangiare! Voglio mangiare!* (Quero comer! Quero comer!). O Conde da Tappa dizia de um dos primeiros ministerios liberaes que elle era «*uma camarilha, feita para devorar o paiz á sombra de uma creança*». A creança era D. Maria II. Oliveira Martins, no seu *Portugal Contemporaneo*, referindo-se aos inicios do systema liberal, falla na «*lepra da corrupção, da agiotagem, do puro roubo*».

Os homens publicos do systema liberal foram sempre francamente accusados de ladrões. «*Conde de*

*Thomar*, dizia Casal Ribeiro a Costa Cabral em 1850 («A imprensa e o conde de Thomar») *sois um con-  
cussionario, porque entrastes para o poder pobre e  
tendes adquirido uma fortuna immensa por meios  
torpes e vergonhosos.*»

Saldanha, cuja estatua vae ser inaugurada depois d'amanhã, era acusado de ladrão. «*Vencedor de  
Torres! não córes! Tudo se sabe!*» dizia-lhe Sam-  
paio, na *Revolução*.

Ao retirar-se da vida publica, desilludido, Alexan-  
dre Herculano escrevia: «*A historia politica é uma  
serie de desconchavos, de ineptias, de incoherencias,  
ligadas por um pensamento constante — o de se en-  
riquecerem os chefes de partido.*»

O tempo passa e se o mal é dos homens, como  
pretende o conselheiro Moreira Junior, os homens não  
tomam emenda. São cada vez peiores, cada vez mais  
ladrões. Pelo menos é sempre esse nome que lhes dão.  
«*O paiz tem sido posto a saque por verdadeiras  
quadrilhas de ladrões*» dizia José Dias Ferreira, já  
no nosso tempo; e pouco depois, em 1892, na Camara  
dos Pares, o par do reino Marino Franzini dizia: «*Uma  
nação em que se estabelece a impunidade para os  
grandes ladrões, é uma nação perdida*».

\*

Tem-se a impressão, ao ouvir tantos e tão inces-  
santes depoimentos, de que o Portugal liberal é uma  
Calabria e de que os seus governos governam de tra-  
bucos. Gostosamente attribuiriamos ás paixões politicas  
essas accusações infamantes, pois não é grato fazer  
parte de uma sociedade governada por ladrões. Vem,

porem, outros testemunhos, serenos, não já de accusadores, mas de historiadores imparciaes e que dizem? — Dizem affoutamente que em Portugal e á sombra da administração liberal, se rouba.

Assim, por exemplo, o antigo ministro da fazenda Anselmo de Andrade, affirma no seu valioso inquerito á administração publica, «*Portugal Economico*», que — se ignora o destino de 40 % dos empréstimos contrahidos pelos governos liberaes.

Mas ha informação mais recente.

No mez de julho do anno passado, o par do reino Francisco José Machado, revelou na respectiva camara, que, de 1900 a 1904, haviam desaparecido dos cofres publicos, *sem se saber como*, — 10.371 contos de réis.

Eis em que termos elle fez essa espantosa revelação:

«O *orador*, proseguindo, pede que se faça toda a luz sobre os esbanjamentos dos dinheiros publicos. Entende que deve insistir sempre, até conseguir o que pede. Não comprehende a constante recusa da administração publica em fornecer documentos aos representantes da nação. Necessita dos documentos que requereu, para se habilitar a discutir diversas questões que muito interessam ao paiz. Convem que se esclareçam certos mysterios...

O *sr. Baracho* — E' pena que v. ex.<sup>a</sup> só acordasse agora...

O *orador* observa ao *sr. Baracho* que está enganado o digno par. De ha muito que se occupa das questões de administração. Ainda deputado, tendo como collega o *sr. Baracho*, tratou de abusos então praticados. Declara que só agora é que percebia muitos factos, para os quaes, em tempo devido, não encontrou, nem lhe deram explicação, por mais que instasse, por mais que sollicitasse, por mais que estudasse. Está patente e é conhecido o fim que levou o dinheiro do contribuinte...»

Assim, estudando o relatorio da fazenda de 1905, o par do reino Francisco José Machado verificou que os *deficits* annuaes de 1900 a 1904 tinham subido a 16:650 contos.

Como haviam os governos obtido recursos para fazer face a esses *deficits*?

Teve a curiosidade de o averiguar e verificou que, para fazer face a esses *deficits*, os governos haviam realisado, mediante varias operações—27:621 contos,

Havia, portanto, um excedente de 10:371 contos.

Pois bem! Segundo o par do reino Francisco José Machado, esses 10:371 contos—*desappareceram*, e aqui está como elle concluiu a sua revelação na camara dos pares:

«Tendo sido o *deficit* dos 4 annos, de 1900 a 1901 a 1903-1904, na importancia de 16:650 contos e tendo-se obtido, alem das receitas ordinarias e extraordinarias, 27:621 contos, *desappareceram, sem se saber como, 10:371 contos.*»

\*

Verificam-se estes factos na administração monarchica ingleza, ou allemã, ou italiana, ou belga, ou hollandeza?

Penso que não e por isso mesmo as instituições monarchicas não soffrem, entre esses povos, senão a hostilidade natural das correntes politicas e desconhecem a hostilidade da nação. Se factos d'esta natureza podessem ser imputados á administração monarchica em qualquer d'esses povos, ha muito que a monarchia deixaria de existir entre elles, pois inglezes,



allemães, italianos, belgas, hollandezes, são povos esclarecidos e não consentiriam á frente dos seus negocios systemas politicos de latrocinio. A questão de forma politica não tem, pois, como muito bem diz o conselheiro Moreira Junior, uma importancia fundamental. O que tem importancia fundamental é a questão da sua utilidade, e eu pergunto se é util uma administração que se distingue pela falta de honestidade?

A administração monarchica poderia, no entanto, estar compromettida e a monarchia até certo ponto estar illesa, se nos fosse possivel isolar completamente a dynastia dos seus pessimos servidores; mas os stygmias da administração monarchica em Portugal marcaram a monarchia d'alto a baixo. Considera-se os governos e lê-se — *depredação*. Considera-se a dynastia e lê-se — *depredação*.

Quem o proclama?

A historia?

Ainda não. Os factos. Os factos d'hoje e os de hontem.

Com effeito, á tarefa de dissipação dos dinheiros publicos é impossivel não associar a casa reinante. Lá estão as obras nos Paços reaes, attingindo em 14 annos, de 1893 a 1907, a somma fabulosa de cerca de 3 mil contos de réis (2.839.894\$178 réis). Lá estão os adiantamentos illegaes, cuja somma real ainda não foi averiguada, mas que já montam a quantia superior a 3 mil contos — 3 mil contos que sahiram do thesouro publico e que não voltam a entrar, 3 mil contos perdidos!

As obras nos Paços reaes revelaram a existencia de uma côrte que não poupava sacrificios ao paiz para sua ostentação; os adiantamentos illegaes revela-

ram a existencia de principes, para cuja moral o thesouro publico não tem dono.

Muitos, para quem a dissolução monarchica nunca fôra completamente um factio, estavam persuadidos (e d'isso até certo ponto os persuadiu o mentiroso relatório de João Franco), de que a familia real só appellava para o thesouro, uma ou outra vez, em caso de aperto. A relação dos adiantamentos illegaes, publicada no *Diario de Noticias*, abriu os olhos a esses e a todos. Os saques succediam-se. Só em 1902, o ministro da fazenda, Mattoso dos Santos, fez quatorze entregas de dinheiro á Casa Real. No mesmo mez, faziam-se duas e tres, oscillando entre 1:000 e 50.000 libras. Era um despropósito.

Estes adiantamentos eram pedidos aos chefes dos governos, que os autorisavam de bocca, ou n'uma simples carta. «*Meu caro amigo*,—escrevia em 28 de dezembro de 1898, José Luciano ao seu ministro da fazenda Espregueira—*hade procural-o o duque de Loulé, por parte da rainha D. Maria Pia, para lhe pedir 4 contos de réis, a titulo de adiantamento para despesas impreteriveis da sua casa. Depois se procurará regularisar o adiantamento. Seu amigo, obrigado — José Luciano*».

Observaram-se semelhantes factos na Inglaterra, ou na Allemanha, ou na Italia, ou na Belgica, ou na Hollanda?

Viu-se n'essas monarchias hereditarias, o rei ou os principes *encostarem* constantemente o thesouro publico pedindo-lhes sommas irresgataveis, contra toda a legalidade e sem qualquer escrupulo?

Se a casa do Hannover, ou a dos Hohenzollern, ou a de Saboya, ou a de Orange praticassem semilhan-

tes actos, o que não é presumível que podessem fazer, pois não encontrariam ministros que os sancionassem, ellas cahiriam sob o peso da reprovação da moral publica, e, muito provavelmente, do seu solio.

Por isso tem o conselheiro Moreira Junior toda a razão quando diz que essas monarchias vivem em communhão com os seus povos. Vivem em communhão com elles, porque não os affrontam, e nunca os republicanos sustentaram, creio eu, que a improbidade é o apanagio das monarchias. Não! Ha monarchias honestas; ha honestos soberanos, mas a nós, por nosso mal, não nos tocaram em sorte.

D'ahi, o nosso divorcio, que não é, em rigor, incompatibilidade de principios politicos, mas incompatibilidade de interesses pessoaes. Em Portugal não ha, em rigor, monarchicos e republicanos: ha expoliadores e expoliados. Ao protesto d'estes é que se dá o nome de *Republica*, como não podia deixar de ser.

\*

Mas eis aqui a monarchia nova—e que fez ella já? Augmentou a lista civil e liquidou a questão dos adiantamentos, mediante a burla do artigo 5.º do respectivo projecto da lei.

Administra — e que faz?

Augmenta a divida; promette a bancarrota.

A divida fluctuante era em 1907, de 73:780 contos. Em 1908 passou a 79:842 — um augmento de 6:062 contos em 12 mezes. ou sejam 505 contos por mez. «*A penna*, escrevia ha pouco o *Popular*, órgão do partido regenerador, *quasi se nos recusa a traçar as* *de indignação e protesto que este facto jus-*

*tificadamente nos provoca. Isto não pode continuar. Estamos commettendo um crime de lesa-patria com semilhante systema de administração. A bancarrota é inevitavel, continuando esta criminosa loucura de deixar correr n'uma anarchia deprimente e vergonhosa a gerencia financeira do paiz. Ou rapidamente fazemos uma profunda revolução nos processos administrativos, ou Portugal perde até este quasi simulacro de independencia que ainda disfructa.»*

Por outro lado, os recursos extraordinarios do thesouro estão exauridos. Estão empenhados os rendimentos das alfandegas, estão empenhadas as receitas das grandes industrias. 72.000 obrigações da Companhia do Norte e Leste, estão empenhadas. Novas receitas, nem pensar n'isso! A administração monarchica não sabe fazer receitas, sem augmentar o imposto. Fiscalisar, economisar, não sabe. A mesma cobrança do imposto, como se viu ha pouco no relatorio do inspector geral d'esses serviços, é uma burla. A corrupção tambem entrou n'esse ramo da administração. Verificou-se, por exemplo, que um ministro de Estado não pagava as suas contribuições, por não ser encontrado e estar *ausente em parte incerta!* Um terço das receitas publicas é absorvido pelos encargos da divida. Esta, por sua vez, não cessa de augmentar. O desastre é inevitavel.

Mas reune-se um comicio monarchico em Coruche, vota uma moção e que diz essa moção?

Diz isto:

«O povo de Coruche, reunido em comicio, reconhece que as instituições monarchicas são necessarias ao progredimento da nação e protesta-lhes a sua fidelidade».

\*

Quanto ás promessas dos republicanos, elles não as fazem, nem precisam fazel-as. A sua propaganda funda-se n'uma questão de direito e n'uma questão de facto. A questão de direito ninguem lh'a contestará e a questão de facto, tampouco. A questão de facto é esta: a monarchia é nociva.

A nocividade da monarchia não se verifica com palavras, mas com factos. São esses factos que a propaganda republicana espalha. E' a historia infeliz da liberdade, sob o regimen liberal, e é a historia da sua crapulosa administração.

E' essa propaganda que os republicanos fazem, sem promessas de qualquer ordem, que não lhes compete formular, não sendo como não são, uma nova oligarchia de politicos, que espera a vez para se apossar do poder, mas uma sociedade nova que quer estabelecer-se sobre novos fundamentos. Nada tem que prometter, porque nada lhes incumbe especialmente fazer. A republica hade ser a obra da sociedade e não o commettimento de um partido.

A velha monarchia não vê nos republicanos senão um partido que quer governar.

Um partido que quizesse governar não dispenderia tanto tempo e tanto esforço: entraria simplesmente na fila. Os republicanos querem a Republica, o que é differente, e Republica não quer dizer — poder, porque a Republica não é um partido que triumpho, mas a nação soberana que entra emfim na posse dos seus direitos.

Prometter! Gyria da corrupção! Calão de corruptos!

Eu, por exemplo, prometti no Ribatejo o bacalhau a tres vintens. E para quê? para quê? Para que os povos, com o engodo do bacalhau mais barato, façam depressa a Republica—a Republica em que eu hei-de mergulhar, retouçar, chafurdar como um porco n'uma pia.

A monarchia não nos consente outro ideal que não seja o seu — comer!



---

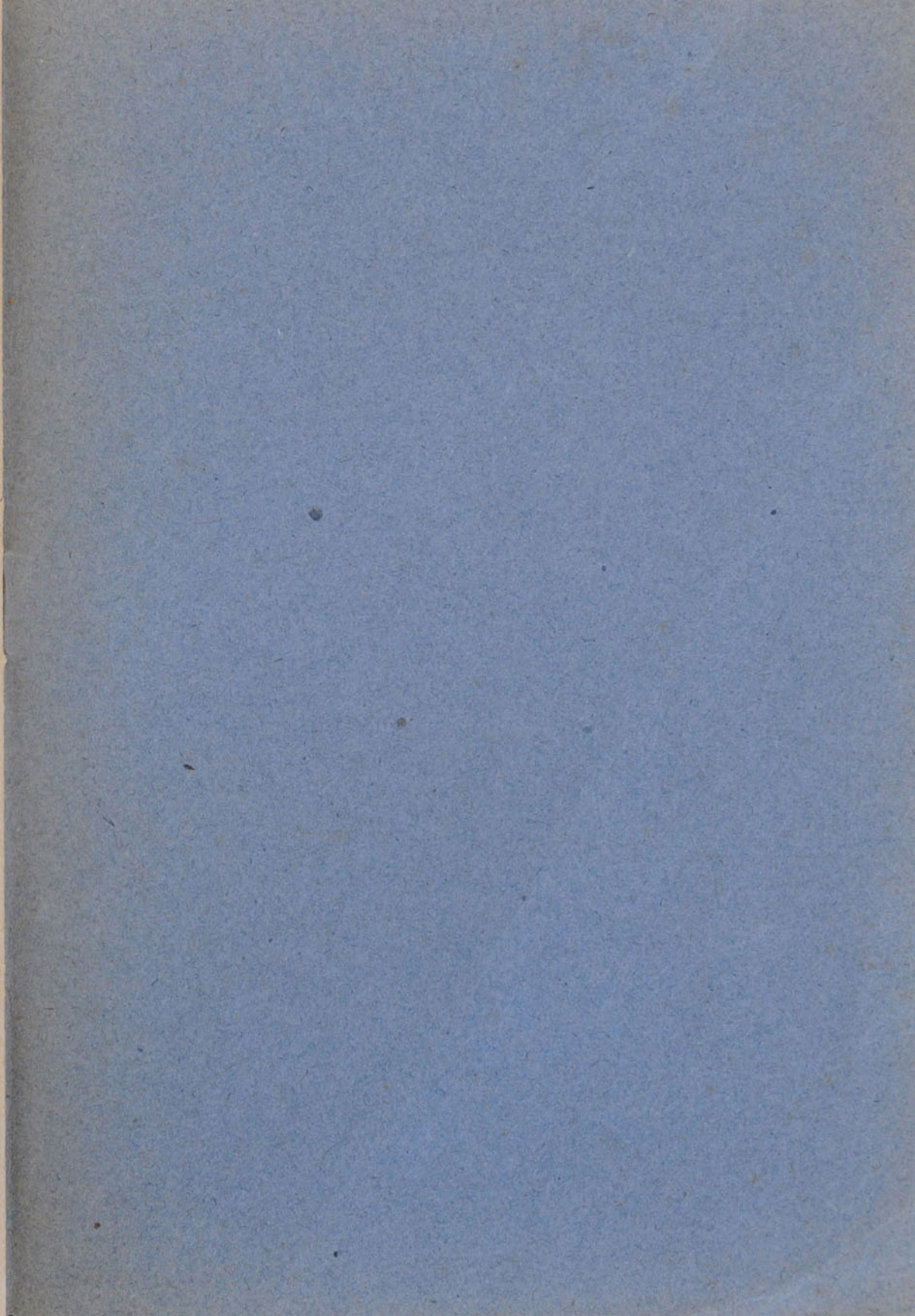
**Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104—1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.**

---

**Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.**

**Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.**

**Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.**



JO

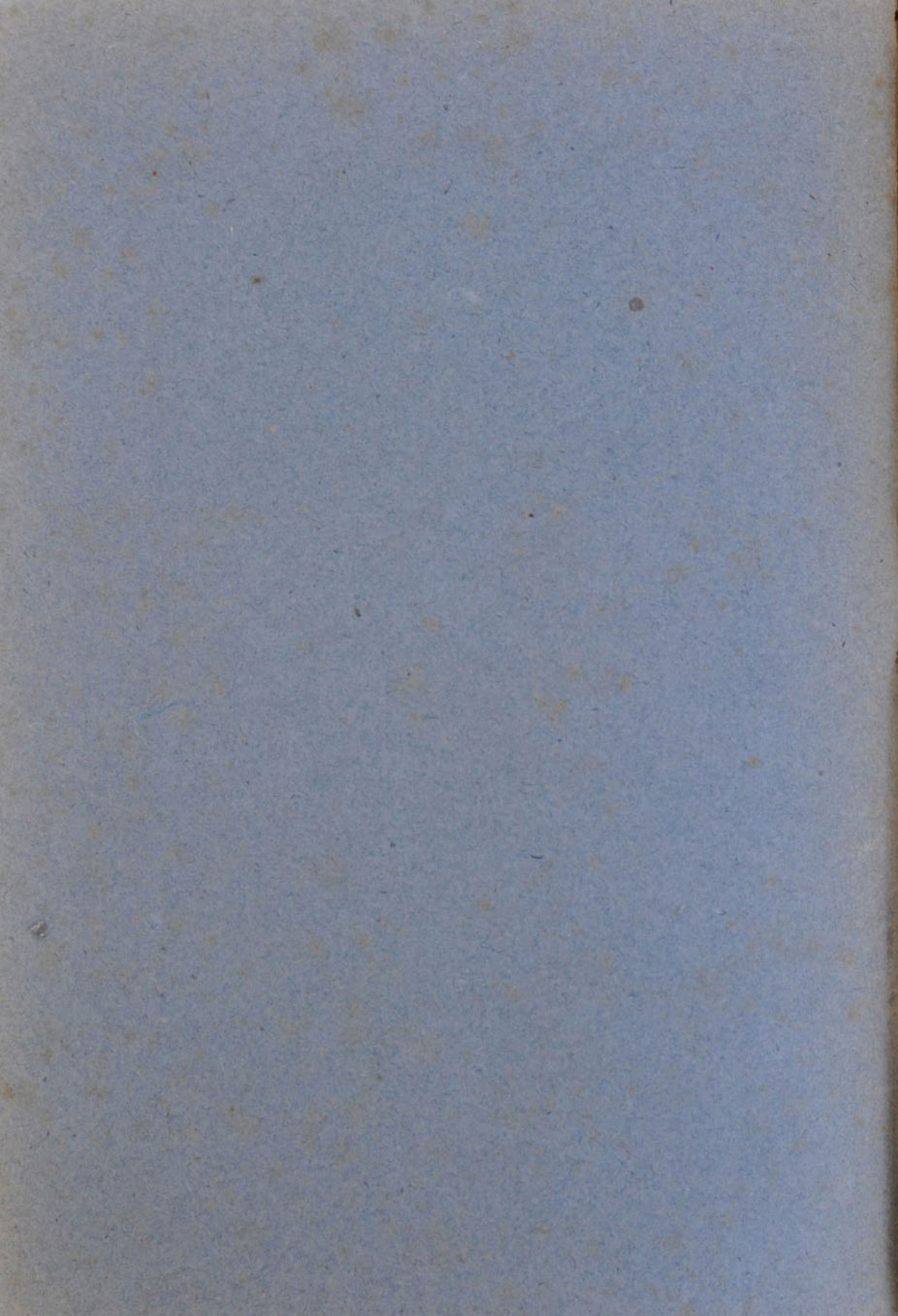


*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 12*



SEGUNDA CARTA

AO

SR. RICARDO DURÃO, LAVRADOR

EM ALPIARÇA,

SOBRE OS ACONTECIMENTOS

DO ANNO DE 1909

---

---

*Lisboa, 22 de Fevereiro de 1909.*

**A** prophécia que me aventurei a fazer, vae para dois mezes, na primeira carta que lhe dirigi, já me rendeu o apodo de *propheta*, desfechado por um sagittario de Portalegre, que tambem faz pamphletos. Já reparou que os pamphletarios estão surdindo do solo, como cogumelos?

Com risco de ficar sendo propheta na minha terra, confirmo a minha de 21 de dezembro, no que se

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

refere ao fim da monarchia e ao fim do mundo, para o presente anno de 1909.

Chamo simplesmente a sua attenção para os acontecimentos e, em especial, para a scisão Campos Henriques, que veio dividir os rotativos.

Essa scisão, meu amigo, promette.

Por certo observou que o pensamento a que obedeceram os governos chamados de *concentração monarchica*, foi o de poupar a opinião ao spectaculo de um regresso immediato ao condemnado *rotativismo*. Por outro lado, regressar ao rotativismo era regressar ao regimen de *governo e opposição*, e o sentimento da defeza commum fez comprehender aos politicos que combater o governo era bater a monarchia, a qual, depois das suas ultimas vicissitudes, não tinha vigor para resistir, mesmo á opposição dos partidos legaes. Fizeram, pois, a concentração.

Era possivel a concentração, como formula systhematica de governo?

A concentração era o absurdo do paiz governado por um partido só, esse partido engendrado ultimamente e a que se deu o nome de — *partido monarchico*. Era a monarchia sem partidos.

Por outro lado, a concentração era, por assim dizer, a fusão dos partidos e a perda da influencia de cada um, em proveito apenas d'esta entidade — o governo.

Por outro lado ainda, era a queda da influencia dos chefes politicos, visto que cada governo não podia ter mais de um chefe e elles eram, pelo menos, — dois.

Tentou-se illudir este embaraço, pondo á testa do

primeiro governo de concentração um homem extranho aos partidos, que foi o Ferreira do Amaral.

Peor!

Esse homem, ou seria instrumento dos chefes, e, n'este caso, não poderia ser senão o instrumento de um, ou não o seria de nenhum.

Foi o que succedeu ao Ferreira do Amaral. Não foi instrumento nem de progressistas, nem de regeneradores. Sem energia para fazer governo pessoal, não fez, porem, governo em nome d'outrem. Governou como lhe pareceu, transigindo, vacillando, claudicando, tropeçando, ora levantando os principios, ora deixando-os cahir, mas governou a seu modo.

Com elle, progressistas e regeneradores, por muito que estivessem no poder, sentiam-se sem influencia e n'uma situação de empréstimo.

Esta situação acabou por se tornar intoleravel e o Julio de Vilhena precipitou-lhe o desenlace, reclamando a sua queda, que se deu.

Aqui se encontraram outra vez os politicos na contingencia de regressar ao rotativismo. Mas o rotativismo não é apenas repellido pela opinião. As mesmas facções, que não se intitulam *progressistas*, ou *regeneradores*, o condemnam ostensivamente, porque veem no seu regresso ao poder o desencadeamento de um descontentamento publico, que só não se pronunciou ainda de novo e com mais impaciencia, porque, até agora, as soluções rotativas tem sido postas de parte, por um justificado sentimento de prudencia.

Assim, recorreu-se, após a queda do gabinete Amaral, ás soluções emolientes, nem peixe, nem carne, como seria uma solução Beirão, homem de

partido e homem de principios, não se sabendo bem a quaes serve peor. Visivelmente fugia-se ao progressismo do José Luciano, desacreditado, e á egualmente desacreditada regeneração do Julio de Vilhena.

O Beirão falhou.

Podera! Os dois partidos queriam entrar outra vez em scena, com as suas bandeiras, como elles dizem, porque os partidos politicos conservadores, n'este paiz, posto não tenham principios proprios, tem uma bandeira, o que prova que não ha nada menos significativo do que um bocado de panno espetado n'um pau.

Quem esperava entrar no poder, inaugurando assim a era da *volta ao rotativismo*, era o Julió de Vilhena; mas os propositos d'este homem politico desfazem-se-lhe nas mãos como torrões de assucar.

Quem entrou em lugar d'elle foi o Campos Henriques.

\*

Este facto, para nós que o estamos presenciando das nossas janellas, como um *fait divers* da rua, — uma briga entre vendedeiras de castanhas, ou uma carroça que se volta — parece não ter importancia. Dir-se-hia que o ministerio Campos Henriques é um episodio mais, destinado a passar, da comedia liberal que se vae representando.

No entanto, este facto é fundamental. Campos Henriques não tem realmente importancia: esse passará; mas o episodio da sua scisão e do seu ministerio, fica.

A scisão Campos Henriques creou um conflicto permanente entre os politicos rotativos. O que fazia a força d'estes era a sua solidariedade — a solidariedade de convivas de occasião, que se apoderaram de uma meza para um banquete commum e não a abandonam.

Essa solidariedade rompeu-se, e de que maneira!

João Franco separou-se do partido regenerador allegando principios; o mesmo José d'Alpoim separou-se do partido progressista allegando-os.

Aqui não se allegaram principios, e, em rigor mesmo, não houve scisão: houve um caso evidente de má fé. O Campos Henriques apropriou-se de um logar, que estava naturalmente destinado ao Julio de Vilhena. Apropriou-se d'elle e, depois de o occupar, pretendeu ainda usurpar em seu proveito a propria chefatura partidaria attribuida ao Vilhena. Dividiu o partido regenerador não em duas facções com programmas, ou intenções diversas, mas em dois grupos de inimigos, divididos pela maior causa de inimisade que ainda dividiu os homens e que é — a traição.

Quaes as consequencias d'esse acto?

Desastrosas — e desastrosas para a vida da monarchia, tão melindrosa que o menor abalo abrevia o seu fim inevitavel.

Nem — se assim não fosse — eu me occuparia de semelhante incidente. Em Portugal só é licito intervir nas luctas politicas dos partidos monarchicos para as discutir, quando d'ellas resulte este corollario —

*catastrophe*, e o borborinho da scisão Campos Henriques precede os primeiros fragores do desabar das instituições liberaes.

As consequencias d'esse acto desenham-se já nas vespervas da abertura das côrtes, que se annuncia para o fim do mez.

Campos Henriques está prestes a assistir, ou ao exito, ou ao desastre da sua aventura dentro do seu partido, e, em ambos os casos, que desordem!

O exito é o espectáculo (outra vez esse espectáculo!) da solidariedade da corôa com uma aventura e com um aventureiro politico. E' D. Manuel *henriquista*, como D. Carlos foi *franquista*. E' o rei, outra vez combatido, ameaçado, aggreddido pelos seus politicos. Já mesmo lhe annunciam que o será, se prestar o seu appoio á politica pessoal do seu primeiro ministro d'hoje. «*Quer-se que o rei intervenha directamente «em favor» de uns e «contra» os outros* — escrevia ante-hontem o *Dia*, dos dissidentes. *Não hade ser sem os nossos protestos que homens publicos, verdadeiramente dementados e criminosos, envolvam o chefe do Estado em mais uma teia de compromissos e loucuras.*»

Diz-se que Campos Henriques não poderá governar com o parlamento que o espera, constituido de elementos hostis á sua preponderancia; e o que seria então para elle, o exito? Seria a dissolução? A dissolução do parlamento, em nome dos interesses pessoaes de Campos Henriques, faria talvez transbordar o vaso, que já está a deitar por fóra.

O desastre?

Mas se o exito da aventura Campos Henriques é cheio de perigos, o seu desastre não o é menos.



O desastre seria a humilhação sem limites de um homem politico, que, embora valha pouco, tem a sua influencia pessoal, unica que é apanagio dos homens publicos da monarchia, em Portugal, e tem os seus amigos, que o acompanharam na sua scisão, correndo os riscos da sua fortuna politica. Campos Henriques não é um grande homem, mas, para os seus amigos do Porto, que o seguiram em massa, vale um Pombal. O seu desastre modificaria as condições politicas do Porto monarchico, que ainda ha pouco, por sua influencia, fez a grande festa, que se sabe, ao rei. O Porto conservador não é monarchico: é do Campos Henriques, como é do Lima Junior. E' dos seus *caciques*. Se a monarchia deitar abaixo o Campos Henriques, depois de o ter elevado, aliena o Porto. Póde o rei lá voltar que não lhe darão um viva, e, entretanto, se fôr preciso votar com os republicanos, votarão. «*Os henriquistas portuenses andam com cara de caso, diz a Voz Publica d'hontem. Já entram a maldizer da politica: que, no fim de contas, — «tão bons são uns como os outros».* O Porto monarchico é assim. Por todo esse paiz, onde houver um imprudente que tenha acompanhado o Campos Henriques, haverá, depois da sua queda, um inimigo das instituições, porque as instituições só tem amigos quando lhes prestam serviços. Quando lh'os recusam, perde-os. N'este caso perdel-os-hia mais depressa, porque os humilharia dando-lhes e tirando-lhes as esperanças do poder.

Depois, o desastre da aventura Campos Henriques seria tambem o desastre dos progressistas que o acompanham e que passariam para a opposição, se o rei entregasse o poder aos regeneradores do Julio de Vi-

lhena, sem attenção pelo papel de «arbitro da politica portugueza» que o José Luciano não renuncia a manter até ao seu derradeiro suspiro; e sabe o meu amigo o que são os progressistas na opposição? Apeie o Antonio Cabral da pasta da marinha e desencadeie-o no *Correio da Noite*: é um temporal desfeito. Os progressistas são a demagogia liberal. Vem hereditariamente da praça publica. Sempre que não estão no poder, estão na *bernarda*.

Mas o desastre do Campos Henriques ainda provocaria uma celeuma maior, porque frustraria até certo ponto as esperanças immediatas dos reaccionarios, que aguardam da sua acção consecutiva o esmagamento da hydra revolucionaria.

O Campos Henriques não desferiu até aqui a aza negra da reacção anti-liberal, ou direi melhor, anti-revolucionaria, porque não tem tido mãos a medir na sua lucta pessoal contra o Julio de Vilhena; mas a reserva do seu exercito de retrocessionarios, de padres, de beatas, de sacristas espera que elle dê o signal da batalha. Elle — não o duvide — é o seu general, e o que vae pensar, o que vae dizer, o que vae fazer a reacção que tudo espera d'elle, ao vel-o cahir ridiculamente de um poder ephemero? Ai do que vier!

\*

A hypothese do exito d'este, na apparencia mesquinho, mas, na realidade, fecundo episodio dos derradeiros dias da monarchia liberal, é, como vimos, cheia de perigos. E' a hypothese de uma nova dictadura, e, em Portugal, é impossivel fazer outra vez dictadura. A hypothese do seu desastre é egualmente cheia de perigos, porque é a de novos governos, não já appoiados pela solidariedade de todas as forças politicas da monarchia, mas guerreados de morte por muitas d'estas, e, como verifiquei, a monarchia não tem já vigor para resistir, mesmo á opposição dos partidos legaes.

Justamente, que especie de governo se indigita para succeder a Campos Henriques, na hypothese do seu desastre?

A alliança dos regeneradores do Julio de Vilhena com os do Teixeira de Sousa e a estreita intimidade d'este com o Alpoim e os dissidentes, dão-nos a entender que esse governo seria constituido de elementos politicos tirados d'estas verdadeiras facções, pois nem partidos já são, e n'esse caso, eu repito — que desordem!

Um ministerio não digo já de dissidentes, mas em que os dissidentes tenham representação, irá governar entre dois odios — os de cima e os de baixo, os odios da nobreza, que não lhes perdoa as suas solidariedades

com os revolucionarios, e os odios do povo, que não perdoa aos revolucionarios que governem. Os dissidentes no poder—desagradavel alternativa!—desencadeiam todas as iras dos reaccionarios e não calam a bocca da revolução, sem fallar de que irritarão profundamente os progressistas, seus inimigos, os quaes não deixarão de os combater com aquella energia feroz com que se combatem os transfugas, e, como v. sabe, o Alpoim é, para os progressistas do José Luciano,—um transfuga. Não desertou dos principios, porque nunca houve principios, mas desertou da rua dos Navegantes, o que é o bastante para apostatar. A rua dos Navegantes é—o Dogma.

Por outro lado, é licito acreditar que o Alpoim esteja, como está, defendendo a necessidade de uma situação ministerial nova, em que, senão elle, os seus não obtenham logar? Dentro dos principios monarchicos, os chefes politicos não dão solidariedade uns aos outros senão a troco do poder, e o poder, apesar de tão desacreditado e desmantelado, vale tanto, que ainda se fazem sociedades para o obter.

Não! não é licito acreditar que o Alpoim reclame um governo... para os outros. Reclama para elle, uma parte, parte legitima, segundo ha pouco a affirmava ainda, e se essa fôr uma das consequencias da scisão Campos Henriques, nenhuma será mais desastrosa—para as instituições, está claro, porque para nós, que não nos propozemos defendel-as dos perigos que as ameaçam, só é desastre que ellas vivam e sobrevivam no meio do mal geral.

E aqui tem como um facto de infima apparencia, como é o conflicto entre os regeneradores, provocado a escancarar pela ambição não já de governar, mas

de mandar, enreda a familia dos monarchicos e os arrasta, enrodilhados, como um novello de desordeiros, pelo plano inclinado da politica portugueza.

Tudo isto promove, accelera, precipita a queda final.

Repare: estamos em fevereiro de 1909, a monarchia tem justamente um anno de vida e já está exhausta, já tem dispnéas, já asphyxia. Faltam-lhe idéas, faltam-lhe homens, falta-lhe o ar.

O que será a sua existencia durante todo este longo anno de 1909, que lhe resta a viver? Onde está o governo que lhe garanta um trimestre de socego? Qual d'elles é o governo legal, que governe com o parlamento, sem medo do parlamento—sem adiamentos e dissoluções; que governe com a opinião, sem medo da opinião—sem prevenções nos quarteis e sem espiões nas ruas?

Ai d'elle! A sua existencia chama-se — *crise*, e uma corrente d'ar a aggrava.

A scisão Campos Henriques promoveu um aggravamento da crise monarchica, e pouco tempo viverá quem não vir a monarchia debater-se agonisante, não já entre os seus adversarios, mas entre os seus amigos.

Espere: é uma questão de pouco tempo, de mezes, de dias. As camaras estão a abrir, e o debate que ali vae travar-se não dá logar a delongas, pois não se trata de discutir os actos de um governo, mas simplesmente e miseravelmente isto: — o direito de governar.

Está imminente um conflicto — outro conflicto, entre o rei e os partidos que o servem. O conflicto provocado por João Franco conduziu ao regicidio. Este póde muito bem conduzir á revolução. Estes succes-

sos são vertiginosos. O que é laborioso é a doença.  
A morte é veloz.

\*

Sabe o que tudo isto quer dizer?

Quer dizer que não se illude a Historia.

A monarchia liberal acabou em Fevereiro do anno passado. O que lhe sobreviveu foi um equivoco da Fatalidade e do Accaso, e a historia não consente o predominio de equivocos. A historia tem uma logica.

Em Fevereiro do anno passado, já não havia monarchia possivel em Portugal. Estava condemnada e não o estava porque o monarcha se chamasse D. Carlos e se tivesse tornado impopular (se assim fosse um outro monarcha—e D. Manuel seria para esse effeito excellente,—bastaria para a salvar) mas porque a fé monarchica se tinha extinguido no coração do povo. Tinha-se extinguido e extincta ficou—para todo o sempre! Que phenomeno a reaccenderia?—O milagre da resurreição moral da velha sociedade monarchica? Na sociedade não ha milagres: ha leis. A decadencia das instituições liberaes obedecia a essas leis. Era o resultado fatal da sua obra de ficções.

Quando o rei morreu, a monarchia era uma crença morta. O que ainda alimentou por um momento o que restava a seu favor de esperanças no coração dos portu-